

UFRRJ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

DISSERTAÇÃO

A CRECHE E CENTRO DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA
CAXIENSE/RIO DE JANEIRO- UM DESAFIO EDUCACIONAL EM
MEIO À DESNUTRIÇÃO

JUDITH DE LIMA CORTEZ

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**A CRECHE E CENTRO DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA
CAXIENSE/RIO DE JANEIRO- UM DESAFIO EDUCACIONAL EM
MEIO À DESNUTRIÇÃO**

JUDITH DE LIMA CORTEZ

Sob a orientação do Professor Doutor
Fernando César Ferreira Gouvêa

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Novembro, 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C827c	<p>Cortez, Judith de Lima, 1967- A Creche e Centro De Atendimento à Infância Caxiense/Rio De Janeiro- Um desafio educacional em meio à desnutrição. / Judith de Lima Cortez. - Seropédica; Nova Iguaçu, 2020. 151 f.: il.</p> <p>Orientador: Fernando César Gouvêa. Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2020.</p> <p>1. Políticas Públicas para a Educação Infantil. 2. Direitos fundamentais da infância. 3. Infância e desnutrição. 4. Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense, Duque de Caxias, Rio de Janeiro. I. Gouvêa, Fernando César, 1961-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pós graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.</p>
-------	---

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – código de financiamento 001”

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 547 / 2020 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.068813/2020-81

Seropédica-RJ, 17 de dezembro de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

JUDITH DE LIMA CÔRTEZ

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 26/11/2020

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Membros da banca:

Fernando Cesar Ferreira Gouvea, Dr. UFRRJ (Orientador /Presidente da Banca).

Eliane Fazolo Freire, Dra. UFRRJ (Examinadora Externa ao Programa).

Daniela de Oliveira Guimarães, Dra. UFRJ (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 18/12/2020 21:20)

ELIANE FAZOLO FREIRE
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matricula: 1653168

(Assinado digitalmente em 17/12/2020 18:58)

FERNANDO CESAR FERREIRA GOUVEA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matricula: 1667143

(Assinado digitalmente em 17/12/2020 20:38)

DANIELA GUIMARÃES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 002.656.997-38

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 547, ano:
2020, tipo: TERMO, data de emissão: 17/12/2020 e o código de verificação: 2234aae2d8

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de pesquisa a minha mãe querida, a quem devo minha vida e de quem aprendi os valores primordiais que me fizeram ser quem sou. Sua força e resiliência de mulher nordestina, sobrevivente das agruras do sertão, serão sempre uma referência em minha vida e em minha luta pela educação pública emancipatória. Meu amor e saudades eternos.

AGRADECIMENTOS

*“E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas*

Gonzaguinha

A pessoa que me constituí na caminhada até aqui, traz as marcas de outras muitas pessoas, que de alguma forma tocaram minha vida. Minha história está impregnada de parte de suas histórias, e a elas, meu agradecimento.

A **Deus** que me permite viver mais esta etapa em minha vida acadêmica.

Ao professor **Fernando Gouvêa**, que de forma acolhedora me recebeu como sua orientanda. Nosso encontro deixa em mim marcas de admiração e respeito pelo mestre e amigo que orienta, se preocupa, apoia, incentiva, cobra e vibra com as conquistas de seus alunos.

Professora **Angélica Coutinho**, suas reflexões sobre a educação, nas reuniões do Laboratório de História da Educação Latino Americana me trouxeram inquietações que também moveram a minha pesquisa. Muito obrigada.

Professora **Eliane Fazolo**, gratidão pelas trocas e contribuições na etapa de escrita do meu trabalho.

Um agradecimento especial ao meu marido **Abimael Cortez**, meu companheiro e amigo, que me incentivou e compartilhou angústias e alegrias nestes dois anos e meio de estudos. Foi meu ajudador e braço forte nos períodos em que dedicava meu tempo à leitura e escrita. A ele todo o meu amor.

Meus filhos amados **Ronan Cortez** e **Leonan Cortez**, que me tornam uma pessoa melhor e me movem para a busca por um mundo mais justo, obrigada pelo amor e incentivo.

Meus pais queridos, **Nair Oliveira** (*in memoriam*) e **João Felix**, gratidão eterna por todo o amor que me dedicam e por tudo o que fizeram por mim e por minha família. Todas as minhas conquistas são por vocês e para vocês.

Minhas amadas irmãs de sangue e de coração **Ivanete Felix**, **Ivaneide Felix**, **Ivone Felix** e **Ruth Felix**, amigas fiéis, companheiras nas alegrias e dificuldades da vida, palavras são

insuficientes para expressar meu amor e gratidão. O apoio de vocês neste período foi imprescindível para que eu chegasse aqui. Estaremos sempre juntas.

Silvia Santos, gratidão! Sem você penso que eu não teria conseguido passar pelo deserto do último ano. Mais que terapeuta, você foi uma amiga que me incentivou também nesta caminhada acadêmica.

Professores e colegas com quem compartilhei a vida nos diversos espaços escolares em que passei estão presentes neste trabalho, pois foi nestas interações que me fiz a professora e aluna que sou. Obrigada!

As contribuições dos **colegas da turma de mestrado** e do grupo de pesquisa do **LHELA** foram imprescindíveis nesta etapa de estudos. Um agradecimento especial a **Suhelen Coelho e Celia Loureiro** pelas orientações, trocas de experiência e pelo carinho expresso nos pequenos cuidados no cotidiano da universidade.

Ana Cristina Ramos, minha amiga sempre presente, obrigada pelo apoio em palavras e atitudes em diversos momentos da minha vida. Em especial, gratidão pela ajuda na transcrição de áudios de entrevista, leitura e apontamentos na escrita do meu trabalho.

Claudia Viana e Tatiana Várzea, meu agradecimento por acreditarem no meu trabalho e por permitirem a conciliação com os estudos na UFRRJ. Equipe **CEI** e colegas da **Subsecretaria Pedagógica da SME/ DC**, nossa luta diária pela educação pública de qualidade está presente neste trabalho. Obrigada pela parceria.

Sem a contribuição dos **educadores dos CCAIC**, esta pesquisa não seria possível. Suas narrativas aqui registradas trazem à luz uma luta cotidiana pela garantia dos direitos das crianças de Duque de Caxias, por meio da educação. Foi de extrema importância a colaboração da Dr.^a Regina Vasconcellos de Oliveira no resgate histórico do projeto CCAIC. Gratidão a esses profissionais por tão rica contribuição.

Encerro agradecendo às **nossas pequenas crianças** e dedicando a elas este trabalho. São elas que me provocam o encantamento que move meu fazer diário na educação.

Educação Infantil, presente!

“Que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica, nem com balança, nem com barômetro e etc. Que a importância de uma coisa há de ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós.”

Manoel de Barros

CORTEZ, Judith de Lima. **A CRECHE E CENTRO DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA CAXIENSE/RIO DE JANEIRO- UM DESAFIO EDUCACIONAL EM MEIO À DESNUTRIÇÃO.** 2020, 151 p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2020.

RESUMO

A presente pesquisa tem como locus de investigação, o CCAIC- Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense, um projeto de política local em atendimento intersetorial às crianças de um a cinco anos, em situação de risco nutricional em Duque de Caxias, município do Estado do Rio de Janeiro. O projeto foi instituído a partir de uma mobilização social pelo combate à fome e a desnutrição materno infantil, tendo como articulador Dom Mauro Morelli, bispo das dioceses de Duque de Caxias e São João de Meriti, que tem um importante papel na mobilização social pelo combate à desnutrição no município. O estudo teve como objetivo investigar a história do CCAIC, analisando seu papel na diminuição das desigualdades sociais e seu impacto como política educacional e política pública de segurança alimentar. A metodologia teve abordagem qualitativa, balizada por uma pesquisa bibliográfica e documental. A discussão e os resultados da pesquisa foram realizados a partir da escuta de narrativas de profissionais que atuam em quatro das sete unidades CCAIC, por meio de entrevistas, cuja análise revelou a importância do projeto como equipamento educacional e de segurança alimentar, ressaltando o avanço na constituição de sua identidade pedagógica, apontando as contradições que ainda vive em sua prática cotidiana, nos limites entre assistência e educação, e sinalizando perdas significativas na ação intersetorial e no trabalho multiprofissional previstos em seu projeto inicial. O estudo aponta caminhos possíveis para ajustes e reformulações no projeto CCAIC, na perspectiva de políticas públicas para a infância que considerem ações conjuntas e coordenadas de diferentes setores em um plano de atenção integrada à criança.

Palavras-chave: Políticas públicas para a Educação infantil. Direitos fundamentais da infância. Infância e desnutrição. Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense, Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

CORTEZ, Judith de Lima. **THE CAXIENSE CHILDHOOD CARE AND CENTER / RIO DE JANEIRO- AN EDUCATIONAL CHALLENGE IN THE MIDDLE OF MALNOURISHED CHILDREN** 2020. 151 p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Institute of Education / Multidisciplinary Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2020.

ABSTRACT

The present research has as its locus of investigation, the CCAIC- Creche and Child Care Center Caxiense, a local policy project in intersectoral care for children aged one to five years, in a situation of nutritional risk in Duque de Caxias, municipality of the State from Rio de Janeiro. The project was instituted from a social mobilization to fight hunger and maternal and child malnutrition, with Dom Mauro Morelli, bishop of the dioceses of Duque de Caxias and São João de Meriti, who has an important role in the social mobilization to fight malnutrition in the municipality. The study aimed to investigate the history of CCAIC, analyzing its role in reducing social inequalities and its impact as an educational policy and public food security policy. The methodology had a qualitative approach, guided by a bibliographic and documentary research. The discussion and the results of the research were carried out through listening to the narratives of professionals who work in four of the seven CCAIC units, through interviews, whose analysis revealed the importance of the project as educational and food safety equipment, highlighting the progress in constitution of its pedagogical identity, pointing out the contradictions that still live in its daily practice, in the limits between assistance and education, and signaling significant losses in the intersectoral action and in the multidisciplinary work foreseen in its initial project. The study also points out possible ways for adjustments and reformulations in the CCAIC project, from the perspective of public policies for children that consider joint and coordinated actions from different sectors in an integrated care plan for children.

Keywords: Public policies for early childhood education. Fundamental rights of childhood. Childhood and malnutrition. Creche and Child Care Center Caxiense, Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

FIGURA 1-Mapa do antigo Município de Iguaçú.....	20
FIGURA 2- Fazenda São Bento-1940.....	21
FIGURA 3- Fazenda São Bento, dias atuais	22
FIGURA 4- Natalício Tenório Cavalcanti e sua metralhadora apelidada de “Lurdinha”.....	26
FIGURA 5- Fábrica Nacional de Motores.....	30
FIGURA 6- Vista aérea da REDUC.....	33
FIGURA 7- Unidade de Coqueamento Retardado e Tanque Maracanã 128.....	34
FIGURA 8- CCAIC Amapá.....	67
FIGURA 9- CCAIC Jardim Gramacho.....	67
FIGURA 10- CCAIC Olavo Bilac.....	68
FIGURA 11- CCAIC Parque Muísa.....	68
FIGURA 12- CCAIC Jardim Anhangá.....	69
FIGURA 13- CCAIC Xerém.....	69
FIGURA 14- CCAIC Campos Elíseos.....	70
FIGURA 15- Gráfico evolução do atendimento na. Educação .Infantil. no país de 2007 a 2014.....	80
FIGURA 16- Registro de atividades realizadas com crianças do CCAIC 4.....	91
FIGURA 17- Registro de atividades realizadas com crianças do CCAIC 4.....	92
FIGURA 18- Registro de atividades realizadas com crianças do CCAIC 3.....	93
FIGURA 19- Registro de atividades realizadas com crianças do CCAIC 2.....	93
FIGURA 20- Registro de atividades realizadas com crianças do CCAIC 1.....	94
FIGURA 21- Registro de atividades relacionadas à alimentação, realizadas com crianças do CCAIC.....	96
FIGURA 22- Registro de atividades relacionadas à alimentação, realizadas com crianças do CCAIC 2.....	96
FIGURA 23- Registro de atividades relacionadas à alimentação, realizadas com crianças do CCAIC 3.....	97
FIGURA 24- Registro de atividades relacionadas à alimentação, realizadas com crianças do CCAIC 4.....	98
QUADRO 1- Prefeitos eleitos em Duque de Caxias pelo voto direto de 1947 a 1962.....	31
QUADRO 2- Crescimento populacional de Caxias.....	34
QUADRO 3- Prefeitos do período ditatorial.....	36
QUADRO 4- Prefeitos do período democrático.....	37

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CCAIC	Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNP	Conselho Nacional de Petróleo
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPFPPF	Centro de Pesquisa Paulo Freire
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DESANS-DC	Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Duque de Caxias
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAE	Fundação de Assistência ao Educando
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FEBF	Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
FNM	Fábrica Nacional de Motores
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
MEC	Ministério da Educação
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
NEMP	Núcleo da Equipe Multiprofissional
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAISC	Programa de Assistência Integral à Saúde da Criança
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PST	Partido Social Trabalhista
REDUC	Refinaria de Duque de Caxias
SAPS	Serviço de Alimentação e Previdência Social
SISVAN/SMS	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional da Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias
UDN	União Democrática Nacional
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo I- Contexto histórico do Município de Duque de Caxias.....	20
1.1 Histórico de Duque de Caxias.....	20
1.2 Representação política de Tenório Cavalcanti em Duque de Caxias.....	24
1.3 Emancipação do município e projeto de colonização do Estado Novo.....	28
1.4 Análise histórica do processo de desnutrição em Duque de Caxias, no contexto do cenário nacional.....	37
Capítulo II- Do Portal do Crescimento à Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense: Um desafio educacional em meio à desnutrição.....	42
2.1 A legitimação do conceito de infância: pensadores e instituições.....	43
2.2 Revisão de literatura- Políticas públicas voltadas para a Educação Infantil e desnutrição.....	49
2.3 O Portal do Crescimento.....	59
2.4 Uma proposta de reformulação do Portal do Crescimento - O CCAIC.....	64
Capítulo III- Os caminhos do projeto CCAIC nas vozes dos especialistas	72
3.1 O campo de pesquisa e o universo dos entrevistados	72
3.2 Análise das entrevistas.....	75
Considerações finais - Encontro entre o passado e o presente do CCAIC- Caminhos futuros.....	105
Referências Bibliográficas	110
Anexos.....	117
Apêndices.....	149

INTRODUÇÃO

Iniciei minha trajetória como professora com o curso de formação de professores, em nível médio, concluído no ano de 1985. No ano de 1987 passei a exercer a função de professora na escola particular em que conclui o curso normal e onde atuei por cinco anos em turmas de quinto e sexto ano de escolaridade, anteriormente quarta e quinta séries do primeiro grau. No ano de 1994 ingressei na rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro, na função de professora com matrícula de quarenta horas, em um Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), unidade escolar do Estado, localizado no Município de Duque de Caxias, em que nasci e vivo. No ano de 1997, ingressei na rede municipal de ensino de Duque de Caxias, como Professor II, das séries iniciais do Ensino Fundamental, deixando então minha matrícula no estado. Neste período, conclui ainda a graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na unidade Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF).

Em meu percurso na Rede Municipal de Duque de Caxias exerci durante oito anos a função de professora da Educação Infantil, atuando em creche. Este lugar me possibilitou reflexões a respeito do desenvolvimento na primeira infância, do meu papel como professora e da função da educação infantil no desenvolvimento das crianças. A partir do meu trabalho como professora da Educação Infantil e da participação em reuniões de formação dos professores da rede, no ano de 2004 recebi o convite da Secretaria Municipal de Educação para assumir a gestão do Portal do Crescimento¹, creche com atendimento específico para crianças no perfil de desnutrição e risco nutricional. Embora tendo experiência na Educação Infantil, a passagem pelo Portal do Crescimento foi uma vivência nova e inquietante, diante da realidade nutricional e social das crianças e famílias que eram atendidas.

Neste período, os gestores das unidades escolares eram escolhidos por indicação e a cada troca no governo municipal, muitos gestores eram substituídos. Assim, no ano de 2005, deixei a gestão do Portal do Crescimento em Xerém e retornei à minha atividade como docente.

A partir de 2007, ingressei na rede de ensino do município, também como Orientadora Pedagógica, atuando em escola de Ensino Fundamental, em creches e também na sede da Secretaria Municipal de Educação, na Coordenadoria de Educação Infantil, na qual retomei o contato com o Portal do Crescimento, agora denominado Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense (CCAIC).

¹ Projeto de creches para atendimento a crianças desnutridas, criado em 2003, no município de Duque de Caxias, cujo histórico será apresentado à frente.

O Projeto Portal do Crescimento surgiu em Duque de Caxias, um município do estado do Rio de Janeiro, que se situa na região da Baixada Fluminense e que teve, no início de sua história, uma vocação agrícola, passando – com o transcorrer do tempo - à cidade subúrbio-dormitório do Rio de Janeiro.

Sua emancipação política data de 1943, quando deixou de ser distrito do município de Nova Iguaçu. Com uma população estimada de 855.048 habitantes e 467,620 km² de área (IBGE, 2010), é o terceiro mais populoso município do estado. Em divisão territorial datada de 1960, o município é constituído de quatro distritos: Caxias, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém.

Em 1961 a implantação da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), a mais completa e complexa refinaria do sistema Petrobras, foi um marco significativo no desenvolvimento econômico e populacional do município. Apesar deste desenvolvimento existe ainda hoje no município uma parcela de sua população em situação de vulnerabilidade social, pois serviços básicos como fornecimento de água, esgotamento sanitário, habitação, entre outros, encontram-se defasados.

Segundo dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional da Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias (SISVAN/SMS), em 2001, um total de 21% das crianças menores de cinco anos, acompanhadas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), encontravam-se desnutridas (P/I percentil menor ou igual a 3 - $P \leq 3$ e /ou em risco nutricional - P/I entre percentil 3 e percentil 10)², de acordo com a classificação utilizada na época pela National Health Care Surveys – NCHS, 1977³ (DUQUE DE CAXIAS, DESANS, 2012).

Neste cenário, Dom Mauro Morelli⁴, teve um importante papel na mobilização social pelo combate à desnutrição no município. Vindo de São Paulo onde era auxiliar do arcebispo, Cardeal D. Paulo Evaristo Arns (1921-2016), teve a atuação pastoral voltada para a periferia e a criação das comunidades eclesiais de base, foi um dos principais ativistas contra a ditadura militar, pelo fim das torturas e a volta da democracia. Chegou à Baixada Fluminense em 1981 e permaneceu até 2005 (Leal, 2015).

² P/I - o peso por idade, expressa a relação entre a massa corporal e a idade cronológica da criança. É o índice utilizado para avaliação do estado nutricional, principalmente para caracterização do baixo peso.

³ Inquéritos Nacionais de Saúde-Centro Nacional para Estatísticas de Saúde

⁴ Dom Mauro Morelli é um bispo católico brasileiro. Foi bispo auxiliar da arquidiocese de São Paulo e é bispo emérito da diocese de Duque de Caxias. Fonte: LEAL, Estadão, 2015. Disponível em "<<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,venda-a-casa-do-bispo,1630853>>". Acessado em 03/03/2019.

Em sua atuação à frente do episcopado lutou por uma Igreja aberta aos problemas do mundo e na luta pela dignidade humana. Destacou-se pelo combate à miséria e à fome e pela luta pela ética e cidadania. Foi um dos fundadores do Movimento pela Ética na Política e junto com Herbert José de Souza⁵, fortaleceu a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Esteve à frente da criação do conceito de segurança alimentar enquanto combate à fome, já apresentada na década de 1950 como catástrofe social, nos estudos de Josué de Castro,⁶ que apontavam o desnível social no Brasil como resultado das estruturas econômicas e sociais impostas no período colonial e mantidas nos períodos Imperial e Republicano.

Preocupado com o alarmante quadro de desnutrição e mortalidade materno-infantil do município em 2001, Dom Mauro Morelli, em parceria com a Câmara dos Vereadores, convocou a primeira Audiência Pública sobre Segurança Alimentar e Nutricional e lançou o “Mutirão Contra a Desnutrição Materno Infantil e Direito à Infância de Duque de Caxias”.

Com a colaboração de voluntários foi lançado o desafio de mapeamento da fome no Município, com o objetivo de traçar o perfil nutricional da população materno-infantil, identificando crianças desnutridas ou em risco nutricional a fim de que fossem incluídas em programas de segurança alimentar. Em entrevista dada ao Estadão, Dom Mauro fala sobre este trabalho e revela a sua preocupação com o quadro de desnutrição em Duque de Caxias:

[...] Fiquei impressionado. Isso me perturbou muito. Saí pela diocese desafiando as pessoas a fazerem alguma coisa”, lembra. Com a colaboração de quase mil voluntários e três universidades, criou um mutirão materno-infantil que chegou a 40 mil crianças. “Eu dizia para o pessoal: antes de pesar e medir a criança encoste a criança no seu peito, para ela sentir o calor de sua humanidade e você sentir a fragilidade dela”. O prefeito se viu obrigado a criar uma política pública. Eu disse a ele: “Se for preciso, venda a casa do bispo, que era a minha (LEAL, 2015).

O Mutirão Contra a Desnutrição Materno/infantil e Direito à Infância realizou um trabalho de campo, com visitas domiciliares nos quatro distritos de Duque de Caxias, em

⁵ Herbert José de Souza (1935-1997), conhecido como Betinho, foi um sociólogo brasileiro e ativista dos direitos humanos no Brasil. Nos anos 60 ajudou a fundar a Ação Popular (AP), movimento que lutava pela implantação do socialismo no Brasil. Formado em Sociologia pela Universidade de Minas Gerais, em 1962, após o golpe militar de 1964, passou sete anos na clandestinidade e oito no exílio. Voltou ao país em 1979 e criou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Em 1993, fundou a “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, que mesmo sem a ajuda do governo arrecadava e distribuía alimentos para a população carente. Hemofílico, faleceu em 1997, vítima da AIDS, contraída em transfusões de sangue. Fonte: Disponível em "< <https://www.ebiografia.com/betinho/>>". Acessado em 03/03/2019.

⁶ Josué de Castro (1908-1974) foi médico, pesquisador e professor brasileiro. Pesquisou os problemas da fome e da miséria no Brasil. Realizou conferências e estudos sobre a fome em vários países. Foi professor em diversas universidades no Brasil e da Universidade de Vincennes, na França. É autor do Livro Geografia da Fome, 1946. Fonte: Disponível em "< https://www.ebiografia.com/josue_de_castro/>". Acessado em 03/03/2019.

parceria com órgãos municipais, universidade⁷, Pastoral da Criança⁸ e Diocese, pesando e avaliando em um ano, 23.000 crianças. Constatou-se um alto nível de desnutrição no município, a partir do diagnóstico e análise destes dados e, posteriormente, foi apresentado no final do ano de 2002, o primeiro Projeto de Combate à desnutrição Infantil no Município.

Como frutos desta mobilização social, diversas ações foram implantadas no sentido de combater a fome e a desnutrição. Uma delas foi a criação do Projeto denominado Portal do Crescimento, posteriormente denominado CCAIC, em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, Assistência Social, Saúde e Cultura, como parte de uma Política Pública Municipal de Segurança Alimentar.

O surgimento de um projeto de Educação Infantil para um perfil específico de crianças desnutridas, em sua maioria oriundas das camadas mais pobres da população de Duque de Caxias, trouxe uma reflexão a respeito do caráter compensatório ou assistencialista deste tipo de atendimento e nos remeteu à história inicial da pré-escola, onde fica explícita a tônica de compensação de carências.

KRAMER (1982, p.55) ressalta que desde o surgimento da educação pré-escolar, em meados do século XIX, esta foi encarada como antídoto para a privação cultural e como forma de promoção social. As origens desses programas compensatórios já podiam ser encontradas em Froebel (1782-1852), e nos primeiros jardins de infância fundados nas favelas alemãs, em Montessori (1870-1952) e sua “*Casa dei Bambini*” em favelas italianas e na ênfase que McMillan (1860-1931), contemporânea de Montessori, dava à necessidade de assistência médica e odontológica, bem como à estimulação cognitiva, para que as crianças tivessem suas deficiências compensadas.

No Brasil, a Educação Infantil é uma conquista social recente, visto que somente a partir da Constituição Federal de 1988 ela passa a fazer parte do sistema educacional, não mais com o cunho assistencial. Porém, decorridos quase trinta anos desta conquista, a oferta de vagas neste segmento da educação básica pelos municípios do Brasil, principalmente na faixa de zero

⁷ Escola de Medicina da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO).

⁸ Organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que tem como objetivo a promoção do desenvolvimento integral de crianças entre zero e seis anos de idade em seu ambiente familiar e em sua comunidade. Fonte: Disponível em "< <https://www.pastoraldacrianca.org.br/quemsomos> >". Acessado em 03/03/2019.

a três anos de idade, não atende à demanda e gera o uso de critérios de seleção para ingresso nas creches, que contribuem para perpetuar os princípios compensatórios e assistencialistas.

É importante considerar que o projeto CCAIC foi justificado por um cenário cruel que atingia a população infantil do município de Duque de Caxias, no início dos anos dois mil e tinha como objetivo garantir direitos das crianças, preconizados na Declaração Universal dos Direitos das Crianças⁹, proclamada pela Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁰ 1386 (XIV), de 20 de novembro de 1959, em seu princípio IV:

A criança deve gozar dos benefícios da previdência social. Terá direito a crescer e desenvolver-se em boa saúde; para essa finalidade deverão ser proporcionados, tanto a ela, quanto à sua mãe, cuidados especiais, incluindo-se a alimentação pré e pós-natal. A criança terá direito a desfrutar de alimentação, moradia, lazer e serviços médicos adequados.

Na Constituição Federal do Brasil de 1988 em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹¹ no Art. 7º diz ainda que “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”.

Diante do quadro de desnutrição no município, apresentado no ano de 2002 pela coordenação do Mutirão Contra a Desnutrição Materno infantil e Direito à Infância de Duque de Caxias, em dados e situações alarmantes, que mostravam muitas crianças em risco de sofrer

⁹ Adotada pela Assembleia das Nações Unidas de 20 de novembro de 1959 e ratificada pelo Brasil; através do art. 84, inciso XXI, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, e 1º do Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961. Fonte: Disponível em <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>> Acesso em 03 de março de 2019.

¹⁰ A organização das Nações Unidas, fundada em 24 de outubro de 1945, é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e desenvolvimento mundiais. A carta da ONU- documento de fundação da Organização institui seis órgãos principais, a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado. Fonte: Disponível em <<https://nacoesunidas.org/conheca/>>. Acessado em 03 de março de 2019. .

¹¹ A Lei nº 8.069, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foi criada em 13 de julho de 1990 e dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, os reconhecendo como sujeitos de direitos protegidos pela lei. Sua importância deriva de reafirmar a proteção de pessoas que vivem em períodos de intenso desenvolvimento psicológico, físico, moral e social. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em 11 de março de 2019.

consequências permanentes em seu desenvolvimento global, e até mesmo de morte, o CCAIC, enquanto um projeto que fazia parte de uma política pública de promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) teve um papel importante no atendimento a esta parcela da população, que em geral não era beneficiária de programas de saúde e educação e se encontrava abaixo da linha da pobreza, necessitando de ações mais efetivas.

Se de um lado a preocupação latente com a garantia do direito à vida, por meio de uma alimentação saudável e balanceada dava ao CCAIC um tom de projeto assistencialista, por outro a discussão sobre seu caráter educacional leva a uma constante avaliação do seu papel como instituição de educação, fugindo de um modelo de educação compensatória, que causa a marginalização e a discriminação das crianças das classes sociais dominadas por enfatizar a importância em suprir deficiências e diferenças.

Nesta reflexão está sempre presente a discussão sobre duas ações indissociáveis e complementares que são o educar e o cuidar. Com maior ênfase que nas demais instituições de Educação Infantil do município, o cotidiano da prática educativa dos CCAIC requer um pensar constante sobre o ato de dar esta assistência necessária à criança, associando-a ao ato de educar através de propostas pedagógicas que contemplem o desenvolvimento integral das mesmas.

Assim, educar envolve todos os cuidados com a alimentação e saúde das crianças matriculadas nas unidades CCAIC, o apoio social às suas famílias e também o olhar que os profissionais que atuam nestas instituições possuem em relação às suas ações no contexto da educação infantil e como pensam e entendem o que é ser criança.

Na construção histórica da educação infantil, diversas propostas de assistência e educação à Infância foram discutidas por diferentes segmentos da sociedade no contexto dos valores das épocas em que viviam. No entanto, neste momento, cabe enfrentar as desigualdades sociais e ausência de garantias de benefícios e ainda combater a desigualdade social por meio da garantia do direito à educação em creches e pré-escolas públicas de qualidade.

Embora o Brasil tenha uma legislação que garanta esse direito, o que ainda se constata é a não prioridade à educação infantil frente às demandas dos ensinos fundamental e médio, o que nos remete à noção de valores proclamados e valores reais proposta por Teixeira em 1962. O intelectual aponta que a colonização europeia no continente operou o nascimento de uma estrutura dividida entre propósitos reais (a exploração de nossas riquezas) e propósitos proclamados (a expansão do cristianismo), Teixeira estabelece uma distinção entre os padrões escolares legais e os reais, afirmando que as bases legais trazem o ideal da uniformidade que

não contemplam as condições reais da escola. Vivemos ainda hoje uma significativa distância entre os valores proclamados e os valores reais na educação.

Em todo o país se observa a precariedade do atendimento nesta etapa da educação básica, onde filas de espera se estabelecem nas redes públicas de ensino, principalmente na faixa de 0 a 3 anos, que compreende o atendimento de creche em tempo integral. Ressalta-se, neste contexto, a forma não democrática como muitas vezes são disponibilizadas as vagas em creches públicas, principalmente no âmbito dos municípios. Campos chama a atenção para este aspecto:

Uma concepção democrática de qualidade não pode se esquivar de considerar o tipo de acesso que a população tem às creches e pré-escolas. Em um país populoso como o Brasil, onde a faixa etária de zero a seis anos corresponde a 13,3% do total de habitantes, chegando em alguns estados a mais de 17% (Brasil, 2002), com grandes desigualdades regionais e de renda, é importante verificar quem tem acesso a que tipo de atendimento educacional. (CAMPOS, 2006, p.93)

No contexto da discussão sobre a integração das creches aos sistemas públicos de ensino e da garantia de direitos preconizados na Constituição Brasileira de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN), de 1996, que estabelece a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, direito da criança e dever do Estado, o CCAIC surge como parte de uma política pública municipal de segurança alimentar, na especificidade de atendimento a crianças desnutridas. O acesso às vagas não acontece por meio de sorteios e sim da avaliação nutricional, o que muitas vezes não é compreendido pelas comunidades onde estão inseridas as unidades e nas quais há uma grande demanda para o atendimento à etapa da Educação Infantil. As cobranças se acentuam nas comunidades onde o CCAIC é a única unidade de atendimento à modalidade de creche (zero a três anos de idade), gerando muitas vezes a procura pela avaliação nutricional por parte de famílias que, ainda que conscientes de que seus filhos/as não estão dentro do critério exigido para o ingresso, por falta de opção, buscam uma vaga em creche.

Assim, a escolha do tema desta pesquisa se deve ao envolvimento da pesquisadora com a área, professora do Ensino Fundamental em Duque de Caxias, desde 1994, atuando boa parte deste tempo na Educação Infantil, diretora de uma das unidades do projeto CCAIC, orientadora pedagógica em creches do município. Também, pesa a relevância do tema, uma vez que o projeto de recuperação nutricional de crianças em creches é pioneiro no Brasil e traz no seu bojo a discussão sobre os aspectos educacional e assistencialista deste tipo de atendimento na educação infantil.

Esta pesquisa se propõe a investigar a história do CCAIC e os caminhos de constituição de seu trabalho educacional, preservando a sua memória. Busca ainda conhecer o corpo de profissionais do CCAIC e por meio das narrativas de especialistas envolvidos no projeto, compreender o seu alcance como política pública educacional e de segurança alimentar, analisando avanços e retrocessos, apontando possíveis caminhos e reformulações no projeto.

Este estudo se dá no diálogo com pesquisadoras da área de educação, principalmente as que discutem a educação infantil, seu cotidiano e fazeres como Sônia Kramer, Regina Leite Garcia, Zilma de Moraes Oliveira, Patrícia Corsino, Daniela Guimarães e outros, que contribuem nesta área com suas pesquisas e reflexões.

O diálogo com autores/as que discutem as políticas públicas na área da educação também é relevante e assim, desta área trago as contribuições de Maria Machado Malta Campos sobre a qualidade da educação e políticas educacionais.

O diálogo com as publicações do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, a fim de compreender aspectos da situação alimentar e nutricional da população brasileira e, ainda neste campo, dados do Departamento Geral de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Duque de Caxias sobre a situação nutricional no município, trazem importantes subsídios a este estudo.

A pesquisa qualitativa balizada por uma pesquisa bibliográfica e documental dos referenciais teóricos dá consistência às questões levantadas, sendo também de grande contribuição os depoimentos e reflexões de pessoas envolvidas no Mutirão contra a Desnutrição Materno Infantil no Município de Duque de Caxias, colaboradoras no processo de criação do projeto inicial do CCAIC, a fim de aprofundar o conhecimento sobre a história da luta contra a desnutrição no município. Assim também, as falas de profissionais que atuam nas unidades CCAIC, equipes diretivas, professores e agentes de creche, serão relevantes a fim de que se possa compreender o processo de constituição do trabalho educacional nestas creches. Os lócus da pesquisa são quatro unidades CCAIC, uma de cada distrito do município.

O primeiro capítulo traz um panorama histórico do município de Duque de Caxias, abordando os aspectos políticos e sociais de sua formação, desde a colonização europeia até os dias atuais, situando também o leitor no contexto histórico em que foi criado o projeto CCAIC.

CAPÍTULO I- CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

1.1 Histórico de Duque de Caxias

Duque de Caxias, município do Estado do Rio de Janeiro, situado na Baixada Fluminense, tem como limites os municípios de Miguel Pereira, Petrópolis, Magé, Rio de Janeiro, São João de Meriti e Nova Iguaçu. Está dividido em quatro distritos: 1º Duque de Caxias; 2º Campos Elíseos; 3º Imbariê; 4º Xerém.

Baixada foi um termo cunhado no final do século XIX para designar a porção de terra do lado oeste da baía da Guanabara. Baixada Fluminense é o conceito que designa a região que compreendia as terras do antigo município de Iguaçu no início do século XX, conforme nos ilustra Lucia Silva em seu trabalho “Baixada Fluminense como vazio demográfico? População e território no antigo município de Iguaçu (1890/1910)”.

FIGURA 1-Mapa do antigo município de Iguaçu



FONTE: SILVA (2017, p. 417)

Até a década de 1940, Duque de Caxias, São João de Meriti e Nova Iguaçu formavam um só município. Assim, a história de Duque de Caxias está imbricada à história desses municípios vizinhos. Situado às margens da Baía da Guanabara, foi utilizado como rota de escoamento da

produção local e favoreceu a ocupação das cercanias da Baía, pois é elo entre o interior e o litoral.

A região era habitada por índios Jacutingas que a chamavam de Trairaponga e seu principal rio, o Iguaçu, serviu de entrada para a ocupação colonizadora. Mais tarde, os portugueses utilizaram também o seu nome para uma das sesmarias criadas. A relação dos colonizadores com os Jacutingas repetiu o que ocorreu em quase toda a colônia, impondo aos indígenas a escravidão, doenças e espoliação de suas riquezas naturais.

Há registro do povoamento da região datados do século XVI, quando a atuação francesa foi interrompida após uma sangrenta guerra com Portugal em 1564. Em 1565, Cristóvão Monteiro, Ouvidor-mor, recebeu como doação, parte das terras da Sesmaria do Iguaçu, como agradecimento por sua atuação na luta contra os franceses. Ali, construiu o primeiro engenho açucareiro da região, em sua Fazenda do Aguassu ou Iguassu. Posteriormente, a Fazenda do Iguaçu foi adquirida pela ordem de São Bento, que comprou partes das terras de Cristóvão Monteiro, em 1591, e a transformou na Fazenda São Bento. Com a doação de outra porção, feita pela viúva de Cristóvão, em 1596, a fazenda iniciava o processo de colonização do Vale do Rio Iguaçu. É considerada núcleo inicial de ocupação do atual município e é hoje a mais antiga e importante fazenda na região que constitui o município de Duque de Caxias. (SOUZA,2014)

FIGURA 2- Fazenda São Bento-1940



FONTE: Baixada Fluminense: memória fotográfica. (2008, p. 57)

FIGURA 3- Fazenda São Bento, dias atuais.



FONTE: Arquivo pessoal da autora

As terras que margeavam os rios Inhomirim, Imbariê e Estrela foram doadas a outros sesmeiros a partir da última década do século XVI e a área passou a ser conhecida como Piedade de Inhomirim, transformada posteriormente em Estrela.

O cultivo da cana de açúcar alavancou a ocupação da região, mas outros produtos como milho, feijão, mandioca e arroz também foram cultivados e abasteceram a cidade portuária do Rio de Janeiro, uma vez que os rios facilitavam o escoamento da produção. A extração de reserva de madeira da região foi também uma atividade comercial vantajosa, que perdurou até meados do século XX. As aldeias indígenas deram então lugar a engenhos, capelas, mosteiros, tabernas, portos e estradas.

A partir do século XVIII, a descoberta de ouro no planalto mineiro tornou a região portuária do Rio de Janeiro o principal centro econômico e político da colônia, que estreitou sua relação com a Baixada da Guanabara, por conta de seus rios e estradas abertas através das serras para o trânsito de mercadorias. A Coroa portuguesa, diante da dificuldade de escoar o ouro das Minas Gerais por caminhos que exigiam um tempo de aproximadamente três meses para ser percorridos, em meio a ameaças da pirataria, delegou ao então governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá, a tarefa de elaborar relatório de gastos necessários à abertura de novos caminhos que possibilitassem o encurtamento das viagens. O Caminho Novo do Pilar, mais rápido, seguro e econômico ligou o Rio de Janeiro à região de Minas Gerais, intensificando as relações daquela cidade com os portos Estrela, Pilar e Iguaçú.

A partir da metade do século XVIII, o ouro mineiro tornou-se escasso o que, porém não significou a decadência da região sudeste, que reorientou sua economia, expandindo a produção açucareira e a pecuária. A região da Baixada da Guanabara se manteve como ponto de parada e abastecimento de tropeiros e local de passagem de mercadorias. As áreas em torno da baía tiveram grande desenvolvimento até o século XIX. Entretanto, o preço deste desenvolvimento se traduziu em devastação das matas, assoreamento e obstrução dos rios, o que favoreceu o surgimento de doenças como malária e cólera, resultando no abandono da região por muitas pessoas, tornando-a bastante inabitável.

Em 1886 foi instalada a Estrada de Ferro Leopoldina, que cortando o território da atual Duque de Caxias o integrava ao centro urbano do Rio de Janeiro. Entretanto, a chegada da ferrovia não impediu o despovoamento que acontecia na região. A Baixada tornou-se um espaço decadente da economia rural fluminense e passou a ter papel secundário na estrutura política do Primeiro Reinado.

Ao final do século XIX e início do século XX as lojas e espaços do Rio de Janeiro estavam cada vez mais valorizados, o que provocou a atuação de comissões de higiene e saúde pública, da polícia, dos especuladores e do governo municipal nos cortiços e vilas ocupadas por trabalhadores pobres, negros e mestiços, os expulsando do centro. O território Caxiense passou por um processo de urbanização a fim de transformá-lo na (periferia da periferia da capital do país), conforme nos relata SOUZA (2014, p. 84). Até então, um espaço predominantemente rural, se inicia um processo de surgimento de vilas e povoados em torno das estações ferroviárias, que deram origem a muitos bairros atuais da cidade.

As terras da baixada serviram assim para aliviar as pressões demográficas da cidade do Rio de Janeiro e em conjunto com outros fatores como a instalação de energia elétrica nos arredores de Meriti em 1924, a construção da estrada Rio-Petrópolis em 1928 e a chegada de trabalhadores pobres vindos do interior do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Nordeste em busca de emprego, provocaram um aumento populacional na região. A população de Meriti, hoje Duque de Caxias, cresceu de 2.920 habitantes em 1920, para 28.756 habitantes em 1930.

Diante deste rápido crescimento populacional, antigas propriedades rurais que estavam improdutivas foram fracionadas e loteadas e o crescente desenvolvimento transformou a região em Duque de Caxias, oitavo distrito de Nova Iguaçu, por meio de proposta do Deputado Federal Dr. Manoel Reis (1877-1935), efetivada por decreto estadual em 1931.

Houve uma intensificação na disputa dos incorporadores de terras, causando uma competição entre proprietários agrícolas e empresas loteadoras. Como práticas de acesso a um maior volume de terras, a principal estratégia de conquista e manutenção da propriedade foi o uso de jagunços armados e a resolução dos conflitos pela violência. Na lógica do poder pela coerção na Baixada, emergem figuras vinculadas ao mandonismo local. Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque (1906-1987), conhecido como Tenório Cavalcanti, ou o popular "homem da capa-preta", é o principal exemplo de agentes do poder local que se desenvolveu no espaço da Baixada, no período de integração urbana com o antigo Distrito Federal.

1.2 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE TENÓRIO CAVALCANTI EM DUQUE DE CAXIAS.

Alagoano, do município de Palmeira dos Índios, Tenório Cavalcanti chegou ao Rio de Janeiro no final dos anos vinte, depois do assassinato do pai, pequeno proprietário de terras e cabo eleitoral do deputado federal nordestino Natalício Camboim de Vasconcelos. Fugindo de uma possível vingança e da possibilidade de também ser morto, aos dezenove anos fixou-se em Duque de Caxias, então distrito de Nova Iguaçu. As relações políticas de seu pai lhe renderam um apadrinhamento, através do qual Tenório se tornou controlador de ponto nas obras da Estrada Rio-São Paulo e posteriormente administrador das terras de Edgar de Pinho, engenheiro baiano e um dos mais importantes proprietários de terra da região da Baixada. Entre as propriedades de Pinho estavam as fazendas Santa Cruz, atualmente bairro Santa Cruz e Barro Branco e a Santo Antônio, parte do atual bairro Xerém (SOUZA,2014).

Tenório se tornou homem de confiança de Edgar de Pinho, passando a viver na fazenda Santo Antônio com sua esposa e sua mãe. Administrava a fazenda, além de ser responsável pelo acompanhamento das obras de construção da Estrada Rio-Petrópolis, que cortava as propriedades de Edgar de Pinho. Selecionava e supervisionava os operários que trabalhavam na rodovia e recebeu do próprio Presidente Washington Luiz (1869-1957) a incumbência de cuidar da segurança da estrada. Tornou-se conhecido e temido na região pela atuação de seu bando armado, formado na maioria por homens nordestinos, que seguiam suas ordens e lhes

eram fiéis. Ele também se impunha pela força armada, carregando por baixo de sua lendária capa preta uma metralhadora que chamava de “Lurdinha”. A vestimenta lhe rendeu a alcunha de Homem da Capa Preta e com o seu colete à prova de balas, lhe deu identidade e foi a marca principal de sua imagem pública. Sua aliança com as forças que sustentavam Washington Luiz o aproximou de Getúlio de Moura, importante coronel iguaçuano que posteriormente o encaminharia para a vida política.

Com a revolução de 1930 e a cassação de Washington Luiz as obras da rodovia foram paralisadas o que resultou em conflitos que tornaram a atuação de Tenório ainda mais violenta, e o levou a ser preso e depois liberto por intervenção de Edgar Pinho. Seu constante envolvimento em conflitos armados levou Pinho a lhe dispensar da administração de suas fazendas, o que não provocou o rompimento de suas relações. Tenório, que se casara com a filha de um renomado comerciante da região e adquirira durante o tempo de trabalho para Edgar Pinho, diversos lotes que se valorizavam, comprou uma casa no centro de Caxias e tornou-se comerciante de material de construção e madeira.

Pelas mãos de Getúlio de Moura, Tenório Cavalcanti ingressou na União Progressista Fluminense e pela legenda foi eleito vereador para a Câmara Municipal de Nova Iguaçu, representando o distrito de Duque de Caxias, em 1936. Exerceu seu mandato até o final de 1937, quando o poder legislativo foi extinto no país pelo Estado Novo.¹² Ainda na vigência do regime ditatorial, em 1940 Tenório foi convidado para assumir o cargo de agente fiscal da agência de Caxias e atuando no controle da arrecadação de impostos retornou ao jogo político, estabelecendo uma relação com os comerciantes que envolvia a redução de impostos e troca de favores. Assim, em 1947 elege-se deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN)¹³ recebendo dois terços da votação em Caxias com 2.800 votos. Em outubro de 1950 elegeu-

¹² Regime político instaurado pelo Presidente Getúlio Vargas, a fim de se manter no poder e que compreende o período de 1937 a 1946. Em substituição à Constituição promulgada em 1934, o Ministro da Justiça Francisco Campos idealizou e redigiu uma nova carta com dispositivos semelhantes aos encontrados em constituições de regimes autoritários vigentes na Europa. O fechamento do Congresso Nacional e a imposição de rigorosas leis de censura permitiram a Vargas conduzir o Brasil, sem que a oposição pudesse se manifestar. É parte do período da história do Brasil conhecido como Era Vargas e foi caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo. Fonte: Disponível em < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/EstadoNovo>>. Acesso em 03 de março de 2019.

¹³ A União Democrática Nacional, fundada a sete de abril de 1945 como uma “associação de partidos estaduais e correntes de opinião” contra a ditadura estadonovista, caracterizou-se essencialmente pela oposição constante a Getúlio Vargas e ao getulismo. Embora tenha surgido como uma frente, a UDN organizou-se em partido político nacional, participando de todas as eleições, majoritárias e proporcionais, até 1965. Seu principal adversário das urnas era o Partido Social Democrático (PSD), de representação majoritária no Congresso. Fonte: Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>>. Acesso em 03 de março de 2019.

se para a Câmara dos Deputados com a quarta votação entre os candidatos udenistas fluminenses.

FIGURA 4- Natalício Tenório Cavalcanti e sua metralhadora apelidada de “Lurdinha”



FONTE: Acervo do Instituto Histórico da Câmara de Duque de Caxias (IHCMDC).

Em fevereiro de 1954, Tenório Cavalcanti fundou no Rio, juntamente com Hugo Baldessarini, o jornal diário “Luta Democrática” e o utilizou na campanha antigetulista comandada por Carlos Lacerda¹⁴, cujo recrudescimento acabaria conduzindo Vargas ao suicídio em agosto daquele ano. Se utilizando de uma linguagem popular em manchetes ambíguas e de apelo sensacionalista, a Luta Democrática conquistou grande aceitação junto às camadas mais pobres da população carioca o que foi fator preponderante no aumento do prestígio de Tenório e consolidação de sua liderança política em Duque de Caxias, nas áreas vizinhas da Baixada Fluminense e no então Distrito Federal, o que se traduziu em sua reeleição como deputado federal na legenda da UDN com a maior votação do estado do Rio (42.060 votos), nas eleições de outubro de 1954.

¹⁴ Carlos Frederico Werneck de Lacerda foi um jornalista e político brasileiro. Membro da União Democrática Nacional (UDN) foi eleito vereador (1947), deputado federal (1955–60) e governador do Estado da Guanabara (1960–65). Foi fundador (em 1949) e proprietário do jornal Tribuna da Imprensa e o utilizou para fazer ferrenha oposição a Getúlio Vargas. Vítima de atentado na Rua Tonelero onde residia e que culminou com a morte do major da Aeronáutica, Rubens Vaz que fazia sua proteção, Lacerda lançou um editorial na Tribuna da Imprensa exortando as forças armadas a exigirem a renúncia de Vargas. O agravamento da crise política e o ultimato das Forças Armadas pela sua renúncia levaram Getúlio Vargas ao suicídio com um tiro no peito, em 24 de agosto de 1954. Fonte: Disponível em < https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/carlos_lacerda> . Acesso em 03 de março de 2019.

Participou da oposição durante todo o governo Kubitschek¹⁵, combatendo a política desenvolvimentista e a construção de Brasília e denunciando a corrupção oficial sem, porém, deixar de cultivar seu eleitorado caxiense. Em 1958, por ocasião das enchentes que assolaram o município, distribuiu terras aos flagelados e auxiliou-os na construção de novas casas. Reelegeu-se em 1958, ainda com a maior votação do estado (46.029 votos), mas viu seu eleitorado deixar de crescer como acontecera entre 1950 e 1954 e começou a afastar-se de Carlos Lacerda, num contexto em que parte das massas urbanas se deslocava para a esquerda.

Em 1960, deixando de lado a Baixada, se lançou candidato na primeira eleição ao governo do recém-criado Estado da Guanabara, quando obteve 23% dos votos válidos contribuindo para a vitória de Carlos Lacerda, que derrotou por pouco mais de 20 mil votos o petebista Sérgio Magalhães, apoiado pelas correntes nacionalistas e de esquerda. Em 1962, Tenório candidatou-se ao governo do Estado do Rio, concorrendo com o petebista Badger Silveira, que o derrotou com 260 mil votos contra 224 mil (LACERDA, 2001).

Retornou à Câmara dos Deputados neste mesmo pleito, tendo obtido menos da metade dos votos conseguidos em 1958 e sendo o segundo colocado da legenda de uma coligação do Partido Social Trabalhista (PST) com o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Seu jornal apoiou o comício de 13 de março de 1964, promovido pelas forças nacionalistas e de esquerda com a participação do presidente Goulart e uma vez implantado o regime militar, após a deposição do Presidente João Goulart¹⁶, Tenório

¹⁵ Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu em Diamantina (MG) no dia 12 de setembro de 1902. Formado em Medicina pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte em 1927, ingressou na vida política como chefe do Gabinete Civil de Benedito Valadares nomeado por Getúlio Vargas como interventor federal em Minas Gerais em dezembro de 1933. Eleito Deputado federal (1935-1937), perdeu seu mandato com o fechamento do Congresso durante a instauração do Estado Novo, retornando às suas atividades médicas. Foi nomeado Prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), eleito Governador de Minas Gerais (1951-1955), 21º Presidente do Brasil (1956-1961) e Senador por Goiás (1961-1964). Na presidência, foi o responsável pela construção de uma nova capital federal, Brasília e durante o seu mandato, o país viveu um período de notável desenvolvimento econômico e relativa estabilidade política, mas também de significativo aumento da dívida pública interna e da dívida externa. Com o golpe militar de 1964, teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos e faleceu em um acidente automobilístico, em 22 de agosto de 1976. Fonte: Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juscelino-kubitschek-de-oliveira>>. Acesso em 03 de março de 2019.

¹⁶ João Belchior Marques Goulart (1919-1976), ainda criança recebeu o apelido de "Jango", comum no Sul do Brasil. Com formação em Direito, preferiu dedicar-se a auxiliar o pai na administração dos negócios familiares, especialmente as fazendas. Foi introduzido na política por Getúlio Vargas que após sua deposição em 1945 voltou a viver em São Borja, sua cidade Natal, e onde vivia Goulart. Foi eleito Deputado Estadual no Rio Grande do Sul (1946-1951), Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul (1951-1955), nomeado Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (1953-1954), eleito Vice-presidente do Brasil (1956-1961) e 24º Presidente do Brasil (1961-1964). Seu governo foi desgastado com a crise econômica e com a oposição de militares e em 19 de março de 1964, em São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, cujo objetivo era mobilizar a opinião pública contra o governo de Jango e a política foi o estopim para sua deposição. No dia 4 de abril de 1964 Goulart desembarcou no Uruguai em busca de asilo político e o Senado Federal anunciou a vacância do posto presidencial

teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos em 13 de junho de 1964, o que o levou a afastar-se da vida política, recolhendo-se a seu reduto eleitoral em Duque de Caxias.

Seu vínculo com a população caxiense foi mantido, sustentado principalmente por uma obra filantrópica de vulto: a Fundação São José e o Colégio Maria Tenório através dos quais mantinha um conjunto habitacional com cerca de dez mil pessoas, com aluguéis baratos, uma escola para cinco mil crianças e vários cursos profissionalizantes. Seu jornal, A Luta Democrática, viveu um declínio, tendo tiragens cada vez mais reduzidas até o final da década de 1970, recuperando parte de seu prestígio em 1980, com a retomada de manchetes sensacionalistas sobre casos policiais.

Falecido em cinco de maio de 1987, Tenório Cavalcanti se tornou o principal representante do mandonismo na baixada fluminense, se utilizando da materialização do poder através da coerção e de práticas assistencialistas e se transformando em uma figura que integra os simbolismos e imaginários das representações da região. Sua figura política representa a consolidação de estruturas de poder, sob estratégias que imperam até os dias atuais na configuração da gestão pública em municípios da Baixada Fluminense: a manutenção do poder através da coerção e de práticas assistencialistas. A base política de Cavalcanti foi construída em práticas populistas que evidenciavam seus ‘favores’ à população, seja na alocação em empregos, facilitação para obter documentos, fornecimento de comida, moradia e até resolução de conflitos familiares (LACERDA, 2001; SOUZA, 2014).

1.3 EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO E PROJETO DE COLONIZAÇÃO DO ESTADO NOVO

O projeto de colonização e desenvolvimento industrial do Estado Novo alcançou a Baixada com a instalação de uma fábrica de motores aeronáuticos que atenderia à aviação militar em ascendência e à nascente produção nacional de aviões para uso civil. A Fábrica

e a posse provisória de Rainieri Mazzilli como presidente da República, sendo assim dados os primeiros passos para a ditadura militar no Brasil. Goulart viveu seus últimos anos na Argentina onde faleceu devido a problemas cardíacos, em seis de dezembro de 1976, sendo sepultado em São Borja, sua terra natal. Fonte: Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart>>. Acesso em 03 de março de 2019.

Nacional de Motores (FNM) foi inaugurada em 1942 em uma região de mata virgem, como nos descreve Souza:

O que era selvagem no projeto de construção da cidade fabril em Xerém era o lugar: onça, porco-do-mato, cobras e um pântano profundo cheio de jacarés e mutucas. As nuvens de mosquitos, os marimbondos e a malária eram ameaças ao projeto modernizador; dessa forma, o rigor disciplinar e o patriotismo eram armas poderosas nessa empreitada civilizadora. (SOUZA, 2014, p.126)

A instalação e o funcionamento da fábrica foram controlados pelo Brigadeiro Guedes Muniz que legitimado pelo Estado Novo, encarnava o papel de desbravador e marcava sua posição de protetor e provedor. Embora seu discurso fosse de igualdade entre os trabalhadores, o que acontecia nos acampamentos, antes da conclusão da vila operária, eram situações de desigualdade, discriminação e segregação, com trabalhadores que executavam trabalho braçal vivendo em condições precárias enquanto os que tinham formação técnica gozavam de melhores condições. Era possível ainda encontrar menores trabalhando nos acampamentos, além de criminosos, muitas vezes trazidos da Delegacia de Caxias pelo próprio Brigadeiro. A Fábrica tinha ares de quartel e os trabalhadores recebiam certificados de reservista, tendo seu trabalho equiparado ao serviço militar.

Quando foi produzido o primeiro avião com motor FNM, em 1946, a guerra já havia acabado Getúlio havia sido deposto e o interesse pela industrialização do Brasil esfriara. A produção de motores foi suspensa pelo novo presidente Eurico Gaspar Dutra¹⁷ e a fábrica passou por um processo de desmilitarização e mudança em sua linha de produção, sendo finalmente transformada na principal indústria de montagem de caminhões do país (SOUZA, 2003,2014).

A implantação da FNM atraiu para Caxias um grande contingente de trabalhadores, em sua maioria, imigrantes nordestinos em busca de emprego na indústria e que tiveram maior adaptabilidade ao trabalho no clima quente da Baixada, semelhante ao clima árido e quente do

¹⁷ Eurico Gaspar Dutra (1883 -1974) foi um militar do Exército Brasileiro, alcançando a patente de Marechal. Foi Ministro da Guerra do Brasil de 1936 a 1945, nomeado pelo presidente Getúlio Vargas. A história de sua atuação no Ministério da Guerra em 1937 é sobretudo a história de sua participação na preparação do golpe de 10 de novembro, que liquidou com as liberdades democráticas e com o cambaleante ordenamento constitucional de 1934, impondo a ditadura do Estado Novo. Dutra candidatou-se à Presidência da República e venceu as eleições de dois de dezembro de 1945, pelo Partido Social Democrático (PSD), em coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Deixou a presidência em janeiro de 1951, e levou muitos anos sem ter atuação política formal, o que não o impediu de continuar exercendo influência entre militares e políticos civis que a ele se haviam ligado durante seu governo. Eurico Gaspar Dutra faleceu em 11 de junho de 1974, no Rio de Janeiro aos 91 anos. Fonte: Disponível em <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dutra-eurico-gaspar>>>. Acesso em 04 de março de 2019.

sertão. O município ainda hoje tem uma presença significativa de nordestinos e seus descendentes.

FIGURA 5-Fábrica Nacional de Motores



FONTE: Cidade de Duque de Caxias- Desenvolvimento histórico do município- Dados Gerais. (1958, p. 213)

O processo de industrialização iniciado com a implantação da FNM no início dos anos de 1940 colocou Caxias em situação distinta em relação à vocação eminentemente agrícola das demais cidades da Baixada. Sua população chegava a cem mil habitantes e tinha a característica de subúrbio dormitório do Rio de Janeiro. Como consequência suas carências tornavam-se maiores e urgentes e a presença do poder público era cobrada pela população nos serviços de saneamento, educação, saúde e segurança. A administração municipal em Nova Iguaçu era distante e ineficiente nos serviços públicos prestados a Caxias. A presença da administração pública se resumia a uma Agência Fiscal Arrecadadora e uma subdelegacia de polícia com pequeno destacamento, insuficiente para inibir práticas criminosas.

Diante do progresso que chegava a Caxias e do seu crescimento populacional, se iniciou um processo emancipatório que esteve relacionado à organização da União Popular Caxiense (UPC), formada por médicos, jornalistas e políticos locais. Em 1940 um manifesto pró-emancipação foi entregue a Amaral Peixoto¹⁸ e diante dele o governo teve uma dura reação,

¹⁸ Ernâni Amaral Peixoto (1905-1989) foi um militar da Marinha do Brasil, indicado ao cargo de ajudante de ordens da Presidência da República, em 1933, por intermédio do então ministro da Marinha Protógenes Guimarães. No mesmo ano ingressou na vida política filiando-se ao Partido Autonomista. Em 1937 Amaral Peixoto foi nomeado por Getúlio Vargas para o cargo de interventor federal no estado do Rio de Janeiro, cargo em que permaneceu até 1939, ano em que também se casou com a filha de Getúlio Vargas, Alzira Vargas. Após a redemocratização do país em 1946, ajudou na fundação do Partido Social Democrático (PSD), pelo qual foi eleito deputado constituinte e também presidente da seção fluminense de 1951 até 1965, quando este foi extinto. Nesse

ordenando a prisão dos manifestantes. Tenório Cavalcanti não assinou o manifesto devido à sua aliança política com o prefeito de Nova Iguaçu, a que não agradava a possibilidade de perda de parte do território iguaçuano, principalmente por ser Caxias, a cidade que mais arrecadava imposto na Baixada. Somente em 1943, foram consideradas as condições mínimas à emancipação do distrito e a Baixada Fluminense teve sua primeira partilha territorial. (LACERDA, 2003; SOUZA, 2014)

Por meio do Decreto-Lei Estadual n.º 1.055, de 31/12/1943, no seu Art. 1º, os distritos de Caxias, São João de Meriti, Xerém e Estrela se emanciparam compondo o Município de Duque de Caxias. O novo município passou a ser composto por três Distritos: Duque de Caxias, São João de Meriti e Imbariê. Em 1947, São João de Meriti se emancipou de Duque de Caxias e, em 1954, o Distrito de Imbariê deu origem a outros dois distritos, o de Xerém e o de Campos Elíseos.

A emancipação, porém, não trouxe autonomia a Caxias, que passou a ser governada por interventores indicados por Niterói (capital do estado do Rio de Janeiro). Somente em 1947 foi realizada a primeira eleição direta para Prefeito, sendo eleito o candidato do Partido Social Democrático (PSD), Gastão Reis. No período de 1947 a 1962 Caxias elegeu os seguintes prefeitos:

QUADRO 1- Prefeitos eleitos em Duque de Caxias pelo voto direto de 1947 a 1962

Nome	Período
Gastão Reis-PSD	28/09/1947- 28/12/1950
Anderson Ramos Delegado	28/12/1950-31/01/1951 Como Presidente da Câmara assumiu interinamente.
Adolpho Davi	31/01/1951-06/09/1952 Como Presidente da Câmara assumiu interinamente.
Braulino de Matos Reis	06/09/1952- 31/01/1955
Francisco Corrêa –PTB	31/01/1955- 15/01/1959

período, voltou ao comando do Estado do Rio de Janeiro, agora como governador eleito, ficando no cargo entre 1951 e 1954. Faleceu em 14 de março de 1989 aos 83 anos. Fonte: Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/peixoto-ernani-do-amaral>>. Acesso em 04 de março de 2019.

Joaquim Tenório Cavalcanti-UDN	15/01/1959- 31/01/1959 Como Presidente da Câmara assumiu interinamente.
Adolpho Davi- PSP	31/01/1959- 31/01/1953
Euclides da Fonseca Chagas	06/10/1962- 06/11/1962 Como Diretor Geral da Câmara assumiu interinamente

FONTE: Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias. (2014, p. 156)

Como parte da política nacionalista de Getúlio Vargas no Estado Novo, foi criado em 1938 o Conselho Nacional de Petróleo (CNP) a fim de regular a atividade Petrolífera no Brasil. A proposta de Vargas de criação de uma empresa estatal de petróleo dividiu opiniões e levantou debates acirrados, até que em 1953 com a campanha “O Petróleo é nosso” foi aprovada a criação da Petrobrás¹⁹ pelo Congresso Brasileiro.

Porém, ainda antes da criação da estatal, havia o desenho de construção de uma refinaria de petróleo em Duque de Caxias. O Conselho Nacional de Petróleo, em 1952, aprovou o Plano de Localização de Refinarias de Petróleo no Brasil que previa a criação de uma refinaria localizada na costa que fosse capaz de atender os estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Espírito Santo e parte de Minas Gerais.

Aberta a concorrência pública em 1956, a pedra fundamental para a obra de construção da REDUC foi lançada pelo Presidente Juscelino Kubistchek em 29 de janeiro de 1958 e até 1961 foram realizadas obras para a instalação de infraestrutura e instalações provisórias como almoxarifado, oficinas e garagens. Em 20 de janeiro de 1961, a REDUC foi inaugurada pelo presidente Juscelino Kubistchek, contudo, foi no governo de João Goulart que aconteceu o início das operações e a apresentação da primeira gasolina produzida na refinaria. No ano da sua inauguração, a Reduc estava processando 90 mil barris de petróleo por dia.

O local escolhido para a construção da Refinaria, à época uma região rural de Duque de Caxias, foi o atual bairro de Campos Elíseos, localizado no Km 113,7 da Rodovia Washington Luiz que, devido à proximidade com as principais rodovias como a Presidente Dutra e a

¹⁹ Petróleo Brasileiro S/A. – Petrobrás, criada pela Lei 2004, aprovada no Congresso Nacional e assinada pelo então presidente Getúlio Vargas, no dia 3 de outubro de 1953, assumindo o monopólio da pesquisa, exploração e refino do petróleo no país, além de comercialização de derivados. Sua criação está diretamente relacionada ao movimento popular do início da década de 1950, chamado “O petróleo é nosso”. Atualmente: a Petrobras é líder mundial na extração de petróleo em águas profundas. O número de plataformas em alto-mar operadas pela companhia é maior do que a soma das segunda e terceira colocadas neste ranking. A produção atual supera dois milhões barris de óleo equivalente por dia (petróleo e gás natural). Fonte: Disponível em < <http://exposicao60anos.agenciapetrobras.com.br/decada-1950-momento-1.php>>. Acesso em 04 de março de 2019.

Avenida Brasil, facilitaria o escoamento do petróleo e derivados. O isolamento da área também foi considerado para a instalação de um complexo industrial com capacidade de expansão, além da proximidade com rios e riachos que supririam a necessidade de água e o escoamento de resíduos industriais.

O bairro Campos Elíseos surgiu como resultado da instalação da REDUC. Muitos trabalhadores foram trazidos de diversas partes do Brasil, principalmente do Nordeste, para a construção da refinaria e ao final da construção fixaram suas residências nas proximidades uma vez que não possuíam mão de obra especializada para serem integrados como funcionários da refinaria. Localizado no segundo distrito de Duque de Caxias, o bairro abriga empresas de pequeno, médio e grande porte, bem como dois grandes aglomerados que fazem uma importante contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) do município e do Estado: o Polo de Gás-Químico e Polo Petroquímico do Centro, além de uma série de empresas de logística e transporte (BARROS; COSTA; MARTINS; PREVOT, 2014).

Apesar do desenvolvimento do parque industrial petrolífero, Campos Elíseos ainda hoje tem infraestrutura precária nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, lazer e cultura, abrigando uma população pobre e desassistida pelo poder público. Neste bairro está localizada uma das unidades CCAIC, de atendimento educacional e nutricional às crianças desnutridas, objeto desta pesquisa.

FIGURA 6- Vista aérea da REDUC



FONTE: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-duque-de-caxias-reduc.htm>

FIGURA 7- Unidade de Coqueamento Retardado e Tanque Maracanã 128

FONTE: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinariaduque-de-caxias-reduc.htm>

A REDUC, maior refinaria da Petrobrás, foi responsável por alavancar significativamente o PIB do município de Duque de Caxias, que passou a ser o segundo maior arrecadador de impostos do Estado, ficando atrás apenas de Niterói. Foi também, depois da criação da FNM, o advento que mais contribuiu para o crescimento populacional da região, conforme nos mostra o quadro a seguir:

QUADRO 2- Crescimento populacional de Caxias

Ano	População residente	Crescimento aproximado
1940	29.613	
1950	92.459	212%
1960	243.619	163%
1970	431.397	77%
1980	557.814	33%
1990	667.821	16%
2000	775.456	16%
2010	855.046	10%

FONTE: A Trajetória Histórica de Duque de Caxias e a Constituição do Espaço Social a partir do Advento da REDUC: Paradoxos e Contradições. (2014, p.14)

Apesar do crescimento de caráter econômico, os indicadores sociais de Duque de Caxias e o acesso a itens básicos para a qualidade de vida de seus munícipes não se concretizaram, como nos aponta ROCHA:

O desenvolvimento econômico dos municípios da Baixada não foi capaz de superar os problemas sociais que permanecem presentes em muitos municípios da região. Isso pode ser exemplificado no contraste presente no município de Duque de Caxias que se mostra como o 3º município com maior exportação no país, além de ter ocupado em 2000, segundo dados do IBGE, o posto de 6º município com maior PIB do país. Em contraposição a esses dados o IDH deste município era relativo à posição 1.796. (ROCHA, 2011, p. 12).

Em meio à crise política econômica por que passava o Brasil em 1962, Caxias tornou-se manchete quando em 05 de julho, durante uma greve geral convocada por lideranças sindicais aconteceram saques em lojas do centro da cidade, chamados pela imprensa de “Motim da fome”, uma vez que foi provocado também pela situação de miséria em que viviam os trabalhadores caxienses. A onda de saques se espalhou pela baixada deixando mortos e feridos só foi controlado com a ocupação das ruas por homens do Exército. A Associação Comercial de Duque de Caxias procurou junto ao governo garantias para a proteção dos estabelecimentos comerciais e de suas reivindicações foi determinada a instalação de um Batalhão de Polícia Militar no Município. Paralelamente, os comerciantes da Baixada Fluminense financiaram uma milícia privada para lhes garantir segurança, em geral por meio da eliminação de quem os ameaçasse, o que deu origem aos grupos de extermínio da Baixada.

Em 1964, a deposição de João Goulart pelos militares provocou impactos em Duque de Caxias, sentidos pela ação repressora das tropas militares materializada na ocupação das dependências da FNM e prisão de vários operários. Nas áreas rurais houve atuação do Exército, na busca por guerrilheiros e a repressão atingiu também o centro da cidade com a prisão dos que eram considerados desocupados e suspeitos. Também ocupada, a REDUC teve diversas lideranças sindicais presas e funcionários demitidos.

A ditadura deixou marcas no cenário político e social da cidade. Em 1968, na gestão do prefeito Moacyr do Carmo (1920-1997), através da lei 5.449, de 04 de julho de 1968, Duque de Caxias transformou-se em Área de Segurança Nacional, devido a sua condição estratégica de portadora de uma refinaria petrolífera, a REDUC, e em 1971 os militares passam a governar diretamente o município, como nos apresenta SOUZA, 2014:

QUADRO 3- Prefeitos do período ditatorial

Prefeito	Mandato
Francisco Estácio da Silva	Assumiu provisoriamente até a posse do interventor militar.
General C. Marciano Medeiros	1971 a 1975
Coronel Renato Moreira da Fonseca	1975 a 1978
Coronel Américo de Barros	1978 a 1982
Hydekel de Freitas	1982 a 1985

FONTE: Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias. (2014, p. 251)

No período da intervenção militar, Caxias viveu um tempo de ausência de controle da sociedade sobre as ações do Executivo o que favoreceu fraudes na educação e na saúde e culminou com a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pelo Congresso Nacional para apurar as denúncias. Neste período foi instalado também o Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho, que por décadas recebeu o lixo do Rio de Janeiro, acumulado em área de manguezal, às margens da Baía de Guanabara, em cujo entorno se formou um dos maiores bolsões de pobreza do município. Também neste bairro se localiza um dos CCAIC, objeto desta pesquisa.

As eleições diretas para esses municípios ocorreram em 15 de novembro de 1985, já sob o governo de José Sarney, ²⁰o primeiro presidente civil após a redemocratização do país. Em Duque de Caxias, foram esses os prefeitos eleitos após este período:

²⁰ José Ribamar Ferreira de Araújo Costa nasceu em Pinheiro (MA) em 24 de abril de 1930 e adotou legalmente, em 1965, o nome de José Sarney Costa. Formou-se pela Faculdade de Direito do Maranhão em 1953, época em que também ingressou na Academia Maranhense de Letras. Ingressou na vida política ao eleger-se, em outubro de 1954, quarto suplente de deputado federal por seu estado, na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Exerceu os mandatos de Deputado Federal (1959-1962/ 1963-1965), Governador do Maranhão (1966-1970), Senador pelo Maranhão (1971-1985) e Senador pelo Amapá (1991- 2014). Concorreu à Vice-presidência da República nas eleições indiretas pós-regime militar, pela chapa da Aliança Democrática, que tinha Tancredo Neves como candidato à presidência. No dia 15 de janeiro de 1985 o Colégio Eleitoral se reuniu e elegeu a chapa da Aliança Democrática. Tancredo Neves, internado na semana da posse para uma cirurgia de emergência, faleceu em 21 de abril de 1985, data em que José Sarney também assumiu oficialmente o cargo de Presidente do Brasil. Durante seu mandato se iniciou o processo de redemocratização do país, foi convocada a Assembleia Nacional Constituinte e promulgada, em cinco de outubro de 1988, a nova Carta Constitucional. Fonte: Disponível em <

QUADRO 4- Prefeitos do período democrático

Prefeito	Mandato
Juberlan de Oliveira	01/01/1985 a 31/12/1988 (Eleito pelo voto direto)
Hydekel de Freitas Lima José Carlos Lacerda	01/01/1989 a 31/12/1992 (Eleito) De 12/09/1990 a 31/12/1992 (Hydekel transfere o cargo para o Vice ao ocupar vaga no Senado)
José Camilo Zito dos Santos Filho	1º mandato: De 01/01/1997 a 31/12/2000 (Eleito) 2º mandato: De 01/01/2001 a 31/12/2004 (Eleito)
Washington Reis	01/01/2005 a 31/12/2008 (Eleito)
José Camilo Zito dos Santos Filho	01/01/2009 a 31/12/2012 (Eleito)
Alexandre Cardoso	De 01/01/2013 a 31/12/2016
Washington Reis	01/01/2017 até os dias atuais

FONTE: Quadro organizado pela autora com base em dados do Instituto Histórico de Duque e Caxias, disponíveis em <https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1452>

De acordo com dados do último Censo (IBGE, 2010), a população da Baixada Fluminense corresponde à aproximadamente 3,5 milhões de habitantes, um terço da população do Estado. Duque de Caxias é o município mais populoso dessa região, com 855 mil habitantes. Parte predominante da população da Baixada é composta por pessoas do sexo feminino, negras, com renda familiar de até dois salários mínimos.

1.4 ANÁLISE HISTÓRICA DO PROCESSO DE DESNUTRIÇÃO EM DUQUE DE CAXIAS, NO CONTEXTO DO CENÁRIO NACIONAL.

O contexto histórico da Baixada Fluminense, especialmente de Duque de Caxias, desde o seu surgimento no século XVI, período do início da colonização europeia no Brasil, passando

por sua emancipação como município na década de 1940, o situa no cenário nacional como região periférica do Rio de Janeiro, com característica de cidade dormitório, cuja população, em sua maioria, pertence à classe popular, desprovida de assistência do poder público. Portanto, as mazelas sociais, apesar de todo o seu desenvolvimento industrial, ainda são visíveis nos bairros que compõem seus quatro distritos. A desnutrição marcou o município, principalmente nas décadas finais do século XX, dentro de um cenário nacional em que a fome era apontada como um dos maiores problemas sociais do Brasil.

Na década de 1930, Era Vargas, a subnutrição começou a ser identificada como problema social e de saúde pública. Começaram ali estudos que mostravam a importância da correção de fatores como pobreza extrema, práticas alimentares e serviços de saúde inadequados, que associados provocavam a subnutrição de parte da população. A correção destes fatores, porém demandavam grandes ações políticas e sociais, de resultados em longo prazo, o que levou à adoção de medidas compensatórias a grupos de maior risco, pelo governo Vargas e seus sucessores.

A instituição do salário mínimo em 1940 visava garantir a aquisição de alimentos essenciais pelos trabalhadores que o recebiam. Diante da impossibilidade desta garantia, foi criado ainda em 1940 o Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS) que tinha como principais objetivos baratear o preço dos alimentos, criar restaurantes para os trabalhadores, fazer com que as empresas fornecessem alimentos para seus trabalhadores em seus próprios refeitórios, proporcionar educação alimentar, formar pessoal técnico especializado e apoiar pesquisas sobre alimentos e situação alimentar da população.

Em 1945 o governo federal criou a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), que em 1952 estabeleceu o Plano Nacional de Alimentação cujos objetivos eram a atenção à nutrição materno-infantil, a criação do programa da Merenda Escolar e a assistência ao trabalhador. O plano apontava a desnutrição como o maior problema de saúde pública do país, porém, suas ações não atacavam de forma incisiva a causa da desnutrição à época, ou seja, a fome. Das ações propostas, apenas o Programa de Merenda Escolar foi mantido, sob a supervisão do Ministério da Educação a partir de 1955. Diante da ineficiência das ações propostas no Plano Nacional de Alimentação de 1952, SILVA (1995), faz a seguinte análise:

É surpreendente que, apesar dos conhecimentos acumulados, da oferta de excedentes alimentares de outros países e das estruturas burocráticas que emergiram ao longo desses anos, nenhum outro programa de alimentação e nutrição, além da Merenda Escolar, tenha sobrevivido. E também que, apesar de, já nessa época, terem sido criados institutos de nutrição nas universidades federais de Pernambuco e do Rio de Janeiro, a capacidade de pesquisa e treinamento avançado em nutrição humana não tenha alcançado o nível que seria de se desejar, face à gravidade do problema social. (SILVA, 1995, p. 89).

A CNA foi extinta em 1972, sendo criado no mesmo ano o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), que entre outras funções iria auxiliar o governo a formular a Política Nacional de Alimentação, e a elaborar o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN). O PRONAN I (1973-1974) definiu como alvo as gestantes, nutrizes e crianças até sete anos na população de baixa renda e os escolares de sete a 14 anos, mas sua execução não foi efetiva devido a problemas administrativos. O PRONAN II (1976-1979) visava corrigir os problemas de alimentação e nutrição no país, identificando suas causas e não apenas atacando suas consequências. Foi elaborado então o primeiro modelo de uma política nacional incluindo suplementação alimentar, amparo ao pequeno produtor rural, combate às carências específicas, alimentação do trabalhador e apoio à realização de pesquisas e capacitação de recursos humanos. O documento “Alimentação e Nutrição no Brasil” produzido pela Universidade de Brasília e publicado pelo Ministério da Educação analisa que as ações propostas pelo INAN, no PRONAN II contribuíram para o avanço das políticas de alimentação e nutrição no Brasil, porém os cortes nos recursos financeiros, advindos da falta de comprometimento político com as causas sociais, impossibilitaram sua continuidade, levando à extinção do PRONAN II, em 1989 e inviabilizando a implementação do PRONAN III. (RODRIGUES et al, 2007).

Neste período, em Duque de Caxias algumas políticas públicas destinadas ao enfrentamento do quadro de desnutrição e vulnerabilidade da saúde da infância eram desenvolvidas por órgãos públicos e agentes privados. Entre estes se destaca a ação das Casas de Acolhimento de Desnutridos São Gabriel (Ação Social Paulo VI – Arquidiocese de Duque de Caxias) e a Casa de Recuperação de Desnutridos (Sistema Municipal de Vigilância Alimentar e Nutricional) com o objetivo de intervir na situação de risco nutricional da criança, centrados na perspectiva de atendimento assistencial, buscando também orientar a família para novos rumos de vida.

Ainda na área de nutrição materno-infantil o município aderiu a programas propostos pelo INAN, através do PRONAN II. Há registros de implementação no município do Programa de Atendimento aos Desnutridos e às Gestantes em Risco Nutricional - Leite é Saúde, do

Ministério da Saúde que distribuía leite em pó ou 1 litro/dia de leite fluido pasteurizado e óleo vegetal para crianças desnutridas e metade desta dose para irmãos e gestantes. Os recursos eram repassados ao município para que comprasse os produtos. Também o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) o mais antigo dos programas de nutrição do país, e um dos maiores em seu gênero, conduzido inicialmente pela Fundação de Assistência ao Educando (FAE), do Ministério da Educação e Cultura distribuiu alimentos a crianças do 1º grau, nas escolas públicas e nas mantidas por organizações filantrópicas, durante os 180 dias do ano letivo, foi implementado no município no início dos anos 1990.

Em 1992, o Brasil vivia uma crise ética no interior do campo político e entidades da sociedade civil constituíram o chamado Movimento pela Ética na Política. A aprovação do impeachment do então presidente Collor de Mello²¹ impulsionou o movimento a iniciar outra cruzada ética: a constituição de um movimento social através da Organização não Governamental (ONG) Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderado pelo Sociólogo e ativista dos Direitos Humanos, Herbert José de Souza, lançado oficialmente em oito de março de 1993.

Em março de 1993, seguindo a sugestão do então metalúrgico e sindicalista Luiz Inácio da Silva²², foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), presidido por Dom Mauro Morelli, bispo das dioceses de Duque de Caxias e São João de Meriti na Baixada Fluminense. O Conselho, um órgão bipartite: metade sociedade civil e metade governo, elegeu quatro prioridades: combate à desnutrição materno-infantil; descentralização

²¹ Fernando Afonso Collor de Melo nasceu no Rio de Janeiro, no dia 12 de agosto de 1949 Formado em Ciências Econômicas pela União Pioneira de Integração Social (UPIS), em 1979, por indicação do pai Fernando Collor foi nomeado prefeito de Maceió. Em 1982 foi eleito Deputado Federal por Alagoas na legenda do Partido Democrático Social (PDS). Em 1986 foi eleito Governador de Alagoas, pelo PMDB, com 42% dos votos. Eleito o 32º presidente do Brasil, de 1990 a 1992, renunciou à presidência da República em 29 de dezembro de 1992, horas antes de ser condenado pelo Senado por crime de responsabilidade, perdendo os direitos políticos por oito anos. Posteriormente, voltou às disputas eleitorais e, desde 2007, é senador por Alagoas. Fonte: Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/collor-fernando>>. Acesso em 04 de março de 2019.

²² Luís Inácio da Silva nasceu em Garanhuns (PE) no dia 27 de outubro de 1945. Em 1969 ingressou no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, do qual foi eleito presidente em 1975. Aglutinou forças sindicais contra a política econômica da ditadura, o que marcou a “descoberta” de Lula pela opinião pública. Participou da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, pelo qual concorreu ao Governo do Estado de São Paulo em 1982 sendo derrotado. Foi eleito Deputado Federal (1987-1991). Concorreu e perdeu as eleições presidenciais nos anos 1989, 1994 e 1998. Venceu a eleição presidencial de 2002, contra José Serra, e foi empossado em janeiro de 2003. Na eleição de 2006, derrotou Geraldo Alckmin. O governo Lula teve como marcos a introdução de programas sociais, como o Bolsa Família e o Fome Zero, ambos reconhecidos pela Organização das Nações Unidas como os programas que possibilitaram a saída do país do mapa da fome. Durante seus dois mandatos, LUIS Inácio da Silva empreendeu reformas e mudanças radicais que produziram transformações sociais e econômicas no Brasil. Fonte: Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-inacio-da-silva>>. Acessado em 05 de março de 2019.

do Programa Nacional de Alimentação Escolar; revisão do Programa de Alimentação do Trabalhador; e uso dos estoques públicos em programas emergenciais.

A Ação da Cidadania, munida dos slogans “A fome tem pressa” e “Fome: não dá pra esquecer”, propôs a formação dos chamados Comitês de Combate à Fome, que eram formados por diferentes setores da sociedade e tinham abrangência local, municipal e/ou estadual, sob a coordenação da Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania.

Em 2003, foi criado pelo Governo Federal, na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o Programa Fome Zero, composto de ações e estratégias em conjunto com diversos Ministérios e nos seguintes enfoques: 1) ampliação do acesso aos alimentos; 2) fortalecimento da agricultura familiar; 3) geração de renda; 4) articulação, mobilização e controle social, cujo objetivo era assegurar o direito Humano à alimentação adequada. Dentre as ações que compunham o Programa Fome Zero, destaca-se o Bolsa Família que em conjunto com outras ações como maior acesso aos serviços de saúde e às vacinas, melhoria no saneamento básico (água potável e esgoto sanitário) provocaram modificações importantes no quadro de saúde e nutrição da população mais pobre do Brasil. As ações, implementadas também na Baixada Fluminense tiveram impacto no Município de Duque de Caxias, minimizando as consequências sociais da extrema pobreza de parte de sua população (RODRIGUES et al, 2007).

Dom Mauro Morelli, por sua participação no CONSEA e seu engajamento nos movimentos de combate à fome e à miséria no país, mobilizou também a sociedade civil para o combate aos índices alarmantes de desnutrição infantil em Duque de Caxias no início do século XXI. Sua atuação influenciou a criação do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Duque de Caxias (DESANS-DC), através da lei municipal nº 1.881 de 01 de Junho de 2005 e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), lei 1928 de 19 de dezembro de 2005), além de levar a criação do Portal do Crescimento, hoje CCAIC, como equipamento de segurança alimentar e atendimento educacional, cujo objetivo é atender crianças na faixa etária de um a cinco anos de idade, desnutridas e/ou em risco nutricional, a fim de recuperá-las nutricionalmente para que possam ter um desenvolvimento pleno na primeira infância, sem consequências na idade adulta.

O capítulo II trará o histórico de criação do Portal do Crescimento e sua mudança para CCAIC, abordando o desafio do trabalho educacional, em meio a uma realidade de desnutrição das crianças e vulnerabilidade social das famílias atendidas nestas unidades. O capítulo traz inicialmente o histórico da educação infantil, importante ponto de partida para melhor

compreendermos o contexto histórico de criação do CCAIC e ainda uma revisão de literatura sobre políticas públicas de Educação Infantil, infância e desnutrição.

CAPÍTULO 2- DO PORTAL DO CRESCIMENTO À CRECHE E CENTRO DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA CAXIENSE: UM DESAFIO EDUCACIONAL EM MEIO À DESNUTRIÇÃO

A Educação Infantil tal qual conhecemos, com atendimento de crianças de zero a três anos em creches, de forma geral em período integral e de quatro e cinco anos, em escolas, em horário parcial, é um fenômeno recente no Brasil, que teve na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 seu reconhecimento como direito da criança de zero a seis anos de idade e dever do Estado. A partir de 06 de fevereiro de 2006, com a promulgação da Lei número 11.274, A LDB sofreu modificações, entre as quais a antecipação do acesso das crianças ao ensino fundamental a partir dos seis anos, definindo-se que até os cinco anos e onze meses a educação era competência da Educação Infantil. A Emenda Constitucional 59/2009 estabelece a obrigatoriedade da matrícula de crianças a partir de quatro anos na Educação Infantil e as novas normas passaram a ser estabelecidas pela Lei nº 12.796, de quatro de abril de dois mil e treze.

O atendimento às crianças nos estabelecimentos de ensino, principalmente os públicos, é resultado de um longo percurso de lutas no Brasil, em diferentes campos de disputa. É necessário conhecer e valorizar esse processo, não a fim de explicar ou justificar propostas atuais na busca por uma ação mais eficaz, mas para que através da história tenhamos uma atitude crítica e reflexiva do atendimento que hoje se faz às crianças de zero a cinco anos e onze meses em creches e escolas do nosso país. KUHLMANN JUNIOR ressalta as diversas questões que surgem no contexto atual da Educação Infantil no Brasil e que devem ser analisadas a partir do conhecimento de seu histórico de construção:

É dentro desse processo que se têm produzido as propostas e embates atuais da Educação Infantil: qual a formação profissional necessária? Quais as propostas curriculares? Como compreender os cuidados como parte da educação das crianças pequenas? Como ampliar o atendimento? Como incluir as creches no sistema educacional sem impor um modelo escolarizante para essas instituições? Como articular a pré-escola com o Ensino Fundamental sem esquecer da criança que irá passar por esta experiência? (KUHLMANN JUNIOR, 2015, p.8).

2.1 A LEGITIMAÇÃO DO CONCEITO DE INFÂNCIA: PENSADORES E INSTITUIÇÕES

O caminho de construção histórica do conceito de infância e das instituições criadas para o seu atendimento, desde o século XVII até nossos dias teve a contribuição de pensadores e pesquisadores de diversos campos de conhecimento da educação, psicologia, antropologia, saúde, nutrição.

Considerada como papel exclusivo da família até o século XVIII, a educação das crianças pequenas tem no pensamento de Comenius (1592-1670), Rousseau (1712-1778) e Pestalozzi (1746-1827), ao longo dos séculos XVII e XVIII as primeiras formulações teóricas, conforme descreve LEITE FILHO:

Comenius defendia que a formação do homem se faz muito mais facilmente na primeira infância e só pode ser feita nela. Rousseau, com suas ideias naturalistas, entendia que a criança pequena (um a cinco anos) deveria ser libertada dos pais para ser educada por preceptores. Em seu livro *O Emílio ou da Educação*, ele enfatiza a individualidade do ser humano, já marcante nos primeiros anos de vida. Pestalozzi, embora não tenha pensado no atendimento/educação de pré-escolares, “foi quem criou o método intuitivo em educação” (Luzuriaga, 1969), permitindo que Froebel, como seu discípulo, adaptasse suas propostas e ideias a crianças pequenas (LEITE FILHO, 2011, p.26).

As primeiras instituições de atendimento às crianças surgem na França, no século XVIII, com o objetivo de abrigar crianças pobres, filhas das operárias das fábricas. Diante da crescente industrialização e urbanização, em meados do século XIX creches beneficentes são criadas também para receber essas crianças, filhas de mulheres trabalhadoras, enquanto estivessem em seu trabalho, evidenciando assim o caráter assistencialista deste atendimento.

LEITE FILHO, (2011) descreve o surgimento de uma instituição criada em 1840, pelo educador alemão Frederico Froebel (1782-1852). Com proposta pedagógica que visava à educação integral da infância e defendendo um currículo centrado na criança, o denominado “jardim de infância”, se propunha a “cultivar as plantas que são as almas das crianças”. A proposta de Froebel se caracteriza como o projeto mais significativo de cunho educacional e que marca a história da educação infantil. Tinha outro olhar para a criança, em seu desenvolvimento físico, social, afetivo e cognitivo, por meio das atividades lúdicas, do movimento e da autoexpressão. O jogo e as atividades de cooperação delinearão os objetivos

das propostas pedagógicas deste modelo de instituição que se propagou intensamente pela Europa a partir de 1870.

No Brasil, o início da implantação de estabelecimentos de atendimento a crianças apresenta semelhanças com as fontes europeias: a preeminência do modelo assistencial e uma vertente educacional, sendo a classe social o fator preponderante para determinar o modelo de instituição em que a criança seria atendida. Assim, no século XIX existiam instituições do tipo asilo ou refúgios, baseadas na concepção assistencial francesa e voltadas para o atendimento da classe pobre, enquanto outras, com o cunho educacional, inspiradas na concepção alemã, destinavam-se ao atendimento de crianças das classes mais ricas da população.

Segundo KUHLMANN JÚNIOR (2015, p.82), as primeiras instituições privadas de orientação froebeliana, voltadas para o atendimento de crianças das elites no Brasil em jardins de infância, foram o Colégio Menezes Vieira, fundado em 1875, no Rio de Janeiro, e a Escola Americana fundada em 1877 em São Paulo. Destaca ainda que no setor público, o jardim de infância anexo à Escola Normal Caetano de Campos, fundado em 1896, na cidade de São Paulo e também baseado na concepção de Friedrich Froebel, destinava-se a atender os filhos da burguesia paulistana.

Instituições pré-escolares assistencialistas também foram implantadas no Brasil. Em 1899 o médico Arthur Moncorvo Filho²³ fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI-RJ), com filiais em todo o país, muitas delas com creches. O médico atuou na luta para comprometer o governo com serviços públicos voltados para o atendimento à infância, tendo o seu Instituto influenciado nas concepções sobre criança e na responsabilidade do poder público em ações voltadas à saúde e desenvolvimento das crianças. Sua concepção era médico-social e higienista²⁴, voltado para o atendimento dos filhos das

²³ Carlos Artur Moncorvo de Figueiredo Filho nasceu no Rio de Janeiro, em 1871 e faleceu em 1944. Formou-se em 1897 pela Faculdade Nacional de Medicina. Defensor da assistência médico-social à criança brasileira pobre, criou, em 1899 o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI-RJ), sua grande obra e hoje transformado no Hospital Moncorvo Filho. Até 1926, havia publicado mais de trezentos trabalhos sobre variados temas relacionados à Criança, além de três importantes livros que são referências na história da Pediatria Brasileira: *Higiene Infantil* (1917), *Formulário de Doenças das Crianças* (1923), e *Histórico da Protecção à Infância do Brasil* (1926). Fonte: Sociedade Brasileira de Pediatria.

²⁴ O “higienismo” surgiu entre os séculos XIX e XX, quando médicos e sanitaristas refletiam sobre sucessivas ocorrências de surtos epidêmicos de algumas doenças, como, por exemplo: febre amarela, tifo, varíola e tuberculose, as quais aumentavam em estatísticas de mortes entre populações urbanas. Tais acontecimentos chamaram a atenção sobre as razões de sua ocorrência, originando-se uma linha de pensamento denominada de higienismo, em que se defendiam padrões sociais e de comportamento em nome da saúde.

classes pobres. Também neste ano foi fundada a creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (RJ).

Ainda que a ideia de proteção à infância despertasse neste período, Kramer (1982) destaca que as iniciativas de atendimento, seja às crianças de classes desfavorecidas ou às de classes abastadas, eram isoladas, em geral provenientes de grupos privados e insuficientes diante da situação de saúde e educação da população brasileira.

No início do século XX outras creches e escolas maternas foram criadas em indústrias, sempre na perspectiva de ser uma dádiva dos filantropos e não um direito dos trabalhadores e seus filhos. Entre elas a da Companhia de Tecidos Aliança (RJ); da Vila operária Maria Zelia, do industrial Jorge Street, em São Paulo, em 1918; e da indústria Votorantim, em Sorocaba (SP), em 1925. O Patronato de Menores, fundado em 1906, por juristas, no Distrito Federal, foi outra entidade de assistência à infância. (KUHLMANN JUNIOR, 2015).

NUNES E CORSINO (2011, p.19) discorrem sobre esta visão dicotomizada de Infância e que trouxe consequências ao longo de um século, resultando inclusive no surgimento das expressões “criança” e “menor”, a primeira em referência aos filhos de famílias de colonizadores, descendentes de europeus, brancos de classe média alta e a segunda aos filhos dos despossuídos, negros, descendentes de escravo, pobres.

As décadas de 1920 e 1930 trazem dois principais fenômenos que ampliam a atenção da sociedade para a infância. O aumento da mão de obra feminina no mercado de trabalho e a força que imigrantes europeus deram aos movimentos operários nos centros urbanos industriais, fazendo entre outras, a reivindicação de criação de instituições de educação e cuidados para seus filhos.

Após a criação do Departamento da Criança no Brasil, em 1919, o I Congresso de Proteção à Infância, realizado em 1922, trouxe à discussão a necessidade da supervisão das ações de assistência à infância pelo poder público e da aprovação de leis específicas relativas aos direitos das crianças.

No Rio de Janeiro, no Congresso Nacional de Proteção à Infância, realizado em 1933, Anísio Teixeira²⁵ enfatizou a importância do olhar para a criança do pré-escolar, não apenas no

²⁵ Anísio Espínola Teixeira nasceu em Caitité (BA) no dia 12 de julho de 1900, onde se diplomou em ciências jurídicas e sociais no ano de 1922. Em abril de 1924, tornou-se inspetor-geral do ensino na Bahia. Anísio Teixeira, em 1931 foi nomeado diretor-geral de Instrução Pública do Distrito Federal. Faleceu no Rio de Janeiro

aspecto de sua saúde física, mas considerando que seu crescimento, desenvolvimento e formação envolviam também aspectos da formação de habilidades mentais e de socialização, que cabiam à educação.

Ainda na década de 1930, ocorre a institucionalização da educação infantil no Brasil, através de uma política social de creches, berçários e abrigos, em uma perspectiva ideológica e política de atendimento assistencial. Porém, até meados da década de 1970, o processo de expansão das instituições para atendimento às crianças, ocorreu ainda de forma lenta, com algumas ligadas ao sistema educacional e outras a órgãos de assistência e saúde.

O Movimento de Luta por Creches surgiu no final da década de 1970, quando mulheres trabalhadoras de grandes centros urbanos, principalmente Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, se uniram em torno da cobrança de atuação do poder público na ampliação do atendimento das crianças em instituições de Educação Infantil, enquanto elas exerciam suas funções no mercado de trabalho. Embora surgido da necessidade de atender a demanda das mães trabalhadoras, o movimento tinha como bandeira a luta não apenas por um lugar para que seus filhos fossem deixados, mas por um programa educacional e de cuidados nas creches. Este movimento ganhou visibilidade e provocou uma pressão sobre o governo que resultou em ações que levaram à ampliação do atendimento em instituições. Este crescimento, por meio principalmente de convênios com entidades filantrópicas e comunitárias, boa parte delas sem a estrutura necessária para o atendimento às crianças, aconteceu em um foco quantitativo e pouco qualitativo. (NUNES E CORSINO, 2011).

Outro aspecto da expansão da Educação Infantil neste período foi o crescimento do trabalho feminino na classe média, o que a fez também buscar instituições educacionais para seus filhos. Não ser destinada apenas ao atendimento dos filhos dos pobres, confere à Educação Infantil uma maior legitimidade social. (KUHLMANN JUNIOR, 2000).

Paralelo ao movimento de luta por ampliação de vagas, discussões a respeito de novas diretrizes legais para a educação infantil eram levantadas por grupos de profissionais da educação.

O ano de 1985 traz o início de uma nova fase na história da educação infantil. Após o período da ditadura militar (1964-1984) e a eleição indireta de um novo governo, começam as articulações para a elaboração de uma nova Constituição Federal. Na área da infância,

no dia 11 de março de 1971. (Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas)

organizações sociais também apresentaram suas propostas à Assembleia Nacional Constituinte, no intuito de garantir às crianças, direitos por muito tempo negados. Em 1986, foi constituída a Comissão Nacional Criança e Constituinte (CNCC), formada por representantes dos ministérios da Educação, da Saúde, da Previdência e Assistência Social, da Cultura, do Trabalho, do Planejamento e das organizações sociais: Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Organização Mundial para a Educação Pré-escolar/Brasil (OMEP), Pastoral da Criança e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua (MNMRR) e Frente Nacional dos Direitos da Criança (FNDC) (NUNES E CORSINO, 2011).

Novos princípios da Educação Infantil foram incorporados à Constituição Federal de 1988, entre eles estão: a) a educação infantil é direito da criança do nascimento aos seis anos de idade (posteriormente modificados para 0 a 5 anos); b) esse é dever do Estado, que deve garantir o direito a toda criança que o demande; c) essa educação se dá em instituições próprias, tais como a creche e a pré-escola; e d) os municípios devem manter programas de educação infantil, com apoio técnico e financeiro do Estado e da União e, em matéria de educação, atuar prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental. A criança passa então a ser vista como cidadã, sujeito de direitos, ser indivisível e que requer atenção integral.

Na década de 1990, ganha força a luta pela ruptura com a visão de atendimento assistencial à Educação Infantil. Novas leis surgem para regulamentar os princípios e determinações da Constituição Federal. Em 1990 é sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que traz avanços conceituais e organizativos na garantia dos direitos da criança. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) atribui à educação infantil a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança nos aspectos sociais, afetivos, físicos e cognitivos, complementando a ação da família. Mais adiante, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.742, que regulamenta e estabelece critérios para organização da assistência social, que é um direito, e este exige definição de leis, normas e critérios objetivos.

A partir de então, a educação pré-escolar passa a ser entendida como educação infantil, primeira etapa da educação básica, englobando a creche e a pré-escola. As creches, que estavam anteriormente subordinadas ao setor da assistência social e tinham função predominantemente voltada ao cuidado, foram incorporadas ao sistema de ensino.

Ser considerada a primeira etapa da educação básica permitiu que a educação infantil entrasse no campo de disputa de políticas educacionais e através de diversas ações de mobilização a creche e a pré-escola foram incluídas no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)²⁶, e em programas de material pedagógico, livros de literatura, transporte escolar, merenda, construção e reforma de equipamentos físicos, formação de professores, entre outros.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Censo Escolar 2019 registrou 71,4 mil creches em funcionamento no Brasil, com 3,8 milhões de crianças matriculadas. Do total, 34,6% das crianças de creche estão matriculadas na rede privada e, desse percentual, 45,3% se encontram em instituições conveniadas com o poder público.

Embora o Brasil tenha uma legislação que garanta o direito à Educação Infantil para crianças de zero a cinco anos, o que ainda se constata é a não prioridade à educação infantil frente às demandas dos ensinos fundamental e médio. Em todo o país se observa a precariedade do atendimento nesta etapa da educação básica, onde filas de espera se estabelecem nas redes públicas de ensino, principalmente na faixa de 0 a 3 anos, que compreende o atendimento de creche em tempo integral. Ressalta-se, neste contexto, a forma não democrática como muitas vezes são disponibilizadas as vagas em creches públicas, principalmente no âmbito dos municípios. CAMPOS chama a atenção para este aspecto:

Uma concepção democrática de qualidade não pode se esquivar de considerar o tipo de acesso que a população tem às creches e pré-escolas. Em um país populoso como o Brasil, onde a faixa etária de zero a seis anos corresponde a 13,3% do total de habitantes, chegando em alguns estados a mais de 17% (Brasil, 2002), com grandes desigualdades regionais e de renda, é importante verificar quem tem acesso a que tipo de atendimento educacional. (CAMPOS, 2006, p.93)

A seguir veremos uma revisão bibliográfica que se debruçou sobre os textos que se referiam à faixa etária de zero a cinco anos, sob diversos aspectos: políticas públicas voltadas para a educação infantil, processos de constituição da infância e sua educação, atendimento à infância em relação à desnutrição.

²⁶ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Substituto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1997 a 2006, o Fundeb está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020. (Fonte: <http://portal.mec.gov.br/fundeb>)

2.2 REVISÃO DE LITERATURA- POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E DESNUTRIÇÃO.

Esta revisão bibliográfica possibilitou a verificação das publicações mais relevantes nesta área, e a constatação da existência de muitas pesquisas que apontam para a importância da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, direito de todas as crianças na faixa etária de zero a cinco anos, mostrando ainda as fragilidades das políticas públicas que atendem à Educação Infantil. Para a realização desta revisão bibliográfica inicialmente foi utilizada como base de dados a ferramenta Google Acadêmico, utilizando o descritor “Educação Infantil”, quando foram apresentados 780.000 resultados. Diante da escassez de filtros que possibilitassem refinar a pesquisa nesta ferramenta, foram feitas tentativas em outras bases de dado, sendo escolhido a SciELO²⁷.

Utilizando também nesta base de dados o descritor “Educação Infantil”, numa primeira pesquisa foi constatada a existência de 980 publicações, excluindo as páginas que não fossem em Português. Refinando a busca para as publicações dos últimos dez anos, 742 resultados foram encontrados.

Aplicados ainda os filtros: área temática Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, Educação e Pesquisa Educacional e questões Sociais e tipo de literatura_ artigo, 319 publicações apareceram como resultado. Ao incluir o descritor “desnutrição”, nenhum resultado foi encontrado.

Através da leitura do título dos 319 artigos e de uma avaliação em relação ao alinhamento, aos objetivos e à contribuição para esta pesquisa, vinte e seis artigos foram incluídos e após a leitura de seus resumos, doze textos foram selecionados para a leitura integral.

Os textos selecionados para a leitura trazem em seu bojo de discussão, aspectos comuns do universo da educação infantil: seu processo de construção histórica, seu papel social, as

²⁷ A Scientific Electronic Library Online - SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. A SciELO é o resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. A partir de 2002, o Projeto conta com o apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Fonte: SciELO. Disponível em: <<https://www.scielo.br>>.

políticas públicas, os atos de cuidar e educar no cotidiano das creches, qualidade das práticas pedagógicas e a formação docente.

A Educação Infantil como modelo de escola integral e a concepção de educação em tempo integral é o tema da discussão proposta por Barbosa, Richter e Delgado (2015). No artigo: “Educação Infantil: tempo Integral ou educação integral?”, apontam tópicos significativos para a reflexão acerca do turno integral nas escolas de educação infantil: articulação entre políticas públicas e formação integral, a integralidade pedagógica e a integralidade das relações no tempo e nos espaços. A atenção pública articulada com as áreas da saúde, do serviço social, da cultura, dos direitos humanos, do lazer e esporte são pontos considerados importantes no processo de inclusão da criança no mundo e a intencionalidade nas escolhas para um projeto pedagógico que tenha compromisso com a educação integral dos bebês e crianças pequenas que permanecem nas creches em turno integral, é o grande desafio e responsabilidade dos docentes.

BARRETO (2003), CAMPOS (2011-2013), KRAMER, TOLEDO e BARROS (2014), NUNES, CORSINO E KRAMER (2013), PAULINO E CÔCO (2016) e TATAGIBA (2010) analisam em seus trabalhos, as políticas públicas e a qualidade da educação Infantil no Brasil.

BARRETO (2003), em seu artigo “A educação infantil no contexto das políticas públicas”, faz uma análise dos programas e ações federais de atendimento à primeira infância, na segunda gestão do Governo Fernando Henrique Cardoso, destacando o lugar das políticas e dos programas dirigidos à criança de 0 a 6 anos de idade especialmente às de atendimento em creches e pré-escolas. Seus estudos mostram o lugar da criança da educação infantil nessas políticas, apontando a tímida participação da União na área. Aponta ainda os desafios, em termos de recursos, para a implementação das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), apresentando sugestões para o Orçamento da União no ano 2002 e para revisão do Plano Plurianual (PPA) 2000-2003, que permitiriam implementar algumas metas do PNE relativas à educação infantil, relacionadas à alimentação escolar, aquisição de material didático e Programa Nacional de Formação dos Profissionais de Educação Infantil. Recomenda ainda mudanças mais profundas, como a inclusão de um programa específico para a educação infantil no PPA, sob a responsabilidade do Ministério da Educação.

TATAGIBA (2010) divulga em seu trabalho de pesquisa, a trajetória que as políticas públicas voltadas para a infância de 0 a 6 anos percorreram na cidade do Rio de Janeiro, situando as ações desenvolvidas nas áreas de Educação e Assistência Social.

O artigo “Aspectos da política educacional carioca: trajetórias da Educação Infantil” apresenta a constituição do trabalho de Educação Infantil no período de 1975 a 2008, época da pesquisa, revelando através de dados históricos o processo de vinculação das instituições de educação infantil, na modalidade creche, ao sistema público de ensino na cidade do Rio de Janeiro. O atendimento em creches, que a princípio era vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), tem início no cenário educacional como uma instituição referenciada às camadas sociais menos favorecidas. Em 2001 é instituído um Grupo de Trabalho que apresenta relatório com recomendações para a integração das creches ao sistema educacional propondo início de gestão compartilhada entre a SMDS e a Secretaria Municipal de Educação (SME), que deveria assumir a supervisão pedagógica das instituições, assumindo integralmente as creches até o final de 2003. Propôs ainda a substituição gradual das recreadoras por professores e a criação de um Departamento ou Diretoria de Educação Infantil na estrutura do Departamento Geral de Educação (DGE). Diversos entraves ocorreram neste percurso até que as instituições pudessem adequar-se às exigências legais e os administradores enfrentaram desafios para não interromper o atendimento à população.

A pesquisadora coloca o desafio da constituição da identidade do educador, muitas vezes visto apenas como responsável pelos cuidados com a saúde, alimentação e higiene das crianças e do reconhecimento da educação infantil como campo da educação. Conclui que o atendimento hoje prestado pelas instituições de Educação Infantil para crianças de 0 a 3 anos, embora apresente novas características, vinculadas ao fazer cotidiano ainda mantém outras, historicamente predominantes, como o preconceito social que envolve o atendimento às crianças pequenas nas unidades públicas.

CAMPOS (2011) realiza estudos para avaliar a qualidade de 150 instituições de educação infantil em seis capitais brasileiras, apresentados no artigo “A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras.” Contempla as diferentes regiões do país, partindo das hipóteses de que a expansão da oferta de Educação Infantil nem sempre foi acompanhada de padrões de qualidade adequados, que ainda é parcial a implementação dos Parâmetros Nacionais da Qualidade da Educação Infantil nas instituições, que a qualidade variável de oferta desta etapa da educação depende das características institucionais da unidade e que o impacto positivo maior de educação infantil sobre o ensino fundamental acontece quando há padrões de qualidade adequados.

Em 91 turmas das instituições observadas, foram avaliados materiais disponíveis, condições dos espaços, rotinas de cuidado pessoal, atividades. Através da aplicação das escalas

de observação dos ambientes para crianças de creche e pré-escola, Campos conclui em sua pesquisa, que as médias das pontuações não apresentam níveis satisfatórios de qualidade. Aponta que, se algumas condições básicas fossem garantidas a essas instituições e aos seus profissionais e algumas mudanças fossem promovidas nas práticas pedagógicas adotadas, seria possível alcançar resultados significativamente mais altos nas pontuações das escalas de avaliação. Encontra grandes desigualdades regionais que ainda subsistem no país, com enormes diferenças entre os valores gastos por aluno/ano, estimados para as redes públicas.

Os resultados de sua pesquisa reforçam a urgência na adoção de medidas de políticas educacionais que garantam condições de infraestrutura mais adequadas, melhor orientação e formação continuada dos profissionais, a fim de garantir um trabalho educacional que permita à criança ser produtora de cultura, com direito a expressão, participação e criação, levando assim a ganhos de qualidade na educação infantil, tanto na creche como na pré-escola. Ressalta que se a qualidade é um conceito relativo e que deve surgir de um debate democrático e ser constantemente revisto, por outro lado, as crianças têm direito a um atendimento que respeite suas necessidades e seu protagonismo, e os aspectos mencionados devem fazer parte desse debate.

Também em municípios do Rio de Janeiro, NUNES, CORSINO E KRAMER (2013) realizaram pesquisa longitudinal, no período de 1999 a 2009, comparando e analisando dados, ressaltando os avanços e urgências na implementação de políticas públicas da Educação Infantil, apresentados no artigo: “Educação infantil e políticas municipais: um estudo longitudinal”.

Nos relatos de profissionais de Educação Infantil atuantes na gestão de secretarias de educação de municípios do Estado do Rio de Janeiro, as autoras buscaram delinear os avanços e problemas ainda enfrentados na implementação das propostas pedagógicas, da formação dos profissionais e das práticas nas creches, pré-escolas e turmas de educação infantil que funcionam em escolas de ensino fundamental.

Avanços como a expansão das matrículas nas creches públicas, a formação de equipes pedagógicas de acompanhamento da educação infantil e projetos de formação para a qualificação dos profissionais foram percebidos através das entrevistas com os gestores das Secretarias Municipais de Educação.

Foram sinalizadas como fragilidades as ausências de: concurso específico para professor de educação infantil, carga horária de horas destinadas ao planejamento e à formação em

serviço, processos democráticos de nomeação de diretor, em especial nas creches, plano de cargos e salários compatível com a função docente, melhoria nas condições das instituições e formação das equipes de gestão.

Os gestores apontaram ainda as interferências políticas na continuidade do trabalho das secretarias, a cada troca de governo. Interferência de políticos na contratação de pessoal e na distribuição dos cargos, as dinâmicas internas das equipes de educação infantil nas secretarias de educação, os modos de interação entre profissionais das secretarias e das creches, pré-escolas e escolas, foram relatadas como fatores de fragmentação do trabalho e como justificativa para o desconhecimento das informações sobre a educação infantil.

As autoras constataram neste estudo a diversidade e a desigualdade nas políticas municipais, mas também que, mesmo nas fragilidades e precarização dos equipamentos sociais em diversos municípios, profissionais lutam por um trabalho de qualidade, avançando nas discussões da educação infantil.

PAULINO E CÔCO (2016) enfatizam em sua pesquisa “Políticas públicas educacionais: vozes que emergem no trabalho docente na Educação Infantil”, o aspecto da formação docente para a Educação Infantil, assinalando as fragilidades que envolvem o trabalho docente na primeira etapa da Educação Básica. As políticas públicas, para dar conta da expansão da educação infantil têm proposto grupos profissionais distintos, com requisitos formativos diferenciados, implicados em condições de trabalho e valorização desiguais, que geram conflitos nas relações entre estes profissionais, revelados na pesquisa das autoras, através da voz de professores e auxiliares de creche atuando em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), instituição de Educação Infantil da rede pública de um município da região Centro-Oeste Serrana do Estado do Espírito Santo.

A pesquisa aponta para a necessidade de fortalecer os processos de valorização do trabalho docente no campo da Educação Infantil, aprofundando discussões sobre o tema e mobilizando iniciativas de ação que fortaleçam este campo, em especial, a composição de seus quadros profissionais.

FERNANDES, GIMENES E DOMINGUES (2017) apresentam no artigo “Mulheres e filhos menores de três anos: condições de vida”, um trabalho de investigação do perfil das mulheres mães de crianças na faixa etária de zero a três anos, matriculadas na Educação Infantil, analisando o papel social das creches na vida familiar.

As autoras apontam a concepção de EI como direito social previsto na Constituição Federal e apresentam a ideia de que educação e assistência são ações que convergem para a mesma direção, uma vez que são mecanismos importantes e complementares, embora distintos, para a garantia de equidade no acesso aos direitos universais.

Trazem nesta pesquisa, pensamentos de autores que fazem contraponto à boa parte dos pesquisadores em educação infantil. Estes apontam para o que consideram um equívoco histórico na ideia de que a EI, atualmente, é educacional, e antes era assistencialista, considerando que as instituições de EI sempre tiveram um propósito educacional e que a educação, pensada na perspectiva humanista, compromete-se com as condições reais de vida dos seres humanos e se contrapõe à desigualdade social e as formas de discriminação. Neste pensamento, a contraposição entre educação e assistência não se sustenta. Destacam, porém que reafirmar o vínculo entre educação e assistência não significa que a EI deva ser assistencialista.

A partir do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), as autoras obtiveram informações sobre as mulheres residentes no estado de São Paulo, com filhos entre zero e três anos, verificando que a grande maioria (69%) das residentes no estado de São Paulo não tem seus filhos matriculados em unidades de EI, seja ela creche ou instituições equivalentes.

Concluem a partir desta pesquisa que há uma complexidade no papel da educação na formação do ser humano, que precisa romper com as fronteiras setorializadas, compreendendo a relação das condições de vida dos alunos com suas experiências no espaço escolar, vencendo o dualismo simplista de educação versus assistência, já que o atendimento assistencial promove também o desenvolvimento humano.

CURY (2005), em sua pesquisa: “Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica”, propõe uma reflexão a respeito das políticas inclusivas e compensatórias na Educação Básica, que são ainda usuais no Brasil, em vez de políticas públicas que garantam a igualdade de oportunidades. A histórica desigualdade de distribuição de renda estimula políticas compensatórias em nosso país, que se afirmam como estratégias voltadas para a garantia de direitos para determinados grupos, tidos como vulneráveis e marcados por uma diferença específica. Neste entendimento, focalizar grupos específicos permitiria, então, dar mais aos que mais precisam, compensando ou reparando faltas passadas.

O autor apresenta ainda a ineficiência do Estado na oferta de Educação Infantil à população brasileira, pois hoje atende apenas 30% das crianças de zero a cinco anos de idade,

em suas creches e escolas. Neste cenário, as crianças das classes populares são as que mais têm negado o seu direito ao acesso e permanência nesta etapa da educação básica. Aponta ainda as ausências do Estado em relação a políticas universalistas capazes de efetivar a igualdade de oportunidades numa sociedade plural, respeitando as diferenças sociais, de gênero, etnia e de religião.

As políticas inclusivas compensatórias visam, então, a corrigir as lacunas deixadas pelas insuficiências das políticas universalistas buscando o equilíbrio onde sempre se tendeu a favorecer grupos hegemônicos no acesso aos bens sociais.

Cury chama a atenção para o risco populista que as políticas compensatórias podem incorporar, mas conclui que mesmo mantendo uma base universalista comum, é possível e desejável focar crianças de grupos vulneráveis como segmentos étnicos e regiões empobrecidas das grandes cidades ou mesmo de muitos interiores do país por meio de políticas compensatórias. Entre elas cita os Programas Bolsa-escola e Bolsa-família, a ampliação da merenda escolar para a educação básica e as políticas de apoio ao ensino noturno e às regiões vulneráveis.

As pesquisas de BARBOSA, DUARTE E DUARTE (2012), GONÇALVES, CATRIB, VIEIRA E VIEIRA (2008) e MONÇÃO (2017) tratam, na educação infantil, das questões relacionadas à dualidade dos atos de educar e cuidar, presentes no cotidiano das ações nas creches.

BARBOSA, DUARTE E DUARTE (2012), em sua pesquisa “Efeitos de um programa de educação infantil em famílias de catadores de papel de Belo Horizonte”, trazem a reflexão a respeito do papel social do atendimento na educação infantil, levantando questões sobre os atos de educar e cuidar, ao investigar o impacto social de uma das Unidades Municipais de Educação Infantil naquele Município mineiro, na vida das crianças e suas famílias.

A pesquisa ressalta que os educadores reconhecem a função do educar como primordial na realidade da educação infantil daquela unidade, o que na visão das famílias tem papel secundário, pois entendem a função do cuidar como a de maior impacto em suas vidas, influenciando no seu cotidiano, no que se refere a orçamento, saúde e higiene das crianças.

Conclui que embora se reconheça que o ato de cuidar e educar as crianças naquele espaço de educação infantil minimize os efeitos das desigualdades sociais que vivem, não

possibilita a superação de sua situação de pobreza e aponta para a necessidade da integração de políticas sociais que garantam o respeito aos direitos sociais das crianças e suas famílias.

A pesquisa “Cenas do cotidiano na educação infantil: desafios da integração entre cuidado e educação”, realizada por MONÇÃO (2017), em um Centro de Educação Infantil (CEI) público da rede municipal de São Paulo, revelou as contradições entre a forma como educadores compreendem a importância da integração entre cuidado e educação e as práticas efetivadas no cotidiano da creche. Observou que as emoções expressas pelas crianças em momentos como o das refeições e descanso são, em geral, desconsideradas pelos educadores e que uma cisão entre as ações de cuidado e educação está presente no cotidiano do CEI pesquisado.

Aponta o caminho do investimento na formação dos professores e na melhoria das condições objetivas de trabalho, com o objetivo de qualificar e tornar democráticas as relações entre crianças e adultos nas creches, aprofundando a discussão sobre a especificidade da educação infantil, lidando com as temáticas do afeto, do cuidado, dos sentimentos, das emoções e reconhecendo que as instituições de educação infantil têm o cuidado e a educação como a dimensão política da existência humana.

GONÇALVES, CATRIB, VIEIRA E VIEIRA (2008), fazem uma retrospectiva histórica de ações de promoção de saúde na escola e apresentam o estudo descritivo: “A promoção da saúde na educação infantil”, realizado em uma escola de Educação Infantil, em Fortaleza, Ceará, no período de 2002 e 2003 e que efetiva em sua prática, ações de promoção da saúde. A escola é mantida pelo poder público do Estado do Ceará, mas atende um público específico formado por filhos dos funcionários do Fórum Estadual. Foram ouvidos nesta pesquisa a equipe pedagógica (Coordenadora Pedagógica e Supervisora Pedagógica) e a equipe do Núcleo de Saúde (Nutricionista, Fonoaudióloga, Psicóloga, Médica e Estagiária de Enfermagem).

Os profissionais ouvidos pontuam que o cuidado é elemento presente no trabalho de promoção da saúde na educação infantil, considerando que cuidar também é educar, porém, assim como Monção as pesquisadoras também observaram nesta instituição algumas contradições entre a forma como educadores compreendem a importância da integração entre cuidado e educação e as práticas efetivadas com as crianças. Algumas educadoras questionadas sobre o que é cuidar, restringem a uma visão de formação de hábitos em relação a cuidados com a higiene e saúde a partir da reprodução de uma necessidade imposta por um adulto.

Chamou-lhe a atenção ainda, o fato de uma profissional da equipe pedagógica da escola atribuir esse aspecto do trabalho ao “setor médico”, negando assim, de certa forma, a visão pedagógica do mesmo.

A pesquisa ressalta a validade da iniciativa da escola em trabalhar ações para a promoção da saúde, mas aponta para um aspecto a ser considerado como ponto de reflexão: a práxis com o tema saúde, na maioria das vezes, está a cargo unicamente dos profissionais da área de saúde, fazendo com que o trabalho seja realizado de forma pontual e isolada e por isso é necessário que se promovam espaços que favoreçam a troca de experiências tanto entre os profissionais integrantes da área pedagógica, quanto entre os profissionais do núcleo de saúde, para que assimilem elementos ainda mais pedagógicos e adequados a cada faixa etária.

Concluem que educação em saúde vai além de ações pedagógicas para garantia de serviços de saúde; demanda também uma visão intersetorial que pode se constituir em um caminho, quando se objetiva a promoção da saúde e educação de crianças no Brasil, já que saúde, educação e desenvolvimento são conceitos que não podem caminhar sozinhos.

O caminho histórico de constituição da educação infantil no Brasil é relatado pelos pesquisadores, que ressaltam o seu avanço na legislação, porém apontam para o desalinhamento com a dinâmica das políticas para a EI, que enfrentam uma série de dificuldades para a adequação das instituições de creche e pré-escola aos princípios, diretrizes e regulamentações da educação básica. Instituída como parte da Educação Básica em 1996 e posteriormente incluída no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) a Educação Infantil ainda necessita de medidas políticas, pedagógicas e administrativas que possibilitem ampliar e com qualidade o atendimento em creches e pré-escolas nos municípios brasileiros. Problemas como a falta de infraestrutura adequada no que diz respeito a materiais e espaços físicos, de recursos humanos qualificados e de recursos financeiros, além da baixa oferta de vagas para atender a demanda da população são recorrentes pelo país e a formulação e execução de políticas para a infância e sua educação, têm sofrido críticas do meio acadêmico, que aponta para a precarização e baixa qualidade do atendimento às crianças na faixa etária de zero a cinco anos.

O acesso à educação infantil é um direito constitucional das crianças e esse direito engloba outros: sua proteção à negligência e à violência, o atendimento às suas necessidades básicas como saúde, alimentação e afeto, e a ampliação de suas experiências e conhecimentos que lhes possibilitem a participação social.

Diversos estudos apontam a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento da criança nos aspectos biológico, cognitivo, emocional e social e nesta perspectiva as instituições de Educação Infantil ganham importante papel na vida das crianças, pois se constituem em espaços onde se partilham experiências, afetos, culturas, regras de convivência, que contribuirão para a socialização das crianças, em complementação à ação da família.

Questões como a relação entre o cuidar e o educar no cotidiano das creches, a visão educacional em contraposição à visão assistencial, propostas pedagógicas e currículo e a formação docente, ainda precisam ser discutidos, trazendo reflexões que possibilitem a efetivação de uma prática pedagógica comprometida com ações nas quais os diferentes campos da formação humana estejam presentes.

Há, portanto um longo caminho na efetivação da educação infantil como direito preconizado na Constituição Federal de 1988, e em seu papel como espaço de construção de conhecimento, que tem uma função pedagógica que se propõe a favorecer experiências significativas para as crianças, considerando os saberes e valores culturais que trazem consigo.

Nesta revisão bibliográfica, foi possível verificar lacunas em relação a estudos que apresentem políticas públicas intersetoriais em atendimento à primeira infância no que concerne à desnutrição e suas consequências no desenvolvimento biológico, cognitivo e social das crianças. A pesquisa “A Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense/RJ- Um desafio educacional em meio à desnutrição” busca trazer contribuições a respeito deste tema, analisando a importância de políticas públicas em educação, específicas de atendimento a um grupo em estado de vulnerabilidade social.

Os trabalhos aqui apresentados trazem importantes contribuições a esta pesquisa, que aborda uma política pública educacional, de atendimento a um grupo específico de crianças na faixa etária de um a cinco anos, afetadas pela desnutrição no Município de Duque de Caxias. Estes estudos trazem elementos para a compreensão do papel do Estado na efetivação de políticas públicas em educação e contribuem para importantes reflexões nesta pesquisa que busca compreender o impacto do Centro de Atendimento à Infância Caxiense como política pública educacional e equipamento de segurança alimentar, o analisando também sob a ótica do caráter compensatório de carências e déficits das crianças. O ponto seguinte deste capítulo traz o histórico deste projeto em Duque de Caxias.

2.3 O PORTAL DO CRESCIMENTO

Conforme descrito na introdução deste trabalho, o Projeto Portal do Crescimento surgiu de uma mobilização social no início dos anos 2000, diante da atuação de Dom Mauro Morelli, bispo emérito de Duque de Caxias.

A Dra. Regina Vasconcellos de Oliveira, nutricionista da Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias desde o ano de 1988, realizando trabalho ligado aos programas sociais de combate à desnutrição, relata que no ano 2000 ao assumir a coordenação da área técnica de alimentação e nutrição, recebeu de uma médica responsável pelo Programa de Assistência Integral à Saúde da Criança (PAISC), dados da primeira pesagem de crianças feita no município, a partir dos quais, em comparação com outros dados estatísticos da secretaria, realizou um relatório sobre a situação nutricional da infância no Município. O relatório, uma solicitação de Dom Mauro, apresentava como resultado um percentual de 21%, na soma de desnutridos e crianças em risco nutricional em Duque de Caxias. Diante de um parâmetro de 3%, considerado aceitável, o município apresentava um alto índice de desnutrição, o que levou o bispo a convocar uma audiência pública onde, segundo relatos da Dra. Regina, cerca de trezentas pessoas participaram. Na ocasião, Dom Mauro chamou a atenção para o fato de que os dados apresentados haviam sido coletados a partir da avaliação de crianças que chegaram às unidades de saúde por demanda espontânea e apesar do alto índice de desnutrição que revelavam, poderiam ainda não ser reais, uma vez que em muitas comunidades do município, não havia acesso aos serviços de saúde.

Nesta audiência pública Dom Mauro convocou a sociedade civil a se engajar, por voluntariado, a um mutirão contra a desnutrição, cujo objetivo era alcançar as comunidades, principalmente as mais carentes e de difícil acesso para realizar a avaliação nutricional de crianças. Presente a audiência, representando o Secretário de Saúde, a Dra. Regina recebeu de Dom Mauro o convite para treinar os voluntários para a realização deste trabalho.

A Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), entidade privada que atua no município, estabeleceu uma parceria com a Secretaria de Saúde, adquirindo equipamentos para pesagem e envolvendo duzentos estudantes do seu curso de Medicina neste processo de avaliação nutricional nas comunidades. Utilizando os espaços das paróquias locais, em conjunto com as lideranças da Pastoral da Criança, voluntários e os estudantes de medicina, a Dra. Regina

relata que cerca de trinta mil crianças foram avaliadas, encaminhadas às unidades de saúde e incluídas no Programa do Leite, do Governo Federal. Referendado pelo Conselho Municipal de Saúde, o trabalho foi apresentando uma maior demanda e resultou em outras ações como a inserção de nutricionista no Programa de Saúde da Família e na Educação.

Em 2002, após um ano da atuação do Mutirão contra Desnutrição Materno Infantil, foi elaborado um projeto, que se baseava na Ação Social Paulo VI (ASPAS), da Diocese Duque de Caxias, que já realizava um programa de atendimento de crianças desnutridas em creches. Em seu relato, a Dra. Regina Vasconcellos nos revela que contribuiu com a parte técnica deste documento, em que falou sobre a desnutrição, suas causas e consequências e incluiu dados do quadro nutricional das crianças no município. Desta forma surgiu o documento com a ideia inicial do Portal do Crescimento, uma casa de recuperação de desnutridos, que foi entregue ao então Prefeito José Camilo Zito e aos secretários das pastas da Saúde, Educação e Assistência Social.

A secretária de educação à época, convocou a Dra. Regina para uma reunião onde ela detalhou a ideia do Portal do Crescimento e todo o trabalho realizado pelo Mutirão contra a Desnutrição Materno Infantil no Município, que chegou a contar com oitocentos voluntários nas pesagens realizadas nas comunidades. Deste encontro surgiu o compromisso da secretária no empenho para que o projeto fosse concretizado em Duque de Caxias, o que aconteceu através da Lei nº1686 de 24 de março de 2003 que criou o Primeiro Portal do Crescimento, no bairro Amapá, situado em Xerém, quarto distrito de Duque de Caxias e identificado como um dos bolsões de pobreza do Município.

Nos arquivos da Coordenadoria de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias consta o documento “Projeto Portal do Crescimento”, elaborado por esta secretaria, que analisaremos a seguir.

Inicialmente pensado como espaço para recuperação de desnutridos, o projeto Portal do Crescimento foi concebido prevendo o envolvimento das Secretarias de Educação, Saúde, Ação Social, Cultura e Habitação. Tinha como meta a implantação de cinco espaços para o atendimento de quinhentas crianças com quadro de desnutrição, e/ou risco nutricional, nos quatro distritos no município, identificadas em triagens realizadas pelo Mutirão Contra a Desnutrição Materno/infantil e Direito à Infância de Duque de Caxias, nutricionista da Secretaria Municipal de Saúde, com participação da Secretaria de Assistência Social. Como objetivo geral o documento trazia a garantia das interações sociais, cognitivas e de saúde,

capazes de reintegrar na sociedade, crianças com quadro de desnutrição infantil vítimas das mais diferentes mazelas sociais e suas respectivas famílias melhorando a qualidade e suas expectativas de vida. No texto da justificativa apresentada para a implementação do projeto, é possível perceber também uma preocupação em evidenciar a importância do atendimento escolar na infância, pontuando o Portal do Crescimento como um projeto socioeducativo. Ainda na justificativa, são estabelecidos como critérios para atendimento no Portal do Crescimento, a faixa etária -crianças entre zero e seis anos- ainda não atendidos em creches e pré-escolas, quadro de desnutrição e per capita mensal da família de até meio salário mínimo. Este último critério de fato não foi utilizado como condição para a avaliação de entrada das crianças no projeto, que levava em conta apenas os aspectos nutricionais.

Três eixos temáticos são apresentados: saúde (complementação alimentar), renda (apoio às famílias com programas de geração de renda) e educação (desenvolvimento global). Três objetivos específicos são postos, para os quais são elencados resultados quantitativos e qualitativos esperados, as atividades principais e o período de execução.

O primeiro objetivo, voltado para a recuperação das condições nutricionais e de saúde das crianças, aponta como atividades: a) criação do Cartão do Pequeno Cidadão que garantiria o atendimento das crianças na rede pública de saúde e através do qual seria monitorado o seu desenvolvimento nutricional; b) lotação de médicos nas unidades; c) oferta de alimentação balanceada, em quatro refeições diárias; d) orientações às famílias quanto à construção de cardápios alternativos e nutritivos bem como quanto à prevenção de doenças; e) complementação alimentar à família, por meio do fornecimento de cestas básicas mensais. Destas atividades, a criação do Cartão do Pequeno Cidadão não foi efetivada na prática. Os médicos contratados para o atendimento nas unidades do Portal do Crescimento realizavam os encaminhamentos necessários à rede pública de saúde, que nem sempre eram exitosos.

O segundo objetivo visava à inserção das famílias das crianças atendidas, em programas de formação e geração de renda, por meio de atividades como: a) disponibilização de cursos de formação para o mercado de trabalho, por meio de parcerias com instituições públicas e privadas; b) aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao trabalhador (FAT), gerenciados pela Secretaria de Habitação, no Portal do Crescimento; c) encaminhamento de pais e responsáveis ainda não alfabetizados ao Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos; d) acesso a atividades culturais e educativas. Nos relatos de profissionais que acompanham o projeto desde o seu início até os dias atuais, a capacitação das famílias para o mercado de trabalho, não aconteceu de forma institucional e por meio de parcerias como previsto no projeto. Porém, por

iniciativa das assistentes sociais e das diretoras das unidades, aconteceram pequenas oficinas de geração de renda, em geral em parceria com pequenos artesãos da comunidade. Não foi possível verificar se houve aplicação de recursos do FAT no Portal do Crescimento.

Embora concebido como casa para recuperação de desnutridos, o terceiro objetivo do Projeto Portal do Crescimento e as atividades nele descritas revelam uma preocupação com o aspecto educacional do projeto: a) triagem e seleção das crianças para ingresso no Portal; b) implantação de brinquedotecas para a realização de atividades lúdicas, recreativas, psicopedagógicas e terapêuticas desenvolvidas por profissionais da educação; c) implementação e acompanhamento do currículo da Educação Infantil; d) execução de atividades interativas, peças teatrais educativas, danças, realizadas pela Secretaria de Cultura. O documento previa um trabalho com as crianças, sob a orientação de professores, recreadores e equipe técnico-pedagógica.

A proposta de um trabalho intersetorial foi expressa ao final do documento, indicando que uma equipe composta por representantes das secretarias envolvidas e de um membro do Mutirão contra a Fome e sob a coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação, seria responsável pela coordenação do projeto, avaliando e reordenando as ações previstas no documento e acompanhando seu impacto na vida das crianças. Um Conselho de Notáveis com caráter consultor e com membros indicados pelo prefeito seria criado para, segundo o documento, dar apoio político e aprovação final às propostas de trabalho desenvolvidas nos Portais do Crescimento. O Conselho foi instituído por meio da Lei 1720, de 25 de junho de 2003.

No ano de 2004, outras cinco unidades foram criadas, em áreas carentes do Município onde havia sido identificado número significativo de crianças desnutridas: bairros Jardim Gramacho e Olavo Bilac, no primeiro distrito, Parque Muísa, no segundo distrito, Jardim Anhangá, no terceiro distrito e Xerém, no quarto distrito.

Em razão de uma expressiva demanda de vagas para a Educação Infantil nas unidades públicas de ensino do Município, observou-se a impossibilidade de garantir o encaminhamento das crianças já recuperadas da desnutrição, no decorrer do ano letivo. A Secretaria Municipal de Educação, então, através da ordem de serviço SME/GS nº 002, de março de 2004, modificou o projeto original quanto à permanência das crianças:

Dada a demanda de matrículas nas unidades, a Secretaria Municipal de Educação, através da ordem de serviço SME/GS nº 002, de março de 2004, resolve:

I-Assegurar que as crianças dos Portais do Crescimento, na faixa etária de cinco anos, que já frequentaram a unidade por um período, e que se encontram fora do risco nutricional, sejam encaminhadas para uma escola da rede municipal de ensino.

II-Assegurar que as crianças que ingressarem nos Portais do Crescimento, na faixa etária compreendida entre um e três anos, possam permanecer na unidade até completarem quatro anos, em horário integral e as crianças de quatro e cinco anos serão acompanhadas em horário parcial nas salas de atendimento.

§Parágrafo único: Quando a unidade estiver com o seu quadro de vagas totalmente preenchido e houver a necessidade de ingresso de uma ou mais crianças em “CARÁTER EMERGENCIAL” (risco de vida), será feito um levantamento na faixa etária correspondente à criança que estará ingressando, de forma a diagnosticar quais as crianças que poderão ser desligadas do projeto, revogando assim os artigos I e II [...].

Assim, por esta resolução, crianças recuperadas da desnutrição só seriam desligadas do projeto diante da necessidade emergencial de ingresso de outra criança em risco e na ausência de vagas para o seu atendimento.

Embora previsto no projeto, o início do atendimento nos Portais do Crescimento foi realizado sem professores/as no seu quadro de funcionários. Agentes de creche foram contratados pela prefeitura através do serviço de empresa terceirizada. A maior parte destes profissionais era de voluntários da Pastoral da Criança, que atuava realizando pesagem periódica nas comunidades. Muitos não tinham formação na área de educação e nem experiência no trabalho em creche, mas conheciam as crianças matriculadas, suas famílias e histórias de vida. Neste sentido, o trabalho era intuitivo e de colaboração mútua entre os funcionários, a fim de dar as crianças o melhor atendimento, mesmo na ausência de formação para o exercício daquela função. Além dos agentes de creche e dos funcionários de apoio, atuava ainda uma equipe multiprofissional composta por um assistente social, um nutricionista e um agente de saúde (auxiliar de enfermagem), em cada unidade. Um médico realizava atendimento semanal, com a presença dos responsáveis pelas crianças, encaminhando às unidades de saúde as que necessitavam de exames e acompanhamentos de especialistas. A medicação básica era fornecida às unidades pela Secretaria Municipal de Saúde, prescrita pelo médico e ministrada pela família e pelo agente de saúde, quando no espaço da creche.

A principal preocupação no início deste projeto era a recuperação nutricional das crianças ingressas, pois, diante da fragilidade de saúde e vulnerabilidade social que apresentavam, todos os esforços dos profissionais envolvidos eram no sentido da atenção aos cuidados com as crianças, nos aspectos físicos, de higiene e saúde, bem como na orientação às famílias no sentido de encaminhá-las a outros órgãos públicos que pudessem lhes prestar a assistência necessária.

Considerando que o direito à educação infantil deve assegurar o atendimento às necessidades do desenvolvimento físico, mental, psicológico e intelectual das crianças na faixa de zero aos cinco anos de idade e no entendimento de que não é possível dissociar o binômio educar/cuidar o atendimento às crianças nestes espaços, embora a princípio evidenciasse um caráter assistencial, trazia no seu bojo os aspectos educacionais presentes nas demais unidades de atendimento à educação infantil no município

A Secretaria de Educação paulatinamente lotou professores, orientadores pedagógicos e educacionais nas unidades do Portal do Crescimento, o que contribuiu para o planejamento e construção de uma prática educativa que considerava o desenvolvimento integral das crianças matriculadas e não apenas na perspectiva de sua recuperação nutricional.

No ponto seguinte deste capítulo serão abordadas as mudanças realizadas no projeto Portal do Crescimento no ano de 2006.

2.4- UMA PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DO PORTAL DO CRESCIMENTO - O CCAIC

No ano de 2005, substituindo o Prefeito José Camilo Zito (2001-2004), assumiu o Governo Municipal o Prefeito Washington Reis. Diante da realidade enfrentada pelo município, que apresentava baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), figurando no ano de 2000 como 50º lugar entre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro²⁸, já no primeiro ano de sua

²⁸ Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>.

gestão, criou por meio da Lei nº 1.881/2005, o Departamento Geral de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (DESANS), órgão vinculado ao Gabinete do Prefeito, com o objetivo de articular e gerenciar políticas públicas municipais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Dentro das ações propostas pelo Executivo no combate à desnutrição que ainda assolava o município, no ano de 2006 foi proposta uma mudança no Projeto Portal do Crescimento, que por meio do Decreto nº 4890 de 26 de abril, teve sua denominação mudada para Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense (CCAIC). O decreto, reiterando a ordem de serviço já emitido pela Secretaria Municipal de Educação no ano de 2004, determinava também a permanência das crianças matriculadas nas unidades até o final da etapa da Educação Infantil, com encaminhamento automático para o primeiro ano de escolaridade nas escolas municipais da rede de ensino. Ainda no ano de 2006 foi inaugurada a sétima unidade CCAIC, no bairro de Campos Elíseos, localizado no segundo distrito do Município.

O documento “Projeto Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense (CCAIC)” arquivado na Coordenadoria de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias nos revela os objetivos e a estrutura pensados nesta reorganização do projeto inicial, Portal do Crescimento.

Na introdução do documento, o CCAIC foi descrito como uma política pública municipal de segurança alimentar e nutricional sustentável, transversal entre as Secretarias de Educação e Saúde e o DESANS. Outras secretarias como da Agricultura e Ação Social foram apontadas como possíveis parceiras em ações nos CCAIC, sem que, porém, haja no documento uma clareza com relação a esta participação.

O documento faz uma referência à influência de Dom Mauro Morelli, através da criação do Mutirão contra a Desnutrição Materno Infantil, na proposição e votação de uma emenda orçamentária direcionando recursos do Poder Executivo municipal para o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)²⁹, assim como na criação do DESANS.

²⁹ Portaria nº1. 156, de 31 de agosto de 1990: Institui o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN, com o objetivo de reunir dados que possibilitem identificar os problemas da área de alimentação e nutrição que possuem relevância em termos de saúde pública, oferecendo subsídios ao planejamento e à execução de medidas para a melhoria da situação alimentar e nutricional da população brasileira. Fonte: Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Disponível em: <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/protocolo_sisvan.pdf>

A nova nomenclatura dada ao Projeto Portal do Crescimento, “Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense”, ao contrário da anterior, traz uma referência ao aspecto educacional do projeto, porém o objetivo geral traçado ainda é o da redução do número de crianças com risco nutricional ou desnutrição grave, na faixa de um a cinco anos de idade, no município de Duque de Caxias.

O documento também aponta o CCAIC como política pública que visa o desenvolvimento pleno das crianças, mas destaca como cerne do trabalho os aspectos relacionados à saúde e nutrição, ressaltando os prejuízos que a desnutrição pode causar nos sistemas físico, cognitivo e emocional das crianças nos primeiros anos de vida.

Os objetivos específicos englobam ações que visam o desenvolvimento nutricional das crianças, por meio da oferta de quatro refeições balanceadas no período de atendimento diário, distribuição mensal de cestas básicas às famílias das crianças matriculadas para complementação alimentar, realização de atividades educativas com foco na alimentação saudável, supervisão e treinamento de profissionais para a prevenção e combate à desnutrição e sensibilização da comunidade local quanto aos problemas causados pela desnutrição.

O projeto previa a inauguração de novas unidades, a partir do mapeamento da desnutrição em outras áreas do município. Porém, a partir do ano de 2006, quando foi inaugurada a sétima unidade, não houve expansão do projeto.

Foram transformados em CCAIC os Portais do Crescimento do Amapá, localizado no 4º distrito e inaugurado no ano de 2003, do Jardim Gramacho e Olavo Bilac, localizados no 1º distrito, Parque Muísa, localizado no 2º distrito, Jardim Anhangá, localizado no 3º distrito e Xerém, localizado no 4º distrito, esses inaugurados no ano de 2004.

FIGURA 8- CCAIC Amapá



Fonte: Arquivo do CCAIC Amapá

FIGURA 9- CCAIC Jardim Gramacho



Fonte: Arquivo do CCAIC Jardim Gramacho

FIGURA 10 -CCAIC Olavo Bilac



Fonte: Arquivo do CCAIC Olavo Bilac

FIGURA 11- CCAIC Parque Muísa



Fonte: Arquivo do CCAIC Parque Muísa

FIGURA 12- CCAIC Jardim Anhangá



Fonte: Arquivo do CCAIC Jardim Anhangá

FIGURA 13- CCAIC Xerém



Fonte: Arquivo do CCAIC Xerém

A última unidade CCAIC foi criada no ano de 2006 e está localizada no bairro Campos Elíseos, no 2º distrito.

FIGURA 14- CCAIC Campos Elíseos



Fonte: Arquivo do CCAIC Campos Elíseos

O documento analisado indica também a equipe multiprofissional que deveria constar no quadro do CCAIC, de acordo com as especificidades do atendimento às crianças matriculadas, na seguinte composição: diretor, orientador educacional, orientador pedagógico, professor, estimulador materno infantil, nutricionista, pediatra, assistente social e técnico de enfermagem, além da equipe de apoio composta de auxiliares administrativos, cozinheiras, porteiros, vigias e auxiliares de serviços gerais. Destes, apenas os profissionais de formação pedagógica e educacional eram servidores públicos municipais. Os demais eram contratados por meio de empresas terceirizadas pela Prefeitura Municipal para prestar serviços nos CCAIC.

São descritas as funções de cada profissional, numa perspectiva de trabalho integrado, a fim de promover o desenvolvimento global das crianças. Assim, previa em conjunto com o atendimento pedagógico e educacional, a atuação nas áreas de nutrição, saúde e assistência às crianças e suas famílias.

A análise deste documento nos permite ter uma visão dos objetivos deste projeto intersetorial, contrapondo-o com a realidade vivenciada no cotidiano do atendimento realizado nas sete unidades CCAIC do município.

Ao longo dos quatorze anos de transformação do projeto inicial, embora oficialmente tenham sido mantidos seus objetivos, assim como o seu pilar, o atendimento a um público específico de crianças desnutridas e em risco de nutrição, diversas mudanças foram acontecendo na prática, principalmente as relacionadas à equipe multiprofissional, o que ocasionou algumas lacunas no atendimento às crianças e às famílias em cada unidade.

Importante ressaltar que uma mudança no perfil nutricional do município foi sentida em algumas das unidades CCAIC, que tiveram uma baixa no número de crianças matriculadas com desnutrição grave e até uma ociosidade de vagas diante da diminuição de crianças neste perfil nutricional. Esta mudança se iniciou por volta do ano de 2010, período em que segundo o Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo de 2014, o Brasil é destaque por ter construído uma estratégia de combate à fome e ter reduzido de forma muito expressiva a desnutrição e subalimentação a partir de 2003.³⁰ Segundo a Food and Agriculture Organization of de United Nations (FAO), ações e políticas que proporcionaram o aumento da oferta de alimentos, da renda dos mais pobres, com o crescimento real de 71,5% do salário mínimo e geração de 21 milhões de empregos, a instituição do Programa Bolsa Família, beneficiando 14 milhões de famílias, a distribuição de refeições a 43 milhões de crianças e jovens através de programa de merenda escolar e a governança, transparência e participação da sociedade, com a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), contribuíram para este resultado.

Diante desta nova realidade quanto ao quadro de vagas oferecidas a algumas das comunidades, a SME, no ano de 2016, fez uma consulta aos profissionais que atuavam nos CCAIC, solicitando uma avaliação do projeto e apontamento de possíveis mudanças em seu rumo. No entanto, não houve desdobramentos desta consulta no sentido de efetivar modificações no projeto.

O capítulo três procura conhecer o CCAIC como um projeto educacional, para além do seu caráter de equipamento de segurança alimentar no município de Duque de Caxias. Nas vozes dos diversos profissionais que lá atuam, conheceremos um pouco da história de constituição do trabalho educacional realizado nestas creches, buscando entender o protagonismo das crianças ali atendidas, em todas as suas potencialidades, apesar do quadro de vulnerabilidade social e desnutrição. Através dessas vozes buscamos ainda compreender a

³⁰ Fonte: O ESTADO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL 2015-Agendas Convergentes -FAO-Brasil. Disponível em < file:///C:/Users/USUARIO/Desktop/SOFI_Brasil_2015_final.pdf >

relevância do projeto para as comunidades em que se inserem, os desafios enfrentados no cotidiano e os processos de mudança ocorridos.

CAPÍTULO III - CAMINHOS TRILHADOS NO CCAIC: AS NARRATIVAS DOS ESPECIALISTAS

Este estudo foi realizado através de uma pesquisa qualitativa que, além dos referenciais teóricos da história da educação e das políticas públicas para a Educação Infantil, teve também como trabalho de campo quatro unidades CCAIC do Município de Duque de Caxias, buscando compreender as diversas nuances do trabalho educacional e de assistência que ali se efetiva, nas relações entre os membros da comunidade escolar com as diversas realidades que se apresentam no seu cotidiano.

MINAYO (1994) destaca a importância da pesquisa qualitativa no campo das ciências sociais:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p.21,22).

3.1 O CAMPO DE PESQUISA E O UNIVERSO DOS ENTREVISTADOS

Para definição do campo de pesquisa foram selecionadas quatro das sete unidades CCAIC, de forma que fossem retratadas através das vozes dos profissionais as diferentes realidades do projeto nos quatro distritos do município.

Feito o recorte do campo de estudo, foram estabelecidos contatos com as gestoras das unidades para o convite à participação na pesquisa, por meio de entrevistas que seriam realizadas *in loco*. Foi solicitado que além das gestoras uma orientadora pedagógica ou educacional e uma professora concedessem a entrevista. Das quatro unidades selecionadas, em

três, a gestora, uma orientadora e uma professora se disponibilizaram a participar da pesquisa. Em apenas uma das unidades não houve participação da professora regente.

Confirmado o aceite ao convite e após a qualificação do trabalho pela banca examinadora, este foi submetido à avaliação do Centro de Pesquisa e Formação Paulo Freire (CPFPPF), da SME Duque de Caxias, departamento responsável por analisar e deferir as solicitações de pesquisas em unidades escolares da Rede Municipal de Ensino. Cumprido todo o protocolo de exigências deste departamento, foi concedida a autorização para o início da pesquisa em campo.

Aos participantes foi apresentado um termo de consentimento livre e esclarecido no qual constavam os dados do trabalho desenvolvido e os da pesquisadora, seguindo os princípios éticos que norteiam as pesquisas acadêmicas.

O início das entrevistas, programado para o mês de fevereiro de dois mil e vinte, foi adiado devido a situações pessoais da pesquisadora e pelo contexto de pandemia causado pela Covid 19, que levou à determinação da suspensão das aulas presenciais em todas as unidades de ensino do município a partir da segunda semana no mês de março.

Diante da impossibilidade de encontros presenciais com os profissionais, caminhos alternativos foram pensados no sentido de garantir a realização das entrevistas. Neste momento, a pesquisadora ainda não tinha conhecimento de plataformas digitais que possibilitassem encontros online com os entrevistados e que pudessem ser gravados, assim a melhor estratégia encontrada foi a realização das entrevistas por meio de áudios, utilizando a rede social WhatsApp³¹, o que foi aceito por todos os envolvidos no processo.

A opção pela realização das entrevistas usando o modelo e recursos aqui descritos buscou possibilitar, ainda que não presencialmente, a importante interação entre pesquisador/entrevistados, como nos fala NETO (1994):

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores enquanto sujeitos-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada (NETO, 1994, p.57).

³¹Aplicativo que possibilita o envio e recebimento de diversos arquivos de mídia: textos, fotos, vídeos, documentos e localização, além de chamadas de voz. As mensagens e chamadas são protegidas com criptografia de ponta a ponta, impossibilitando que terceiros, incluindo o aplicativo tenham acesso aos conteúdos. Fonte: WhatsApp- Disponível em https://www.whatsapp.com/about/?lang=pt_br

Para a coleta de dados foi utilizado como instrumento um roteiro para entrevistas semiestruturadas com diretores, orientadores e professores das unidades selecionadas. Realizamos a gravação e envio das questões constantes no roteiro, através do aplicativo de mensagens, as quais foram respondidas pelo mesmo meio, por dez das onze profissionais que se prontificaram a participar. Em algumas entrevistas, houve a necessidade de ampliação de respostas, por solicitação da pesquisadora ou por iniciativa própria dos entrevistados, que gravavam outros áudios para aprofundar suas colocações diante das questões levantadas no roteiro. Apenas uma das profissionais solicitou o envio das respostas por meio de mensagens escritas no aplicativo da rede social utilizada.

Importante destacar que alguns percalços foram enfrentados no caminho desta etapa da pesquisa. Alguns entrevistados foram ou tiveram entes queridos acometidos pela Covid 19 o que causou atrasos no envio de algumas respostas às questões colocadas no roteiro. O desgaste emocional provocado pelas incertezas deste momento também pôde ser percebido nas narrativas e em áudios extras aos que continham as respostas. Apesar disso, todas as pessoas contatadas responderam às questões propostas e serão identificadas por codinomes, em respeito ao termo de compromisso livre e esclarecido entre a pesquisadora e os participantes.

PROFISSIONAIS PARTICIPANTES DA PESQUISA			
UNIDADE	GESTORA	ORIENTADORA	PROFESSORA
CCAIC 01	Laura	Catarina	-
CCAIC 02	Sueli	Meire	Keila
CCAIC 03	Eunice	Marcela	Ana
CCAIC 04	Roberta	Rogéria	Elizabeth

Os áudios foram transcritos em duas etapas. A primeira, utilizando um recurso digital de transcrição de voz do Google Drive que gerou um documento com texto escrito e foi, posteriormente, revisado a partir da escuta dos áudios. Nesse processo foi inserida a pontuação e foram feitas também pequenas correções gramaticais e de concordância, que não comprometeram a fidedignidade e o sentido das narrativas. Os conteúdos da transcrição, bem como os áudios com as perguntas e respostas, encontram-se em arquivos digitais que poderão ser acessados sempre que necessário.

3.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

O projeto CCAIC, como equipamento de segurança alimentar e que tem como escopo a redução da desnutrição nas crianças de 01 a 05 anos de idade no município, é considerado uma referência na questão nutricional. Como uma política para a infância, o trabalho de suas instituições se constitui no cotidiano das experiências vivenciadas pelas crianças e mediadas pelos profissionais que com elas interagem, na busca por uma ação educativa que considere o contexto histórico-social e cultural em que estão inseridas, respeitando seus saberes e culturas.

As informações, impressões e vivências contidas nas narrativas dos sujeitos desta pesquisa, e que atuam nestas instituições, são apresentadas neste capítulo, organizadas nas seguintes categorias de análise:

1ª Categoria: Relevância do projeto na comunidade

Nesta categoria analisamos as narrativas dos sujeitos dessa pesquisa em relação à sua visão quanto à relevância do Projeto CCAIC nas localidades onde estão inseridos. Os participantes apontam a relevância do projeto em dois aspectos: social e educacional. Importante observar que a maior parte dos sujeitos aponta primeiramente o papel relevante do projeto no que concerne ao acolhimento das famílias nestas comunidades, que estão inseridas em um contexto de pobreza, carências e desamparo do poder público. Neste cenário, sinalizam que o CCAIC assume também o papel de facilitador do acesso das crianças e suas famílias a serviços e programas públicos voltados para a assistência social e de saúde e de orientação em relação a hábitos e a atitudes de alimentação, higiene e saúde, importantes para a recuperação das crianças em estado de desnutrição, atendidas nas unidades.

Estes aspectos se evidenciam nas falas dos sujeitos, que no cotidiano do trabalho do CCAIC realizam o atendimento às famílias, ao responderem sobre a relevância deste projeto na sua comunidade.

O CCAIC tem um trabalho social muito importante na comunidade onde ele está inserido. Ele tem muito essa proposta de acolhimento, de atendimento às famílias, de proximidade, de trabalhar com as crianças que estão na fase de Educação Infantil. Além dos objetivos pedagógicos de desenvolvimento, também um acolhimento importante às famílias, ele tem um aspecto social muito forte. (Laura)

Para mim, a unidade também é relevante nessa questão do desenvolvimento da criança e digamos assim, desenvolvimento da família também, de poder se perceber como capaz de fazer mudanças na sua vida, fazer escolhas que sejam mais positivas e saudáveis para as crianças e para os adultos. (Meire)

Eu acredito que o trabalho que a gente desenvolve no CCAIC é relevante nesse sentido, porque eu acredito que seja uma referência não só do trabalho educacional, mas uma referência da presença do poder público. (Rogéria)

[...] como orientadora pedagógica eu faço para além do trabalho pedagógico com os professores, um trabalho de orientação e atendimento a essas famílias que por muitas vezes demandam questões que vão para além da escola, mas que a gente tenta auxiliar, orientar, conscientizar, muitas das vezes para que essas pessoas tenham uma melhor qualidade de vida e consigam praticar a sua cidadania. (Marcela)

Sueli e Eunice, dois sujeitos desta pesquisa, destacam outro aspecto da relevância do CCAIC na comunidade, estando esse estreitamente relacionado ao objetivo principal do projeto: o combate à desnutrição.

Com certeza, como um aparelho de segurança alimentar é muito importante para a comunidade, tanto do nosso bairro, quanto das comunidades do entorno que atendemos. Muitas de nossas crianças só recebem alimentação adequada, a maioria, no CCAIC. Nós sabemos de algumas que nem se alimentam em casa quando chegam da creche. (Sueli)

Quando você atende uma criança de um CCAIC, você atende uma criança desnutrida ou de baixo peso e normalmente junto dessa criança a família também passa por problemas de desnutrição. Então, é de extrema relevância esse trabalho do CCAIC, visto que você luta contra uma desnutrição, problemas de alimentação, problema de miséria de toda uma família, de toda uma comunidade⁷. (Eunice)

A situação de insegurança alimentar que atinge parte da população brasileira, pode de maneira exponencial ser percebida no CCAIC, assim como em muitas creches e escolas da rede municipal de ensino de Duque de Caxias.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a insegurança alimentar grave esteve presente no lar de 10,3 milhões de pessoas ao menos em alguns momentos entre 2017 e 2018. Dos 68,9 milhões de domicílios do país, 36,7% estavam com algum nível de insegurança alimentar, atingindo, ao todo, 84,9 milhões de pessoas. A pesquisa do IBGE³² revelou ainda que pelo menos metade das crianças menores de cinco anos, 6,5 milhões, viviam em lares com algum grau de insegurança alimentar e que em 2017-2018, 5,1% das crianças com menos de cinco anos e 7,3% das pessoas com idade entre cinco e dezessete anos viviam em domicílios com insegurança alimentar grave.

Os dados expostos nesta pesquisa do IBGE vão ao encontro da realidade encontrada nos CCAIC, onde a vulnerabilidade no desenvolvimento saudável das crianças das comunidades

³² Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018: Análise da Segurança Alimentar no Brasil. Fonte: IBGE – Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>>

em que essas creches estão inseridas tem como causa o fato de muitas delas viverem em condições de extrema pobreza, o que lhes impede acesso pleno aos alimentos, sendo muitas vezes as refeições oferecidas pela creche, as únicas que terão naquele dia.

Os profissionais que atuam no CCAIC demonstram uma legítima preocupação com a qualidade e a oferta de alimentos às crianças que são atendidas nestas unidades, diante deste quadro de vulnerabilidade social que se apresenta nas comunidades do seu entorno. É importante, porém, que se faça uma reflexão sobre o papel da escola neste contexto, uma vez que a educação infantil não pode ser considerada a solução para os problemas sociais, nem compensatória de carências e déficits, pois os problemas sociais como baixa renda, pobreza, exclusão e violência precisam de soluções de outras instâncias políticas e as diferenças entre crianças de classes e grupos sociais distintos precisam ser encarados por outra ótica que não a da deficiência (NUNES; CORSINO, 2012, p. 23).

Nas narrativas dos sujeitos surge também a relevância do aspecto educacional do projeto CCAIC, em falas que ressaltam sua importância para as crianças, como espaço de garantia de direitos, desenvolvimento integral, acolhimento, proteção e de criação de hábitos saudáveis.

Uma das falas destaca a visão educativa do CCAIC e a compreensão da Educação Infantil como espaço de garantia de direitos das crianças, promulgados desde a Constituição Federal de 1988, pioneira na valorização e reconhecimento da infância e da qual derivaram outros documentos que trazem a ideia da assistência educativa para as crianças pequenas e as posicionam em seu lugar de direito na sociedade, estabelecendo para elas uma educação de qualidade e não de caráter assistencialista:

A relevância do trabalho para mim, ainda hoje remete à origem da criação, à origem do próprio projeto CCAIC, porque a gente está ali, eu acho, que para assegurar, resguardar direitos das crianças. Direito à vida, direito à saúde, direito a um pleno desenvolvimento, direito a uma infância saudável. Isso eu vejo que está lá na origem do projeto. (Meire)

Ana e Marcela trazem em suas narrativas a importância do trabalho educativo realizado no CCAIC, destacando seu papel no processo de desenvolvimento das crianças pequenas atendidas, principalmente em face das carências que lhes impõem desigualdades de oportunidades desde a primeira infância.

O CCAIC vem para além de dar um apoio nutricional para essas crianças. Ele dá também um apoio de uma estimulação precoce, que as crianças chegam ali muito pequenas, bebês de um ano, um ano e pouco, dois anos e com estímulos que são realizados ali, com atividades, com o trabalho que é realizado, eles obtêm grandes ganhos, grandes avanços que eu acredito que eles não teriam se não tivesse essa convivência no CCAIC, questão de controle motor, de autonomia, de independência. Então não é só na questão nutricional que eles ganham. Eles ganham muito também é na própria questão pedagógica. (Ana)

Na minha visão o CCAIC é de grande relevância para a comunidade, a começar é claro pelas crianças. Numa perspectiva de desenvolvimento, são crianças que estão em vulnerabilidade social e com certeza acabam não tendo as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, se não estiverem na escola e nisso o CCAIC faz toda a diferença. (Marcela)

Em suas falas os profissionais entrevistados ressaltam a importância educativa deste projeto, considerando as crianças como sujeitos de direitos, independentemente de critérios sociais e nutricionais utilizados como fim de seleção para seu ingresso no CCAIC.

No aspecto da relevância do trabalho educativo desta etapa da Educação Básica, CORSINO (2012, p. 2,3) discorre sobre as recorrentes pesquisas que apontam a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento das crianças e, neste contexto, a importância também da Educação Infantil. Apresenta estudos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) sobre a situação da infância no Brasil, realizados em 2001, apontando as descobertas que demonstram a criticidade da primeira infância no desenvolvimento biológico, cognitivo, emocional e social de uma pessoa. A autora resalta ainda os estudos realizados por Campos (1997, apud CORSINO, 2012, p. 3), que na revisão de pesquisas realizadas no país e no exterior, apontam a importância da Educação Infantil a partir da análise dos seus efeitos, constatados em resultados de testes de desenvolvimento e desempenho das crianças na escola primária, sentidos principalmente nas crianças mais pobres.

Nas narrativas dos sujeitos da pesquisa, o reconhecimento do CCAIC como espaço de educação e desenvolvimento, contudo, não desconsidera as necessidades específicas das crianças que ainda chegam às unidades em situação de vulnerabilidade social e quadro de desnutrição, o que demanda uma assistência do poder público no atendimento destas necessidades.

Neste sentido, KRAMER (2007) destaca que as crianças são sujeitos sociais, pertencentes a uma classe, etnia e grupo social e que, portanto, as experiências decorrentes de suas vivências como sujeitos nos grupos a que pertencem, devem ser consideradas em políticas públicas e ações a elas destinadas.

Considerar, simultaneamente, a singularidade da criança e as determinações sociais e econômicas que interferem na sua condição, exige reconhecer a diversidade cultural e combater a desigualdade de condições e a situação de pobreza da maioria de nossas populações com políticas e práticas capazes de assegurar igualdade e justiça social (KRAMER, 2007, p. 17).

Destaca-se ainda nesta categoria o apontamento feito pelos profissionais quanto a maior relevância do CCAIC nos bairros onde ainda não há outra creche para atendimento da demanda de vagas para crianças até três anos de idade.

Eu acredito em primeiro lugar que o CCAIC é a única creche pública municipal no bairro e que atende crianças de um aninho, até cinco anos. Então, acredito que seja uma referência da escola pública desta faixa etária e no horário integral” (Rogéria)

[...] como uma instituição de Educação Infantil também é muito importante porque é a única que tem no entorno, nós não temos nenhuma instituição de Educação Infantil da rede municipal pública que atenda a modalidade creche. Temos algumas escolas que atendem quatro e cinco anos, mas creche, não. (Sueli)

Em se tratando do nosso CCAIC, eu costumo dizer que até tem mais um agravante, porque nas redondezas a gente não tem creche, a gente não tem nada para atender essas crianças e a gente atende sete, oito bairros diferentes. Então, é extremamente relevante o trabalho do CCAIC no atendimento a essas famílias. (Eunice)

As falas que ressaltam a importância destes CCAIC em algumas comunidades, como única instituição de atendimento à Educação Infantil até três anos de idade, revelam também a necessidade do investimento em políticas públicas para ampliação da oferta de vagas nesta etapa da educação, efetivando de fato e, não apenas na letra da lei, o direito ao acesso de todas as crianças desta faixa etária à creche, conforme asseveram Corsino, Didonet e Nunes:

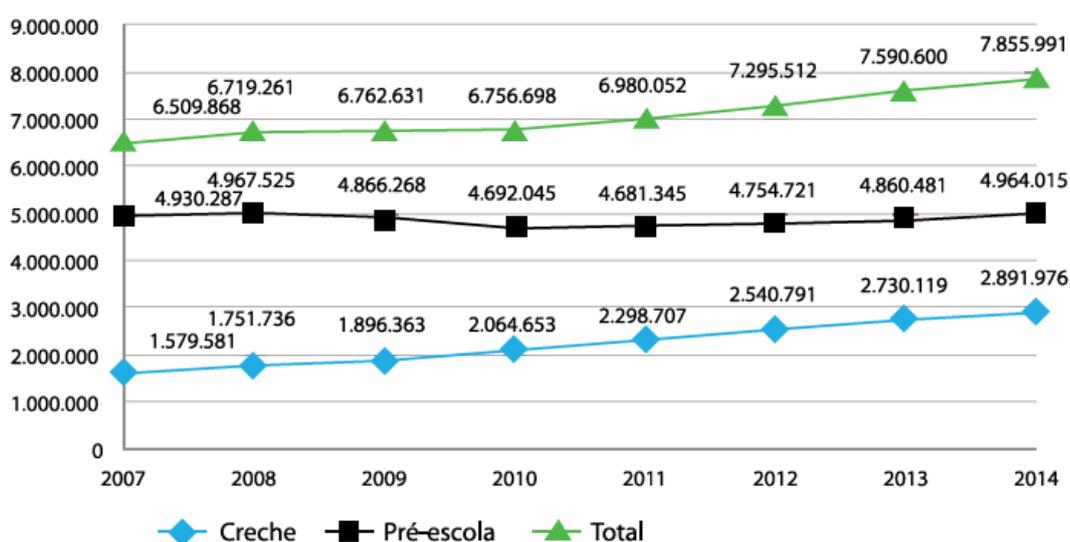
Atender à demanda pela educação infantil é cumprir um dever do Estado, diante de um direito da criança e de uma opção dos pais. A proteção dos direitos sociais, perante as desigualdades brasileiras, tem exigido a presença do Estado e o controle da sociedade civil organizada na adoção de políticas públicas adequadas para o seu efetivo cumprimento. (CORSINO; DIDONET; NUNES, 2011 p.74).

No Brasil, a oferta e a gestão da Educação Infantil cabem prioritariamente aos seus 5.570 municípios, sendo deles a responsabilidade pela elaboração e execução de suas políticas. Porém, o cumprimento das metas em relação a esta etapa da Educação Básica só pode ser alcançado na atuação conjunta com governos estaduais e com o governo federal nos processos de gestão, financiamento e formação de professores.

ABUCHAIM (2018), utilizando dados do MEC, apresenta no gráfico abaixo a evolução do atendimento na Educação Infantil no país, no período de 2007 a 2014, evidenciando a ampliação da oferta em creche e no pré-escolar:

Figura 15- Gráfico evolução do atendimento na Educação Infantil no país de 2007 a 2014

Gráfico 1 – Evolução do número de matrículas em creches e pré-escolas (2007-2014)



Fonte: MEC/INEP/Deed (INEP, 2014).

Fonte: ABUCHAIM, 2018

Ressalta, porém, em sua pesquisa que o aumento desta oferta ainda não significa o alcance das metas estabelecidas no PNE (Plano Nacional de Educação).

De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, são 8,3 milhões de crianças de 0 a 3 anos e 1,1 milhão de crianças de 4 a 5 anos fora do sistema de educação. Fazendo uma projeção para o cumprimento da Meta 1 do PNE, o país terá que integrar a seu sistema educativo, até 2020, 4.181.459 crianças de 0 a 3 anos e, até 2016, 1.154.570 crianças de 4 a 5 anos (ABUCHAIM, 2018, p. 26).

Os dados apresentados mostram a distância entre as metas estabelecidas no PNE e a realidade, revelando o abismo ainda existente entre a determinação da Educação Infantil como direito de todas as crianças e o atendimento efetivo oferecido nos municípios e apontam para a necessidade de investimentos na expansão das matrículas, diminuindo as desigualdades de acesso às crianças brasileiras.

CORREA (2011) nos apresenta uma consideração sobre o tripé de sustentação na efetividade das políticas públicas: normas de caráter mandatório, financiamento e fiscalização

e aponta que a ausência de um desses elementos representa um risco à efetivação da política e da resposta às demandas que a originaram. Este tripé de sustentação das políticas públicas de Educação Infantil apresenta-se bastante desequilibrado. Falta de financiamento é o mais determinante para a não garantia do que está expresso em lei.

Dentro deste cenário, o Município de Duque de Caxias também enfrenta o desafio da ampliação de oferta de vagas em creches, atendendo a uma demanda principalmente das comunidades mais pobres de seu território. Como apontado por sujeitos desta pesquisa há bairros onde se localizam alguns dos CCAIC, que não contam com outros equipamentos de Educação Infantil, o que leva a população a buscar vagas nestas unidades para as crianças que não estão no perfil nutricional do projeto. A necessidade da expansão da Educação Infantil, principalmente nesses territórios é expressa na voz de Keila, uma das entrevistadas nesta pesquisa:

Nossa comunidade especificamente não tem acesso ao segmento creche para todas as crianças do bairro. Meu desejo em particular é que dispuséssemos de um espaço físico maior e melhor equipado para que todas as crianças e não somente as que apresentam baixo peso, pudessem ser incluídas em um programa que disponibiliza educação e atendimento nutricional às famílias contempladas. (Keila)

2ª Categoria: Limites entre assistência e educação

A segunda categoria emerge da análise das narrativas dos sujeitos pesquisados, a partir de duas perguntas que suscitam a reflexão sobre os limites entre assistência e educação no trabalho do CCAIC.

Ao responderem sobre a visão das famílias quanto à relevância do projeto, os profissionais expõem que em sua ótica há uma predominância da visão do CCAIC como espaço de guarda, assistência e cuidado às crianças. Assim nos relata Eunice:

Eu acredito que eles veem o CCAIC como o lugar onde eles podem deixar os filhos o dia inteiro e ali as crianças vão ser cuidadas, vão ser alimentadas pelas pessoas que trabalham na creche, isso, eu acho que a maioria dos pais. Por outro lado, também nós temos outros pais que veem a creche como um local de ensino-aprendizagem e acham que ali eles vão ser preparados para depois sim ingressarem na escola para aprender a ler e escrever. (Elizabeth)

Esta colocação traz apontamentos comumente feitos por profissionais que atuam nas creches de atendimento em horário integral, em relação à visão dos pais sobre o trabalho das instituições. A primeira remete ao vínculo com o modelo de trabalho assistencial que considera

a creche como depósito de crianças, na perspectiva de uma prática de cuidados relacionados à higiene, alimentação e saúde. A segunda, uma visão do que seria o trabalho educativo na perspectiva de escolarização da Educação Infantil, como preparação para a alfabetização.

A narrativa de Marcela traz também esta percepção da visão das famílias e destaca a confiança que demonstram no CCAIC como espaço de guarda e segurança de suas crianças.

Eu percebo que os funcionários lá da unidade eles têm uma percepção de que as famílias valorizam sim o CCAIC, gostam daquele espaço, confiam no trabalho que é realizado, lá é um local em que os filhos podem ir e ficar em segurança. Mas ainda se nota que prevalece aquela visão da família, de valorização da creche como um espaço de cuidado e atenção, um espaço que podem confiar para deixar os filhos para ir trabalhar, mais até do que um espaço propriamente dito de aprendizagem. (Marcela)

Destas narrativas emerge uma reflexão sobre as relações entre a creche e a família, ressaltada em documentos norteadores como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que em seu texto destaca a importância do acolhimento às famílias e da escuta quanto às suas expectativas em relação ao atendimento às crianças, assim como da apresentação dos objetivos propostos pelo projeto político pedagógico da instituição e os meios organizados para atingi-los (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013 p.92).

Meire, segundo as experiências vividas no CCAIC e em outra unidade de Educação Infantil onde atua, aponta para o grande desafio da integração família/escola:

[...] eu hoje vejo que a grande tarefa que a gente tem dentro da escola é a sua relação com a família, porque eu ainda percebo, e aí não estou falando só do CCAIC, percebo isso também na outra creche que trabalho e na convivência com colegas de outras escolas. Eu consigo perceber como a escola e a família ainda não estabelecem uma relação muito harmoniosa, porque está sempre, eu acho, um julgando o outro, ninguém consegue estabelecer uma relação entendendo que a escola tem uma dinâmica e a família tem outra e que a gente pode buscar as congruências e não aquilo que é específico de cada um. (Meire)

Nas falas dos profissionais se evidencia a dificuldade ainda encontrada pelas instituições de Educação Infantil na tarefa de promover a participação e cooperação efetiva das famílias no trabalho educativo das crianças pequenas, compreendendo de fato a dinâmica desse processo. As expectativas das famílias, apontadas nestas colocações, quanto a um trabalho focado prioritariamente no cuidado, na perspectiva de guarda, alimentação, higiene e sono das crianças,

evidenciam a importância do desenvolvimento de estratégias político pedagógicas que possibilitem a integração das famílias, numa relação dialógica entre estas e a creche e que possam promover a escuta e a troca, na discussão das diferentes concepções, de forma que as práticas junto às crianças não sejam fragmentadas.

ALBUQUERQUE E ZORTÉA (2008, p.168) discorrem sobre a participação das famílias como uma política educativa das instituições, considerando a complexidade deste processo no planejamento de estratégias eficazes para o estabelecimento de relacionamentos sólidos e de confiança entre o contexto escolar e o contexto familiar das crianças. Endossam a necessidade de construção de projetos que visem à desconstrução de modelos idealizados de famílias, de um projeto educativo que estabeleça um relacionamento cotidiano que ultrapasse a prática de eventos, reuniões e bilhetes e que encontre nas famílias importantes interlocutoras e protagonistas na gestão da escola e no trabalho educativo desenvolvido com as crianças.

Neste contexto está presente a necessária discussão a respeito do conflito ainda existente no trabalho da Educação Infantil e que envolve a compreensão dos conceitos de cuidado e educação e a forma como estes se efetivam nas práticas com as crianças pequenas.

GUIMARÃES (2009) traz uma reflexão sobre o desafio da integração entre cuidado e educação, discorrendo sobre essas duas vertentes do trabalho nas instituições:

Muitas vezes, o cuidado é considerado como “dar conta” da rotina, nas situações de alimentação, banho, sono, que são, de modo geral, desprestigiadas em nossas sociedades urbanas ocidentais. Num outro prisma, a educação é compreendida como instrução, transmissão de conhecimentos e valores, num caminho que vai do professor para a criança, unilateralmente. Portanto, no cotidiano, persiste a divisão. (GUIMARÃES, 2009, p.5)

A autora busca também na etimologia da palavra cuidar o sentido que esta deve representar dentro da prática cotidiana da Educação Infantil, apontando para o cuidado como atenção e escuta das crianças, em ações e atitudes que englobam o corpo, a emoção e a mente (GUIMARÃES, 2018, p. 36). Esta ideia se contrapõe ao que sujeitos desta pesquisa apontam como a expectativa de famílias com relação ao cuidado, ainda numa concepção sanitária e higienista em que se baseou o atendimento às crianças pequenas no Brasil.

A fala de um dos sujeitos da pesquisa se contrapõe às que foram apresentadas e traz outro ponto de vista sobre a visão que as famílias têm a respeito deste trabalho.

Eu vejo que a maioria dos pais já compreende sim o papel, esse papel da creche como espaço de desenvolvimento. A maioria deles já entende que a creche não é só um espaço de alimentação e cuidado, mas tem ali todo um trabalho voltado para o desenvolvimento da criança. Então, eu acho que essa já é uma compreensão pelo menos da maioria. (Meire)

As diferentes narrativas levam ao questionamento sobre a clareza que os profissionais que atuam na creche têm em relação ao que pensam as famílias sobre as práticas educativas com as crianças, o que reitera a importância do estabelecimento de relações mais próximas e integradas entre os membros da comunidade escolar.

Destaca-se ainda a colocação de Catarina, que aponta uma perspectiva primária para algumas famílias, no que concerne à expectativa quanto à entrada de suas crianças no CCAIC. A partir desta visão, surge um ponto crucial do Projeto CCAIC e que diz respeito à dualidade entre assistência e educação no caráter do atendimento que presta às crianças matriculadas em suas instituições.

As famílias atendidas no CCAIC são extremamente carentes em todos os aspectos. Com isso, fica evidente que a grande maioria vê o CCAIC como uma oportunidade para seus filhos crescerem mais saudáveis, quase uma salvação da morte. (Catarina)

No capítulo dois, deste estudo, vimos como o modelo assistencial marca a história da Educação Infantil no Brasil desde o seu início e o processo de evolução desta concepção ao longo do tempo, principalmente a partir da década de 1970. O surgimento do CCAIC, no início dos anos 2000, como um projeto de atendimento às crianças com quadro de desnutrição, se revelou como uma política pública inovadora no município, cujo objetivo primeiro era contribuir para a resolução de um grave problema social do Brasil e do município: a fome. Porém, trouxe também à discussão os limites entre assistência e educação num projeto que tem suas unidades constituídas como equipamento de educação e de segurança alimentar, atendendo a uma população afetada por diversas mazelas sociais. Neste sentido, nos cabe refletir sobre que assistência é necessária e desejada no trabalho da Educação Infantil, a fim de garantir um desenvolvimento pleno das crianças nesta primeira etapa de sua infância. Sobre isso, nos alerta Guimarães (2009):

É importante diferenciar a assistência necessária, especialmente no contexto das populações empobrecidas, do assistencialismo que se coloca como preconceito contra a pobreza, legitimando equipamentos e um atendimento “pobre para os pobres”, precariedade nas estruturas e nas relações. (GUIMARÃES, 2009, p. 6).

A autora traz uma provocação à reflexão sobre práticas assistencialistas ainda existentes na realidade da Educação Infantil brasileira e também sobre uma assistência necessária às crianças atendidas nesta etapa da educação.

Abuchaim (2018, p.19-20), considerando a perspectiva de assistência que garanta o desenvolvimento integral das crianças, apresenta a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre o Marco Legal da Primeira Infância, destacando que a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social, a cultura, o brincar, o lazer, o espaço, o meio ambiente, bem como a proteção são as áreas prioritárias apontadas para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância.

Ainda na perspectiva da assistência necessária e analisando a que se propõe o projeto CCAIC, é importante destacar que dados do Ministério da Saúde, em publicação oficial, apontam a desnutrição como um dos principais fatores de risco para um bom desenvolvimento no período da primeira infância, destacando que sua ocorrência nos primeiros anos de vida pode provocar danos irreversíveis à saúde física e intelectual das crianças. Ressalta, ainda, que este desenvolvimento deficitário na infância tem impacto na fase adulta destacando entre eles o fracasso escolar (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, p. 25). Portanto, o CCAIC, enquanto equipamento de segurança alimentar oferece uma assistência que tem papel relevante na recuperação nutricional de crianças de um a cinco anos de idade, contribuindo para o seu desenvolvimento pleno na infância e prevenindo consequências na sua vida adulta.

Sob este prisma, serão analisadas também considerações de sujeitos da pesquisa a partir da pergunta sobre quais consideram ser os limites entre assistência e educação no trabalho do CCAIC.

Ainda que historicamente a assistência esteja muito relacionada à história das creches, ainda mais quando pensamos no CCAIC, eu acredito que a educação deva sobrepor à assistência. Isso não quer dizer que a assistência não seja importante. A assistência está dentro da proposta de educação, só que a educação é mais ampla. A partir do momento que a gente, além de pensar no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos naquele espaço do CCAIC, mas também orientando, conscientizando, dando possibilidades para essas famílias também estenderem esses estímulos em casa, eu acredito que a gente também contribui para essa assistência. E também a gente contribui quando a gente chama essas famílias, dá alguma orientação de cunho social, porque a educação não fica apenas dentro do contexto ensino-aprendizagem. A gente acredita nisso. (Marcela)

O assistir e o educar, eles vão acontecer simultaneamente, é um processo que vai ser sempre harmônico no nosso entender, porque o educar e o assistir são realmente atos educativos, em toda a vivência, em todo o momento do crescimento e desenvolvimento da criança. (Elizabete)

As narrativas destas profissionais apontam para uma prática cotidiana numa perspectiva de integração entre os conceitos de assistência e educação, considerando sua importância no percurso do trabalho com as crianças do CCAIC. Ressalta-se nessas falas uma preocupação ainda presente nas instituições de Educação Infantil, e apontada por Abramowicz (2003, p.15) que chama a atenção para a dicotomia assistir-cuidar e/ou educar, produzida e cultivada nas instituições e que suscita discussões a respeito da importância destes aspectos no desenvolvimento das crianças pequenas. A autora propõe um questionamento sobre que tipo de criança se produz e que caminhos se constroem quando se cuida ou quando se educa. Destaca também que a ideia de cuidado esteve sempre ligada à educação das crianças pobres, alimentada pelo ideário dos pobres, como aqueles a quem tudo falta.

Meire, na sua resposta a essa questão, traz uma análise diferente dos limites entre práticas educativas e assistenciais, a partir da observação do cotidiano da unidade em que atua.

Acredito que o limite entre uma prática assistencial e a prática educativa, esses limites sejam a intencionalidade, planejamento e acho que principalmente a postura do educador do profissional frente à criança, frente à família [...] assim, coisas tão simples, eu vou dizer, por exemplo, eu vejo a hora do banho, como se organiza. Por mais que a gente converse de que não precisa estar todo mundo ali enfileirado, que dá para a gente alternar, enquanto um está no banho, outro grupo está fazendo outra coisa, depois reveza, como é difícil para a gente quebrar essa concepção, que eu acho que é uma concepção muito assistencial, todo mundo ali, um protocolo de banho e muitas vezes mecanizado [...]. (Meire)

A colocação de Meire mostra a realidade que algumas instituições de Educação Infantil ainda enfrentam, de uma prática sob uma ótica higienista, que estabelece rotinas rígidas com as crianças, numa concepção de cuidado em que o adulto precisa estar atento a situações que possam colocar em risco sua integridade ou assisti-las em atividades para prover suas necessidades básicas de higiene e alimentação, como dito por Guimarães:

A linha de ação e preocupação higienista afeta até hoje de modo muito forte o trabalho com as crianças pequenas, delimitando a construção de rotinas (geralmente mecanizadas e rígidas) e as formas de relação com os pequenos, especialmente os bebês. O trabalho focado na limpeza, banho e alimentação de modo instrumental é um dos resquícios destas iniciativas que acabaram ligando fortemente a ideia de cuidado na creche aos hábitos diários. (GUIMARÃES, 2009, p. 7).

A visão assistencial se expressa na forma como as crianças e famílias são muitas vezes tratadas nas creches e revela o desafio da construção intencional e planejada de propostas que atendam as diferentes demandas das crianças, considerando suas necessidades e seu processo de desenvolvimento, em práticas de acolhimento, escuta, aproximação, que darão sentido às

aprendizagens das crianças nestes espaços e são tão importantes quanto às práticas de cuidado e proteção.

Laura expõe na sua fala a impossibilidade de cisão entre educação e assistência neste projeto:

Esses limites, eles se entrelaçam, porque por se tratar de crianças com muita vulnerabilidade social, algumas questões sociais, elas sobrepõem às questões educacionais e acabam se misturando. Então o atendimento tende a levar muito isso em consideração. (Laura)

Nesta resposta se põe uma questão que deve ser analisada não apenas na especificidade do atendimento do CCAIC a crianças em risco nutricional, mas que está presente em todas as instituições de Educação Infantil, principalmente das redes públicas de ensino do país: a polarização entre assistência e educação.

A narrativa de Eunice retrata o enfrentamento do conflito relacionado a esta questão, presente no seu trabalho cotidiano.

Os limites entre assistência e educação pairam por uma linha muito tênue e quando a gente fala na teoria, a gente consegue dizer muito claramente quais são os limites, mas a prática é muito mais complicada. Então, os limites são bem tênues e a gente às vezes esbarra neles e não consegue identificar e nem consegue dividir. (Eunice)

Numa análise da trajetória de construção identitária da Educação Infantil no Brasil, Kuhlmann Jr. (2015, p. 182-190) traz uma interpretação histórica de que as creches e pré-escolas assistencialistas foram concebidas e difundidas como instituições educacionais, invalidando a ideia que ainda hoje domina o pensamento educacional, de que em determinado momento estas deixaram de ser assistenciais e se tornaram educacionais.

Na visão do autor este pensamento contribui para fragilizar as propostas e ações atuais na Educação Infantil uma vez que coloca a educação *versus* assistência, numa perspectiva de anúncio do educacional como o novo necessário, na qual a educação representa o lado do bem e a assistência o império do mal, estabelecendo uma oposição irreconciliável entre eles.

O autor destaca que a concepção assistencialista se sustentava na vinculação das instituições de atendimento às crianças pequenas aos órgãos de assistência, porém sua passagem para o sistema educacional não representou a superação de uma concepção educacional assistencialista que mantém uma visão preconceituosa em relação à pobreza e um descomprometimento com a qualidade do atendimento.

Nesta análise, o autor sinaliza uma proposta de interpretação da história, que pode ser utilizada como reflexão, se aplicada ao projeto CCAIC, no que tange ao conflito entre os limites da educação e da assistência em suas práticas com as crianças.

Estamos com isso propondo uma outra interpretação da história, na perspectiva de fundamentar as políticas e práticas:

- a questão não é educação *versus* assistência;
- na sua história, as instituições pré-escolares destinaram uma educação de baixa qualidade para as crianças pobres e isso é que precisa ser superado;
- no interior da instituição sempre está ocorrendo algum tipo de educação- seja boa ou ruim para a criança que a recebe;
- a educação de uma criança pequena envolve o seu cuidado, por isso destaca-se o papel de educar e cuidar atribuído às instituições de Educação Infantil (KUHLMANN JUNIOR, 2015, p. 189).

3ª Categoria: A prática pedagógica em meio à desnutrição

Nesta categoria, analisaremos as narrativas dos profissionais que atuam no CCAIC no que diz respeito à construção da trajetória educacional neste projeto. Nas respostas às diversas perguntas feitas pela pesquisadora foi possível perceber a preocupação que permeia a prática dos profissionais, no sentido de fazer do CCAIC um espaço marcadamente educacional, onde se prioriza o desenvolvimento integral das crianças nas diversas áreas que o compõem.

Diante da realidade de um critério de seleção de entrada no CCAIC, baseado no perfil nutricional das crianças e do atendimento a uma população em maior vulnerabilidade social, que o estabeleceu como um equipamento de segurança alimentar, suas unidades são também educacionais e vêm buscando esta identidade, constituindo-se como espaço de construção de conhecimento, assumindo sua função pedagógica e propondo-se a favorecer experiências significativas para as crianças, considerando os saberes e valores culturais que trazem consigo, como nos aponta Oliveira.

Os cuidados ministrados na creche e na pré-escola não se reduzem ao atendimento de necessidades físicas das crianças, deixando-as confortáveis em relação ao sono, à fome, à sede e à higiene. Incluem a criação de um ambiente que garanta a segurança física e psicológica delas, que lhes assegure oportunidades de exploração e de construção de sentidos pessoais, que se preocupe com a forma pela qual elas estão se percebendo como sujeitos (OLIVEIRA, 2011, p. 47).

É presente nas falas dos sujeitos da pesquisa a percepção da importância do CCAIC dentro de um cenário de pobreza dos territórios do Município de Duque de Caxias onde foram implantados. Reconhecem, porém, que a representação de criança fragilizada e carente por sua condição social e nutricional deve ser afastada e que o trabalho com elas desenvolvido deve

estar voltado para os seus interesses, curiosidades e desejo de conhecer o mundo, na perspectiva do desenvolvimento pleno. As narrativas agora destacadas ressaltam esta busca por uma prática educativa com as crianças.

[...] a partir do momento que ela entra no CCAIC, que ela está matriculada, passa a frequentar, as ações são educacionais, não há uma ação do trabalho do CCAIC maior que a educacional. A gente visa o desenvolvimento da criança numa linha que respeite a fase que ela está e o seu pleno desenvolvimento. (Rogéria)

A gente tem um compromisso com o desenvolvimento dessa criança, o seu desenvolvimento integral, que passa por uma alimentação adequada, que passa pelo seu desenvolvimento social, cognitivo. Então não é uma rotina de cumprir tarefas, mas sim uma ação, um trabalho que requer envolvimento, afeto, observação, busca de estratégias. (Meire)

A ausência do professor regente e o trabalho de auxiliares de creche que não possuíam formação pedagógica no início do projeto Portal do Crescimento marcavam uma prática mais centrada em atender as necessidades de cuidados com as crianças nos aspectos da saúde e alimentação. As palavras de Ana e Catarina refletem a tônica do trabalho no início do projeto.

[...] eu estou no CCAIC desde 2006. Então, a assistência era mais forte, bem marcante, e por outro lado a questão pedagógica era mais tímida. [...] conforme foi passando o tempo, a questão pedagógica, educacional, foi ganhando mais ênfase. [...] hoje em dia o fazer pedagógico é bem marcado, ele é bem estruturado, que eu quero dizer, essa palavra que eu queria encontrar: ele é bem estruturado. (Ana)

O caminho de constituição da identidade pedagógica deste projeto foi possível a partir da inclusão de profissionais da educação em seu quadro de funcionários, ainda no momento anterior à sua mudança para a denominação CCAIC. A inserção de professores neste trabalho, bem como a oferta da formação inicial para os auxiliares de creche, por meio do Programa Pró Infantil³³ contribuiu para mudanças nas concepções sobre a proposta pedagógica.

[...]quase todas que chegaram lá em 2004 não tinham a formação e a Secretaria de Educação, junto com outros órgãos, perceberam que havia necessidade, já que o trabalho deixava de ser só cuidar e para educar precisava de uma formação. E nós temos um ganho absurdo, significativo com isso. (Catarina)

³³ Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil realizado pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com municípios e estados, que atende docentes da rede pública e privada sem fins lucrativos que ainda não possuem a formação exigida pela legislação, oferecendo-lhes um curso de formação para professores da educação infantil. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/proinfantil/perguntas-frequentes#>>

As equipes que atuam nestes espaços ressaltam, porém, que não só a formação inicial, mas principalmente a formação continuada em serviço é que possibilita a reflexão sobre o fazer cotidiano nas creches e vem, paulatinamente, levando ao aprimoramento das práticas pedagógicas. Neste processo, no CCAIC, assim como nas demais instituições de Educação Infantil do Município de Duque de Caxias, ainda se enfrenta o desafio da construção e execução de propostas pedagógicas que considerem a criança como sujeito de direito centro do processo pedagógico, criadora de cultura e produtora de história.

Nunes (2012), ao discorrer sobre os desafios das práticas pedagógicas, traz o seguinte questionamento: “Que rastros as propostas pedagógicas para a Educação Infantil têm deixado para as crianças que dela fazem parte?” (p. 38) A autora apresenta alguns aspectos importantes que as instituições de educação infantil devem considerar na elaboração e avaliação de propostas pedagógicas. Dentre elas, destacamos o compromisso de assumir o desafio de superar a função de guarda e preparo para o ensino fundamental estabelecendo relações de pertencimento com profissionais, crianças e famílias para que esses se sintam parte integrante da instituição; pensar criticamente um cotidiano que se caracterize como espaço de produção onde as crianças se tornem autônomas e cooperativas; considerar as múltiplas linguagens como eixo privilegiado de trabalho; estabelecer um ambiente cultural rico que possibilite formas variadas de expressão; trazer a literatura infantil para as propostas pedagógicas, criando espaço para a narrativa de histórias, troca de experiências, sentidos e significados com as crianças; humanizar as relações entre adultos e crianças nos espaços de interação (NUNES, p. 41-44).

Na fala de Keila, sujeito desta pesquisa, se observa a preocupação com o apontamento dos documentos que norteiam a elaboração das práticas pedagógicas.

Tanto o projeto político pedagógico quanto os projetos anuais desenvolvidos no CCAIC têm por base os documentos legais (Referenciais e Diretrizes Curriculares, Lei de Diretrizes e Bases, Base Nacional Comum Curricular) e tem por objetivo a formação da criança em variados aspectos. (Keila)

A rede de ensino de Duque de Caxias, desde o segundo semestre de dois mil e dezenove, tem em curso um processo democrático de reestruturação curricular, em que a Educação Infantil também participa de um movimento de estudos e debates com vistas à reavaliação de sua proposta curricular, vigente desde o ano de dois mil e doze. Neste caminho, se faz uma reflexão crítica dos documentos legais que hoje orientam a educação brasileira, buscando a construção de uma proposta autonomamente elaborada pelos educadores que atuam nas escolas, creches e CCAIC que atendem à Educação Infantil no município.

O Texto Introdutório da Reestruturação Curricular de Duque de Caxias, construído a partir da compilação dos dados colhidos em discussões coletivas ocorridas nas unidades neste período de discussão e que está em processo de consulta pública, aponta que a rede de ensino

[...]compreende a infância como categoria e construção social e considera a criança como pertencente a um contexto cultural específico, valorizando suas capacidades e suas formas de ver e pensar sobre o mundo que a cerca. Dessa forma, ela é aquela que interage, que pensa, que cria hipótese, que produz e reproduz cultura, sendo protagonista na construção do próprio conhecimento e também sujeito de direitos (Texto introdutório da reestruturação curricular de Duque de Caxias, 2020, p. 16).

Nesta busca por considerar em suas práticas essa concepção de criança e infância, apontadas no documento introdutório, os registros fotográficos aqui inseridos, apresentam parte do trabalho desenvolvido com as crianças dos CCAIC e revelam como as instituições, embora ainda em meio às contradições e conflitos no seu fazer cotidiano, revelados nesta pesquisa, têm buscado fazer dos seus espaços lugar de, imaginação, produção, afeto e troca, buscando estimular que as crianças revelem suas potencialidades e não ressaltando suas fragilidades diante de sua condição social ou de saúde.

FIGURA 16- Registro de atividades realizadas com crianças do CCAIC 4



Fonte: Arquivo do CCAIC 4

FIGURA 17- Registro de atividades realizadas com crianças do CCAIC 4

Fonte: Arquivo do CCAIC 4

Roberta descreve algumas das práticas pedagógicas destes registros fotográficos:

Tivemos vários projetos e situações que mudavam o rumo do planejado, pelo interesse e perguntas feitas pelas crianças. Um traço muito forte do nosso CCAIC é em relação à prática de leitura e essa foto da criança deitada na praça lendo era algo muito comum e prazeroso para as crianças. Desenho por observação e as várias formas de escrita, são apresentadas em forma de brincadeira e usando diversos materiais. Gostamos do uso de materiais não estruturados em nossa prática, porque acreditamos que damos a possibilidade de a criança usar a criatividade e o faz de conta. Trabalhamos também usando sombras e luz, explorando nome, formas e a criatividade. (Roberta)

FIGURA 18- Registro de atividades realizadas com crianças do CCAIC 3



Fonte: Arquivo do

FIGURA 19- Registro de atividades realizadas com crianças do CCAIC 2



Fonte: Arquivo do CCAIC 2

FIGURA 20- Registro de atividades realizadas com crianças do CCAIC 1



Fonte: Arquivo do CCAIC 1

Dentro desta reflexão, profissionais entrevistados neste estudo falam também sobre a abordagem da questão nutricional, que é o objetivo principal do projeto CCAIC enquanto equipamento de segurança alimentar, dentro das suas propostas pedagógicas com as crianças. Sinalizam a importância deste tema ser contemplado dentro dos projetos políticos pedagógicos das unidades, como nas narrativas de Eunice e Marcela.

A parte nutricional é peça chave, tem uma grande importância no projeto político pedagógico do CCAIC, até porque ele foi criado como um projeto que tem como objetivo reduzir a desnutrição das crianças de um a cinco anos ali daquela comunidade, que no início do projeto era um dos bairros mais atingidos pela desnutrição no município. (Elizabeth)

No nosso PPP abordamos que essa questão nutricional é um dos pilares do CCAIC, a começar pela sua história e por entendermos que isso faz parte do bom desenvolvimento da criança em qualquer situação, em qualquer realidade que ela esteja, mesmo que não seja especificamente no CCAIC. Os nossos projetos estão voltados para o desenvolvimento integral das crianças, então, é claro que alguns enfatizam mais, outros não, mas em geral nossos projetos procuram tratar e estimular tanto no ambiente da escola, quanto no ambiente externo, para que essas crianças tenham uma alimentação saudável e estejam com hábitos que venham a propiciar o seu desenvolvimento e a sua saúde como um todo. (Marcela)

O estímulo a uma alimentação balanceada e à criação de hábitos alimentares saudáveis é uma prática no CCAIC e mobiliza todos os profissionais que nele atuam. Os relatos dos sujeitos desta pesquisa revelam práticas cotidianas que buscam desenvolver estratégias para estimular as crianças a desenvolver melhor relação com os alimentos.

Oliveira (2011, p. 191) ao destacar elementos para a construção de uma proposta pedagógica com base no desenvolvimento como processo sociocultural e que envolve a criança como um todo, ressalta a importância de se criar nas creches situações que promovam certos hábitos nas crianças, destacando importantes ações na formação de hábitos alimentares. Dentre eles, destaca a apresentação do cardápio diário em ambiente de valorização do paladar, do partilhar as refeições com amigos e de bons modos à mesa e a possibilidade de a criança fazer seu próprio prato, escolhendo o que vai comer. Ana destaca em sua fala a realização de uma dessas propostas no CCAIC em que atua.

A alimentação saudável faz parte da rotina das crianças em todos os momentos de refeição e os temas são abordados em sala de aula. Atividades como self service, são desenvolvidas mensalmente, estimulando a autonomia das crianças em relação ao ato de se alimentar. (Ana)

Nestes registros fotográficos se observa a realização de atividades em que as crianças são convidadas, de forma lúdica, a explorar cores, sabores e texturas de diferentes alimentos, se envolverem na preparação e degustação de receitas saudáveis utilizando os gêneros oferecidos no cardápio e a se servirem de forma autônoma no momento das refeições. A ‘comidinha’, tão presente no universo da brincadeira infantil, é parte do cotidiano das crianças do CCAIC e possibilita uma melhor elaboração de sua relação com os alimentos.

FIGURA 21: Registro de atividades relacionadas à alimentação, realizadas com crianças do CCAIC 1



Fonte: Arquivo do CCAIC 1

FIGURA 22: Registro de atividades relacionadas à alimentação, realizadas com crianças do CCAIC 2



Fonte: Arquivo do CCAIC 2

FIGURA 23: Registro de atividades relacionadas à alimentação realizadas com crianças do CCAIC 3



Fonte: Arquivo do CCAIC 3

Nos relatos dos profissionais, é perceptível a presença da alimentação como componente do currículo vivenciado nos CCAIC e que o trabalho feito nesse sentido busca alcançar uma nova perspectiva na relação, muitas vezes difícil, das crianças com os alimentos. Os profissionais que atuam nestas creches apontam como razão para esta dificuldade alguns fatores como a falta de acesso a variedade de alimentos e, portanto, o desconhecimento dos sabores, a falta de bons hábitos alimentares na família e problemas de saúde das crianças. Nesse sentido, procuram envolver os profissionais de nutrição, os que atuam nas turmas e as famílias em projetos, atividades e estratégias que tenham como objetivo a aproximação das crianças com os gêneros que são oferecidos no cardápio da creche, para estimular o consumo de alimentos saudáveis e nutritivos de forma mais prazerosa.

Ao se referir à abordagem da questão nutricional dentro do projeto pedagógico de sua unidade, uma profissional do CCAIC faz a seguinte afirmação:

Esse ano, a gente tem. Nos outros anos, a alimentação realmente nunca foi assim muito trabalhada, em termos de projeto de trabalho. Muito mais em ações permanentes que a gente já tem bem definidos, que são o self service, as oficinas, e a atuação da nutricionista junto aos responsáveis, em casos específicos. (Meire)

Nesta fala se destaca o caráter permanente das ações que visam a contribuir com o estabelecimento de bons hábitos alimentares e com a resolução de alguns problemas enfrentados por crianças nesta área e que algumas vezes demandam o envolvimento de outros profissionais da área de nutrição e saúde.

FIGURA 24 :Registro de atividades relacionadas à alimentação com crianças do CCAIC 4



Fonte: Arquivo do CCAIC 4

A educação alimentar deve ser parte de um currículo vivo a ser vivenciado pelas crianças e famílias na educação infantil, em um trabalho lúdico que as envolva, levando em consideração mudanças necessárias quanto à organização do espaço, à autonomia das crianças, à realização de preparo, ao experimento de alimentos e ao estabelecimento de rotinas não rígidas para o

momento de refeição, como pontos essenciais para que se contribua para o estabelecimento desta nova relação com a alimentação.

4ª Categoria: Desafios atuais e mudanças necessárias no seu enfrentamento

Esta categoria analisa a narrativa dos profissionais a partir de três perguntas, que abordam os seguintes temas: desafios enfrentados no CCAIC enquanto equipamento educacional e de segurança alimentar, perfil nutricional das crianças da comunidade nos tempos atuais, e as mudanças que consideram necessárias no projeto.

Como apresentado neste estudo o projeto CCAIC surgiu em um contexto de proposição de políticas públicas de combate à fome e suas consequências em todo o país e também no Município de Duque de Caxias no início dos anos dois mil. Na década de 2010, o município apresentou uma alta nos indicadores de saúde e nutrição conforme dados apresentados no Plano de Segurança Alimentar e Nutricional de Duque de Caxias para o período de 2017 a 2020, que destaca entre outros indicadores, que a taxa de mortalidade infantil no município apresentou queda expressiva, passando de 21,44 por 1.000 nascidos vivos em 2000, para 14,07 em 2010, segundo as bases de dados do Sistema Único de Saúde. (p. 25).

No período a que se referem estes dados, algumas unidades CCAIC observaram uma queda na procura por vagas para crianças em estado de desnutrição, o que gerou também questionamentos das comunidades com relação ao critério de seleção para ingresso nestas creches. Rogéria relata que na unidade em que atua foi percebida uma mudança neste perfil nutricional das crianças.

Eu acredito que têm ocorrido mudanças, porque eu tenho observado que ao longo do tempo de existência do CCAIC, que são quinze anos, o número de crianças com baixo peso vem diminuindo. Em algumas avaliações o número de crianças para ingressar no CCAIC é pequeno e muitas vezes as avaliadoras precisam elevar o índice médio para que se possa atender um número maior de crianças da comunidade. (Rogéria)

Rogéria descreveu uma situação vivida em algumas unidades, onde a baixa demanda de crianças desnutridas gerou a necessidade de reavaliação do critério de ingresso, havendo a

admissão de crianças eutróficas³⁴, mas consideradas no limite para a desnutrição, em avaliação antropométrica³⁵ realizada por nutricionistas da Secretaria de Saúde.

Meire levanta, também, uma hipótese a ser considerada no fenômeno de diminuição da entrada de crianças desnutridas no CCAIC e que diz respeito a uma prática do início do projeto, que hoje não ocorre na mesma proporção.

[...] eu fico assim muito insegura em te responder isso, porque ao mesmo tempo que a gente percebe hoje que muitas crianças que chegavam na pesagem elas já não estão com desnutrição e claro, isso é um fato maravilhoso, eu também não sei se a divulgação da pesagem chega a quem de fato precisa, porque essa articulação com a Pastoral caiu muito. Então, eu tenho essa insegurança em relação a te afirmar com precisão se houve uma mudança nesse quantitativo, nesse diagnóstico de crianças da comunidade. (Meire)

Esta fala aponta como possível causa para esta menor identificação de crianças com desnutrição, o esvaziamento do trabalho do Mutirão contra a Desnutrição Materno Infantil no Município de Duque de Caxias. A Pastoral da Criança procura manter ainda o contato com as comunidades mais pobres do município, mas conta hoje com um pequeno grupo de pessoas que voluntariamente se dedicam, o que não possibilita a chegada a todo o território caxiense. Em bairros antes atendidos pelos voluntários do Mutirão, ainda é precário o acesso das comunidades aos equipamentos de saúde, o que pode impedir que algumas crianças em risco nutricional sejam identificadas e encaminhadas aos CCAIC.

Em outra unidade CCAIC este fenômeno também foi sentido, porém, na narrativa de Eunice, se observa hoje um retrocesso neste processo de diminuição do quadro de desnutrição dos últimos anos.

Há um tempo, há uns quatro anos atrás, fazendo um estudo a gente percebeu que o número de crianças ao entrar no CCAIC, o peso estava um pouco acima do que tinha anteriormente e havia melhorado um pouco essa questão nutricional sim. Mas dos dois últimos anos para cá, a gente tem notado um aumento significativo dessa baixa de peso, crianças com risco nutricional muito grande. E no decorrer do ano, os postos de saúde da região, coisa que não era feita há um tempo, vêm encaminhando crianças com graves riscos nutricionais para que a gente consiga matricular. (Eunice)

³⁴ Adequação Nutricional (Eutrofia): manifestação produzida pelo equilíbrio entre o consumo e as necessidades nutricionais. Fonte: Ministério da Saúde. Disponível em <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/orientacoes_coleta_analise_dados_antropometricos.pdf>

³⁵ O método antropométrico permite a avaliação do peso, da estatura e de outras medidas do corpo humano. Ele representa um importante recurso para a avaliação do estado nutricional do indivíduo e ainda oferece dados para o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes. Fonte: Ministério da Saúde. Disponível em <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/orientacoes_coleta_analise_dados_antropometricos.pdf>

O encaminhamento de crianças diretamente pelos equipamentos de saúde do município e não apenas por meio de procura espontânea das famílias ou direcionamento da Pastoral da Criança, vem sendo uma prática mais constante nos últimos dois anos, o que traz um alerta com relação ao aumento de casos de desnutrição, em razão do empobrecimento das comunidades periféricas do município e consequente diminuição do acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender as necessidades nutricionais das crianças e de suas famílias. Este quadro é reflexo de uma situação nacional, apontada em dados divulgados pelo IBGE, a partir de levantamento feito entre junho de 2017 e julho de 2018 demonstrando que, após recuar em mais da metade em uma década, a fome voltou a se alastrar pelo Brasil, pois em cinco anos, se viu aumentar em cerca de três milhões, o número de pessoas sem acesso regular à alimentação básica. A pesquisa leva em conta apenas moradores em domicílios permanentes, excluindo a população de rua, o que aumentaria ainda mais o contingente, que hoje é de aproximadamente 10,3 milhões de pessoas vivendo nesta situação.³⁶

As mudanças no quadro nutricional do município trazem um desafio para o projeto CCAIC, que é apontado pelos sujeitos nessa pesquisa, no que diz respeito ao paradoxo quanto ao critério estabelecido para a autorização de ingresso das crianças. Em territórios onde se constata a diminuição da demanda de crianças em risco nutricional, há uma cobrança quanto à oferta de vagas ociosas para a comunidade e um questionamento quanto à continuidade de um projeto com este perfil. Em contrapartida, CCAIC de outras áreas do município vivem a realidade do aumento desta demanda e enfrentam a dificuldade de não possuir estrutura suficiente para oferecer atendimento a todas as crianças avaliadas como desnutridas e que buscam vagas em suas unidades.

Outro desafio apontado de forma unânime pelos sujeitos desta pesquisa, diz respeito à necessidade do reestabelecimento de uma equipe multiprofissional atuante em cada unidade CCAIC.

[...] pela natureza do CCAIC, que tem toda essa especificidade, eu sinto a necessidade, sinto falta de outros profissionais compondo o corpo técnico, como a gente tinha antigamente: uma pediatra, a gente tinha uma assistente social, até pouco tempo nós tínhamos uma agente de saúde. Eu acho que ali a gente tem um grande leque de tarefas para dar conta e à medida que esse quadro foi ficando menor, quem se desdobrar e nesse desdobrar às vezes nem sempre a ação é feita com a qualidade como deveria, porque a gente tem que se dividir em mil para atender todas as demandas. (Meire)

³⁶ Fonte IBGE- Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave> >

Então, acho que isso é um grande desafio, a equipe que geralmente é constituída de um orientador pedagógico, um orientador educacional, mais a direção, muitas vezes essa equipe é formada por duas pessoas, dois profissionais, tem que dar conta muitas vezes ali, de situações que escapam e que ultrapassam o limite educacional, que vai para a área da assistência social, que vai para a área da psicologia, que vai para a área da saúde, enfim, do conselho tutelar. (Rogéria)

Nestas narrativas os sujeitos apontam as mudanças efetuadas no quadro de profissionais previsto nos projetos iniciais do Portal do Crescimento e do CCAIC, na perspectiva de um trabalho global de atendimento às crianças nas suas diferentes necessidades emocionais, sociais, cognitivas e físicas. Se por um lado, se observou paulatinamente o investimento no aumento do número de profissionais da educação no projeto, por outro, a equipe multiprofissional que atuava nas ações que envolvem nutrição, saúde e apoio social foi sendo esvaziada ao longo do tempo.

As equipes locais deixaram de contar com médicos e técnicos de enfermagem, o que dificulta o encaminhamento das crianças a serviços de saúde, para acompanhamentos necessários ao seu desenvolvimento, uma vez que, em decorrência das carências nutricionais, apresentam diversas fragilidades de saúde.

Os nutricionistas não mais atendem exclusivamente a uma unidade CCAIC, mas fazem parte de uma equipe lotada na Coordenadoria de Alimentação Escolar (CAESC) da Secretaria Municipal de Educação, fazendo o acompanhamento dos cardápios, da qualidade e armazenamento dos gêneros de todas as escolas da rede de ensino. Desta forma, há dificuldades em dar continuidade ao acompanhamento nutricional nos CCAIC, antes realizado por meio de controle mensal do peso e altura das crianças e do manejo nutricional para adequação de cardápios e porcionamentos, de acordo com as necessidades individuais das crianças.

Boa parte das crianças matriculadas nos CCAIC vive em situação de vulnerabilidade social e o trabalho do assistente social nessas unidades ganha maior relevância, considerando a dimensão socioeducativa resultante do trabalho deste profissional, no fortalecimento das redes de sociabilidade e à efetivação do acesso aos serviços sociais. Neste sentido, o atendimento social às crianças e famílias do CCAIC sofreu uma perda, uma vez que não contam com o trabalho direto deste profissional nas unidades. O Núcleo da Equipe Multiprofissional (NEMP), da Secretaria Municipal de Educação, conta com assistentes sociais em seu quadro, que têm atuado no CCAIC em regime de plantão e procuram dentro das possibilidades atender as demandas deste trabalho. Catarina revela em sua fala as dificuldades enfrentadas como consequências da carência deste profissional no dia a dia da unidade onde atua.

Eu acho que o CCAIC deveria voltar a ter um quadro de multiprofissionais, principalmente voltar a ter o assistente social no nosso quadro efetivo, não aquele assistente social que tem ido esporadicamente, que atende a várias unidades da rede. Muito importante esse trabalho com o profissional na escola. Ele lidava diretamente com as famílias, atendia mais rapidamente as necessidades, fazia os encaminhamentos necessários e isso acabou ficando mais esporádico e a orientação educacional ou pedagógica e a direção acabaram tendo que absorver esse trabalho e por mais que a gente queira fazer um bom trabalho, não é a mesma coisa”. (Catarina)

A dificuldade quanto à manutenção de uma equipe multiprofissional está atrelada a outro desafio que o CCAIC enfrenta, que é a quebra da intersetorialidade também proposta no projeto inicial e que envolvia diversas secretarias como a de Ação Social, Saúde, Cultura, Trabalho e Renda e outros órgãos municipais, no trabalho com as crianças dos CCAIC. O que hoje se observa é que a gestão do projeto pela Secretaria Municipal de Educação tem acontecido com pouco apoio destas secretarias, o que provoca entraves no alcance dos objetivos inicialmente propostos.

A necessidade de uma política intersetorial que de fato se efetive no CCAIC em atendimento às demandas que as crianças e famílias apresentam é expressa na fala destas profissionais.

Um dos maiores desafios enfrentados no trabalho cotidiano no CCAIC é a falta de parceria entre secretarias: Educação, Saúde e Assistência Social, ou qualquer outra que se torne necessária, que poderia integrar e fortalecer o atendimento às crianças e às famílias, com equipes multidisciplinares: psicólogos, fonoaudiólogos, médicos, terapeutas, assistentes sociais, conselheiros tutelares, etc.. (Keila)

Nós não temos um acompanhamento tão forte da parte social para que a gente possa realmente ajudar essas famílias, restando apenas instrumentos mais educacionais, da parte da Secretaria de Educação, mas a parte da assistência Social, ela fica muito longe dessa ajuda. (Laura)

Políticas públicas para a infância são primordiais ao se pensar o atendimento à Educação Infantil, principalmente o que acontece em tempo integral nas instituições. Políticas intersetoriais que articulem as unidades de ensino com diferentes órgãos do poder público e com a família são necessárias para que se possa alcançar os objetivos traçados em projetos político-pedagógicos que se propõem a respeitar a criança como um ser integral, considerando a indissociabilidade entre o cuidar e o educar.

NUNES, CORSINO E DIDONET (2011, p. 75) falam sobre alguns desafios que ainda se interpõem no caminho dos sistemas de ensino, na busca pela consolidação da qualidade da primeira etapa da educação básica para as crianças brasileiras. No contexto do trabalho intersetorial, se destaca: “[...] instituir mecanismos de colaboração entre educação, saúde,

proteção social, assistência, cultura, visando ao atendimento integral à criança, em complementaridade à família [...].

Embora o Brasil já tenha avançado em relação à atenção às crianças, por meio de legislações como a Constituição Federal, O Estatuto da Criança e do Adolescente, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e outras leis setoriais de educação, saúde assistência social, direitos humanos e outros, ainda é preciso avançar nas políticas intersetoriais de atendimento à infância que tragam convergência entre setores, órgãos e ações e partam da visão holística da criança pessoa, cidadã e sujeito de direitos, para abordar de forma eficaz as suas necessidades.

Marcela, também, aponta a importância de um trabalho integrado entre setores e que possa promover o que denomina de rede de apoio às crianças e às famílias, levando em conta as demandas sociais que apresentam em razão das desigualdades existentes no município.

Eu acho que a principal mudança é ter realmente uma rede de apoio para essas famílias, um trabalho integrado, assistência social e saúde. Porque uma vez que essas famílias estão perdendo renda, está aumentando a pobreza no nosso país, mais ainda as pessoas dependem do sistema público de saúde, mais ainda dependem da assistência social e a escola é muitas vezes a porta de entrada para que apareçam essas demandas. (Marcela)

Nas falas dos profissionais a respeito dos desafios do CCAIC surgem também dificuldades que são comuns a outras instituições de ensino, como problemas estruturais nos espaços físicos de algumas unidades, que apresentam inadequação para o atendimento à educação infantil, limitando o trabalho cotidiano e o pouco engajamento das famílias no acompanhamento da vida escolar das crianças e no seu processo de desenvolvimento.

A análise das entrevistas realizadas com estes profissionais da educação que atuam nos CCAIC dos quatro distritos do município trazem uma visão da relevância deste projeto no contexto do atendimento à educação infantil em Duque de Caxias, revelando suas contradições, seus revezes, suas conquistas e anseios futuros, na perspectiva de oferta de um espaço e de um trabalho, onde as crianças tenham garantido o seu direito à educação através da brincadeira e das interações, em plenas condições de nutrição e saúde, com o apoio social de que necessitam. Suas narrativas provocam reflexões que levam a proposições apresentadas nas conclusões deste trabalho de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – ENCONTRO ENTRE O PASSADO E O PRESENTE DO CCAIC- CAMINHOS FUTUROS

Este trabalho de pesquisa realizado em quatro das unidades CCAIC do Município de Duque de Caxias, teve como caminho investigativo o histórico de construção de um projeto de atendimento a crianças de um a cinco anos de idade em risco nutricional, buscando compreender também, por meio das narrativas de profissionais envolvidos no trabalho destas unidades, o percurso de construção de sua identidade educacional e os impactos que o projeto trouxe na diminuição das desigualdades sociais nas comunidades onde foi implantado.

Deve ser destacado o caráter permanente deste projeto, que iniciou no ano de 2003 sob a denominação “Portal do Crescimento”, uma vez que muitas ações, ainda que exitosas, são abandonadas nas alternâncias políticas no poder executivo do município. Portanto a Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense, embora enfrentando perdas no seu formato original, se manteve como uma política pública de atendimento à infância, sob a perspectiva de oferecer ao seu público um espaço de desenvolvimento, com foco educacional e nutricional.

Conhecer o percurso histórico de Duque de Caxias, importante município situado na Baixada Fluminense, nos possibilita compreender o contexto de criação do CCAIC, em um território marcado por contradições, injustiças e desigualdades sociais pois, embora tenha uma das maiores arrecadações de ICMS e Produto Interno Bruto do Estado do Rio de Janeiro, apresenta baixos Índices de Desenvolvimento Humano. A história demonstra a forma como em seu início, a região foi sacrificada em nome do desenvolvimento da então capital federal do país, o Rio de Janeiro e como seu processo de urbanização e industrialização trouxe um progresso que não se traduziu em soluções para as mazelas sociais que alcançam parte de sua população.

As vozes dos sujeitos ouvidos nesta pesquisa demonstram os conflitos existentes no CCAIC diante da dualidade do seu caráter de atendimento, que o constitui como um equipamento educacional e de segurança alimentar. No cotidiano, estas instituições vivenciam os limites entre educação e assistência e se por vezes sua função é tida como assistencialista, se evidencia nos relatos e registros desta pesquisa o processo de constituição de sua identidade pedagógica, na busca pela construção de propostas que façam de seus espaços lugar onde as crianças possam viver sua infância numa perspectiva de desenvolvimento pleno e garantia dos seus direitos. Desta forma, podemos considerar o avanço do projeto no seu aspecto educacional,

que vem acontecendo por meio da construção coletiva de projetos políticos pedagógicos que buscam refletir a realidade social e de saúde das crianças daquelas comunidades sem desconsiderar sua potência criativa.

As práticas, porém, apresentam contradições, reveladas nas falas destes profissionais, em observações sobre posturas das famílias e de profissionais, nas suas relações e interações com as crianças, em atividades do cotidiano e provocam uma reflexão em que se destacam dois pontos: o primeiro se refere a importância da formação inicial e também da formação continuada dos educadores, promovida por meio de espaços de estudo, escuta e trocas entre os membros da comunidade escolar, na constante reflexão sobre os fazeres no cotidiano da educação infantil.; o segundo ponto diz respeito à maior integração entre a creche e as famílias, o que surge na fala dos entrevistados como um desafio a ser ainda vencido. As narrativas dos profissionais revelam a percepção de uma visão assistencialista dos responsáveis com relação ao trabalho realizado no CCAIC e apontam para a necessidade de construção de um caminho de diálogo e envolvimento das famílias, não só em reuniões ou eventos, mas em situações cotidianas que lhes possibilite vivenciar as práticas pedagógicas propostas pelas instituições, compreendendo as concepções em que se baseiam e participando do processo de desenvolvimento das crianças. O fortalecimento dos Conselhos Escolares, instituídos nas unidades pode também ser um caminho para solidificar as relações entre a família e a escola.

Ainda na dualidade da natureza do atendimento no CCAIC, se apresentam outras questões que demandam reflexões e reavaliação dos propósitos, métodos e caminhos do projeto. O direito à Educação Infantil, conforme estabelecido na Constituição Federal não é garantido a todas as crianças, independentemente de classe social, segundo o princípio de igualdade consolidado na carta magna do país e na Lei de Diretrizes e Bases. No documento “Dúvidas mais frequentes sobre Educação Infantil”, o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (2013), aponta que municípios, na impossibilidade de atendimento universal às crianças de zero a três anos, utilizam critérios de matrícula que combinam fatores como índice de vulnerabilidade social, atendimento a filhos de mães trabalhadoras entre outros. Chama a atenção, porém, ao fato de que estes devem ser entendidos como critérios de prioridade e não de exclusividade (p.5), o que traz um questionamento a respeito do critério nutricional, estabelecido para a seleção das crianças matriculadas no CCAIC.

Cabe observar que em Duque de Caxias, em razão de uma demanda maior que a oferta de vagas, as matrículas nas creches acontecem por meio de sorteio público. O CCAIC, porém,

instituído como equipamento de segurança alimentar no município, traz em seu escopo a justificativa para o critério diferenciado de ingresso, conforme é expresso em documento do DESANS (2016).

Duque de Caxias conta, em 2016, com sete Creches e Centros de Atendimento à Infância Caxiense (CCAICs) que são equipamentos públicos municipais de SAN criados à partir de 2003 com o intuito de combater à desnutrição infantil desvelada pelo Mutirão liderado por Dom Mauro Morelli, realizado em Duque de Caxias e São João de Meriti. (DEPARTAMENTO GERAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL, 2016, P. 31)

Entretanto, as unidades se constituem também como equipamentos de educação infantil, ligados à Secretaria de Educação do município e como tal, devem garantir o acesso universal às crianças destas comunidades. Diante deste conflito, tem grande relevância as falas dos profissionais nesta pesquisa, pois diariamente lidam com a realidade das crianças e suas famílias nas comunidades. Suas narrativas revelam que o projeto ainda cumpre importante papel como equipamento de segurança alimentar no município, principalmente nos últimos dois anos, em que o impacto do empobrecimento da população brasileira foi também sentido em algumas unidades CCAIC, que perceberam o recrudescimento do quadro de desnutrição nas suas comunidades, através do ingresso de crianças com perfil nutricional abaixo do desejável e muitas já em estado de desnutrição grave, encaminhadas por meio de unidades básicas de saúde do município. O contexto de pandemia que hoje vivemos, é também um agravante da situação social e demanda políticas e ações do poder público voltadas para o atendimento às populações mais pobres, o que reforça ainda a necessidade de manutenção do projeto com suas características de atendimento educacional e social.

Mesmo na perspectiva de continuidade do projeto, as pontuações que surgem, quanto à oferta e ocupação das vagas nos CCAIC, apontam para a necessidade de reavaliação da utilização de um critério único para o ingresso das crianças nestas unidades, que deve acontecer através do diálogo entre as secretarias e órgãos envolvidos em seu projeto inicial, os gestores, os educadores e as famílias, no sentido de buscar estratégias que garantam o atendimento de crianças neste perfil, sem desconsiderar a abertura de acesso a outras crianças nestas instituições. Um caminho possível é a ampliação da política pública de segurança alimentar que estenda para além do CCAIC, o acesso prioritário às crianças de um a três anos de idade e em risco nutricional, encaminhadas pela rede de saúde às unidades de creche do município.

Isto, porém, demanda um trabalho intersetorial que se efetive de fato, o que as falas de entrevistados desta pesquisa revelam ser uma deficiência do CCAIC. Hoje, a Secretaria de Educação tem assumido a responsabilidade deste projeto e as narrativas demonstram a importância de se reestabelecerem as parcerias com outras secretarias, a fim de possibilitar o apoio às crianças e famílias, na área social, de saúde e nutrição, cultura e outros.

Tomando como base o que diz a LDB ao definir as finalidades da educação infantil: “[...] desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, e social[...]” (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, art.29), é necessário pensar políticas públicas para a infância, pautadas numa visão holística da criança, com vistas a respeitá-la e atendê-la integralmente através da articulação de diferentes setores numa ação conjunta e coordenada. Ultrapassar uma visão fracionada da criança, com atendimento por setores estanques que priorizam seu ponto de interesse, é o grande desafio do CCAIC e se traduz nas narrativas dos educadores que nesta pesquisa, de forma unânime, apontam como maior entrave na realização do trabalho a ausência de equipes multiprofissionais em cada unidade, que possam articular num projeto conjunto com os educadores, um plano de atenção integral à criança.

A proposição da criação de centros de atendimento às crianças matriculadas na educação infantil, onde profissionais de diferentes áreas possam utilizar seus conhecimentos e especializações de forma conjunta e integrada com a escola, pode dar início a um trabalho multissetorial que se encaminhe para a construção de políticas intersetoriais que possibilitem uma ação ampla envolvendo os diferentes setores que têm atribuições na área dos direitos das crianças no município.

Diante da análise das narrativas dos profissionais envolvidos nesta pesquisa, das pontuações e reflexões a respeito de sua prática cotidiana, dos apontamentos de avanços e retrocessos, resistências e fragilidades na trajetória do CCAIC, fica latente sua importância e impacto nas comunidades alcançadas por este projeto, uma ferramenta de inclusão social, que de forma singular busca, através da educação e do cuidado em atenção às crianças, a efetividade de seus direitos, contribuindo para seu desenvolvimento integral e formação humana.

Não pode, assim, ser desconsiderada a intervenção positiva do poder público, através da Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense, na vida de parte da população infantil, na faixa etária de um a cinco anos de idade em situação de insegurança alimentar no município

de Duque de Caxias e as modificações pensadas para o projeto devem ser avaliadas em conjunto por setores do poder público e da sociedade civil.

A realização desta pesquisa me permitiu um olhar atento para a história do município em que nasci, vivo e atuo profissionalmente, me possibilitando também compreender o contexto do processo de construção histórica deste equipamento educacional e de segurança alimentar que faz parte da rede de ensino em que exerço minhas funções como professora e gestora pública. As respostas dadas às questões apresentadas aos profissionais neste trabalho podem lhes suscitar reflexões que contribuam para a avaliação de suas práticas e relações com as crianças e suas famílias, como expressa a orientadora Meire nesta narrativa:

“Essa sua questão foi muito interessante, assim como as outras. Eu tenho aprendido muito com elas, porque posso pensar e até me auto avaliar como orientadora. Então, me permite essa autorreflexão para quem sabe assim, perceber o que preciso fazer diferente, onde preciso avançar. Essas questões estão sendo maravilhosas”. (Meire)

A escuta às narrativas dos profissionais levanta importantes questões que devem ser consideradas pois sua análise pode orientar a tomada de decisões quanto aos rumos e objetivos da Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete. **O direito das crianças à educação infantil**. Pro-Posições, Campinas, v. 14, n. 3 (42) - set./dez. 2003.

ABUCHAIM, Beatriz de Oliveira. **Panorama das Políticas de Educação Infantil no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2018. Disponível em <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261453>>. Acesso em 09 de outubro de 2020.

ALBUQUERQUE, Simone Santos de; ZORTÉA, Ana Maira: Educação infantil: por que te quero? Compartilhando os significados entre escolas, bebês e suas famílias. In: **Educação infantil: construção de sentidos e formação**/ Catarina Moro, Gizele de Souza, (org.) - 1. ed. – [Curitiba]: NEPIE/UFPR, 2018. 1 arquivo [249 p.]: il., color.

ANÍSIO ESPÍNOLA TEIXEIRA. **Biografia**. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/anisio-espino-la-teixeira>>. Acesso em 01 de junho de 2020.

BARBOSA, Beatriz Graveli de Sousa; DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira; DUARTE Adriana Cancela. **Efeitos de um programa de educação infantil em famílias de catadores de papel de Belo Horizonte**. Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 20, n. 75, p. 283-303, abr./jun. 2012.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; RICHTER, Sandra Regina Simonis; DELGADO, Ana Cristina Coll. **Educação Infantil: tempo Integral ou educação integral?** Educação em Revista Belo Horizonte. v.31, n.04, p. 95 – 119, outubro-dezembro 2015.

BARRETO, Ângela Maria Rabelo Ferreira. **A educação infantil no contexto das políticas públicas**. Revista Brasileira de Educação. n.24, p.53-65, set /out /nov. /dez. 2003.

BARROS, Denise Franca, COSTA, Alessandra de Sá Mello da, MARTINS, Celina Maria Frias Leal, PREVOT, Rejane. **A Trajetória Histórica de Duque de Caxias e a Constituição do Espaço Social a partir do Advento da REDUC: Paradoxos e Contradições**. VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPED. Gramado, RS, maio, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 19. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988 Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 01 mar 2019.

_____. Lei 5.449, DE 04 DE JULHO DE 1968. **Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea b, da Constituição os Municípios que especifica, e dá outras providências**. Brasília, DF, julho 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5449.htm>. Acesso em 03 de março de 2019.

_____. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF, julho, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em 11 de março de 2019.

_____**LEI Nº, 12.796, DE 04 DE ABRIL DE 2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.** Brasília, DF, abril, 2013. Disponível em: < https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30037356/do1-2013-04-05-lei-n-12-796-de-4-de-abril-de-2013-30037348 >. Acesso em 17 de agosto de 2020.

_____**Ministério da Educação. Dúvidas mais frequentes sobre Educação Infantil.** Brasília, 2013.

_____**Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** In: Brasil. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____**Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual instrutivo para implementação da Agenda para Intensificação da Atenção Nutricional à Desnutrição Infantil:** portaria nº 2.387, de 18 de outubro de 2012 / Brasília, 2013.

CAMPOS, Maria Malta. **Educação infantil: o debate e a pesquisa.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 101, p. 113-127, jul., 1997.

_____**A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 87-128, jan./abr., 2006.

_____**Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas.** Cadernos de Pesquisa v.43 n.148 p.22-43 jan./abr. 2013.

CAMPOS, Maria Malta; ESPOSITO, Yara Lúcia; BHERING, Eliana; GIMENES, Nelson, ABUCHAIM, Beatriz. **A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras.** Cadernos De Pesquisa. v.41, n.142 jan./abr. 2011.

CARLOS ARTUR MONCORVO FILHO. **Biografia.** Disponível em < <https://www.sbp.com.br/pessoas/pessoa/peid/moncorvo-filho/>>. Acesso em 04 de julho de 2020.

CARLOS LACERDA **Biografia.** Disponível em < https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/carlos_lacerda>. Acesso em 03 de março de 2019

CORREA, Bianca Cristina. **Políticas de educação infantil no Brasil: ensaio sobre os desafios para a concretização de um direito.** Jornal de Políticas Educacionais. Nº 9 | janeiro-junho de 2011 | PP. 20–29. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/25172/16820>>. Acesso em 22 de junho de 2019.

CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital; NUNES, Maria Fernanda Resende. **Educação Infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica**– Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

____; NUNES, Maria Fernanda Resende. A institucionalização da infância: antigas questões e novos desafios. In: **Educação Infantil: cotidiano e políticas**/ Patrícia Corsino, (org.) - Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

COSTA, Selma Frossard. **A política de assistência no contexto da educação infantil: possibilidades e desafios para um trabalho socioeducativo**. Serviço Social em Revista, Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Serviço Social, Londrina, v. 6 - Número 2, jan./jun., 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 11-32, jan./abr. 2005.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA. Disponível em <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declara%C3%A7%C3%A3o-dos-direitos-da-crianca.html>>. Acesso em 03 de março de 2019.

DUQUE DE CAXIAS. Lei nº 1686 de 24 de março de 2003. **Cria a Creche c; Portal do Crescimento do Amapá e dá outras providências**. Duque de Caxias, RJ, mar 2003. Disponível em <<http://www.cmdc.rj.gov.br/?p=8654>> Acesso em 03 de março de 2019.

____ LEI Nº 1881 DE 18 DE JUNHO DE 2005. **Cria o Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Duque de Caxias (DESANS-DC) e dá providências**. Duque de Caxias, RJ, junho 2005. Disponível em <<http://www.cmdc.rj.gov.br/?p=9007>>. Acesso em 04 de março de 2019.

____ LEI Nº 1928 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005. **Cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Duque de Caxias - COMSEA, e dá outras providências**. Duque de Caxias, RJ, dezembro 2005. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/d/duque-de-caxias/lei-ordinaria/2005/193/1928/lei-ordinaria-n-1928-2005-cria-o-conselho-municipal-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-de-duque-de-caxias-comsea-e-da-outras-providencias>>. Acesso em 04 de março de 2019.

____ Prefeitura Municipal. Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. **Perfil nutricional e socioeconômico das crianças matriculadas nas Creches e Centros de Atendimento à Infância Caxiense (CCAIC) do Município de Duque de Caxias** / Departamento Geral de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. DESANS. Duque de Caxias, RJ, 2012.

____ Prefeitura Municipal. Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. **Relatório Anual de Ações do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (DESANS)**. Duque de Caxias, RJ, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/silo.tips_relatorio-anual-de-aoes-do-departamento-de-segurana-alimentar-e-nutricional-sustentavel-desans.pdf>. Acesso em 27 de julho de 2020.

____ Secretaria Municipal de Educação. **Texto introdutório da Reestruturação Curricular de Duque de Caxias**. Duque de Caxias, 2020. Disponível em <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/smeportal/wp-content/uploads/2020/06/TEXTO-INTRODU%C3%87%C3%83O-Reestrutura%C3%A7%C3%A3o-1.pdf> . Acesso em 15 de setembro de 2020.

_____. Prefeitura Municipal. **1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Duque de Caxias 2017-2020**. Duque de Caxias, 2016.

D. MAURO MORELLI. **Biografia**. Disponível em <<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,venda-a-casa-do-bispo,1630853> >". Acesso em 03/03/2019.

ERNANI DO AMARAL PEIXOTO. **Biografia**. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/peixoto-ernani-do-amaral>>. Acesso em 04 de março de 2019.

EURICO GASPAR DUTRA. **Biografia**. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dutra-eurico-gaspar>>>. Acesso em 04 de março de 2019.

FERNANDES, Fabiana Silva; GIMENES, Nelson; DOMINGUES, Juliana dos Reis. **Mulheres e filhos menores de três anos: condições de vida**. Cadernos de Pesquisa v.47 n.163 p.320-341 jan./mar. 2017.

FERNANDO COLLOR. **Biografia**. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/collor-fernando>>. Acesso em 04 de março de 2019.

FRIEDRICH FROEBEL. **Biografia**. Disponível em <<https://novaescola.org.br/conteudo/96/friedrich-froebel-o-formador-das-criancas-pequenas>>. Acesso em 04 de julho de 2020.

GETÚLIO VARGAS. **Biografia**. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/EstadoNovo>>. Acesso em 03 de março de 2019.

GONÇALVES, Fernanda Denardin; CATRIB, Ana Maria Fontenele; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha; VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza. **A promoção da saúde na educação infantil**. Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.12, n.24, p.181-92, jan./mar. 2008.

GUIMARÃES, Daniela. **Entre gestos e palavras; pistas para a educação das crianças de 0 a 3 anos**. Educação on-Line (PUCRJ), v. 1, p. 4, 2009

_____. Ética e cuidado, cultura e humanização: eixos do trabalho com as crianças pequenas na educação infantil. In: **Educação infantil: construção de sentidos e formação**/ Catarina Moro, Gizele de Souza, (org.) - 1. ed. – [Curitiba]: NEPIE/UFPR, 2018. 1 arquivo [249 p.]: il., color.

HERBERT DE SOUZA. **Biografia**. Disponível em "<<https://www.ebiografia.com/betinho/>>". Acessado em 03/03/2019.

INEP- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Disponível em http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/numero-de-creches-aumenta-em-2-4-no-ultimo-ano / 21206. Acesso em 05/06/2020.

INSTITUTO HISTÓRICO DA CÂMARA DE DUQUE DE CAXIAS. Acervo. Duque de Caxias. Rio de Janeiro.

JAN AMOS KOMENSKY. **Biografia.** Disponível em <<https://www.ebiografia.com/comenius/>>. Acesso em 04 de julho de 2020.

JEAN-JACQUES ROUSSEAU. **Biografia.** Disponível em <https://www.ebiografia.com/jean_jacques_rousseau/> Acesso em 04 de julho de 2020.

JOHANN HEINRICH PESTALOZZI. **Biografia.** Disponível em <<https://novaescola.org.br/conteudo/1941/pestalozzi-o-teorico-que-incorporou-o-afeto-a-sala-de-aula>>. Acesso em 04 de julho de 2020.

JOSÉ SARNEY. **Biografia.** Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ribamar-ferreira-de-araujo-costa>>. Acesso em 03/03/2019.

JOSUÉ DE CASTRO. **Biografia.** Fonte: Disponível em "<https://www.ebiografia.com/josue_de_castro/>". Acesso em 03/03/2019.

JOÃO GOULART. **Biografia.** Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart>>. Acesso em 03 de março de 2019.

JUSCELINO KUBITSCHKE. **Biografia.** Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/carlos_lacerda>. Acesso em 03 de março de 2019

KRAMER, Sônia. **A Política do Pré-Escolar no Brasil- A arte do Disfarce.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

_____. **Privação cultural e educação compensatória: uma análise crítica.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 42, p. 54-62, agosto, 1982.

_____. A infância e sua singularidade. In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Ensino Fundamental de nove anos: Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade.** Brasília, p. 13-24, 2007.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Histórias da educação infantil brasileira.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, nº 14, p. 5-18, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000.

_____. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica.** 7.ed.-Porto Alegre: Mediação, 2015.

LACERDA, Stélio José da Silva. **A emancipação política do Município de Duque de Caxias (Uma tentativa de compreensão).** Pilares da História, Duque de Caxias, RJ, Ano II, nº 03, p. 9-27, dezembro, 2003.

_____**Uma passagem pela Caxias dos anos 60: Fragmentos de Memória e Registros Diversos.** Rio de Janeiro: Edição do autor, 2001.

LEAL, Luciana Nunes. **“Venda a casa do bispo! Sugestão do bispo d. Mauro Morelli ao prefeito para ajudar crianças pobres.”** Estadão, 2015. Disponível em <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,venda-a-casa-do-bispo,1630853>>. Acesso em 25 de janeiro de 2019.

LEITE, Aristeo Filho. **História da Educação Infantil- Heloisa Marinho: uma tradição esquecida.** Petrópolis, RJ: De Petrus, 2011.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. **Biografia.** Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-inacio-da-silva>>. Acessado em 05 de março de 20019.

LUSTOSA, José. **Cidade de Duque de Caxias- Desenvolvimento histórico do município- Dados gerais.** Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, 1958.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONÇÃO, Maria Aparecida Guedes. **Cenas do cotidiano na educação infantil: desafios da integração entre cuidado e educação.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 43, n. 1, p. 161-176, jan./mar. 2017.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NOGUEIRA, Marcos Antônio Monteiro. (Org.) **Baixada Fluminense: memória fotográfica.** Rio de Janeiro: INEPAC, 2008.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; KRAMER, Sonia. **Educação infantil e políticas municipais: um estudo longitudinal.** Cadernos de Pesquisa v.43 n.148 p.152-175 jan./abr. 2013.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2011.

OMS-WORLD HEALTH ORGANIZATION. Disponível em <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organização-Mundial-da-Saúde/o-que-e-a-oms.html>>.

ONU- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/conheca/>>. Acesso em 03 de março de 2019.

PASTORAL DA CRIANÇA. Disponível em "<<https://www.pastoraldacrianca.org.br/quemsomos>>". Acesso em 03/03/2019.

PAULINO, Verônica Belfi Roncetti; CÔCO, Valdete. **Políticas públicas educacionais: vozes que emergem no trabalho docente na Educação Infantil**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.24, n. 92, p. 697-718, jul./set. 2016.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A-PETROBRÁS. **Histórico**. Disponível em <<http://exposicao60anos.agenciapetrobras.com.br/decada-1950-momento-1.php>>. Acesso em 04 de março de 2019.

REFINARIA DE DUQUE DE CAXIAS. Disponível em <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-duque-de-caxias-reduc.htm>. Acesso em 15 de dezembro de 2018.

ROCHA, André Santos. **A representação “ideal” de um território: exemplificando a Baixada Fluminense**. Revista Pilares da História. Ano 10, n.11, p.20-30, maio de 2011.

RODRIGUES Maria de Lourdes Carlos et al. **Alimentação e nutrição no Brasil**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

SILVA, Alberto Carvalho da. **De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição**. Estudos Avançados 09, n. 23, p.87-107, 1995.

SILVA, Lucia. **Baixada Fluminense como vazio demográfico? População e território no antigo município de Iguaçu (1890/1910)**. R. bras. Est. Pop., Belo Horizonte, v.34, n.2, p.415-425, maio/ago. 2017.

SOUZA, MarluCIA Santos de. **Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias**. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2014.

_____. **Memórias da emancipação e intervenção no Município de Duque de Caxias nos anos 40 e 50**. Pilares da História, Duque de Caxias, RJ, Ano II, nº 03, p. 37-53, dezembro, 2003.

SOUZA, Rodrigo Sampaio de. **Sobre o poder na Baixada Fluminense: o exemplo do município de Nilópolis/RJ**. 2014. Dissertação de Mestrado em Geografia pelo Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro.

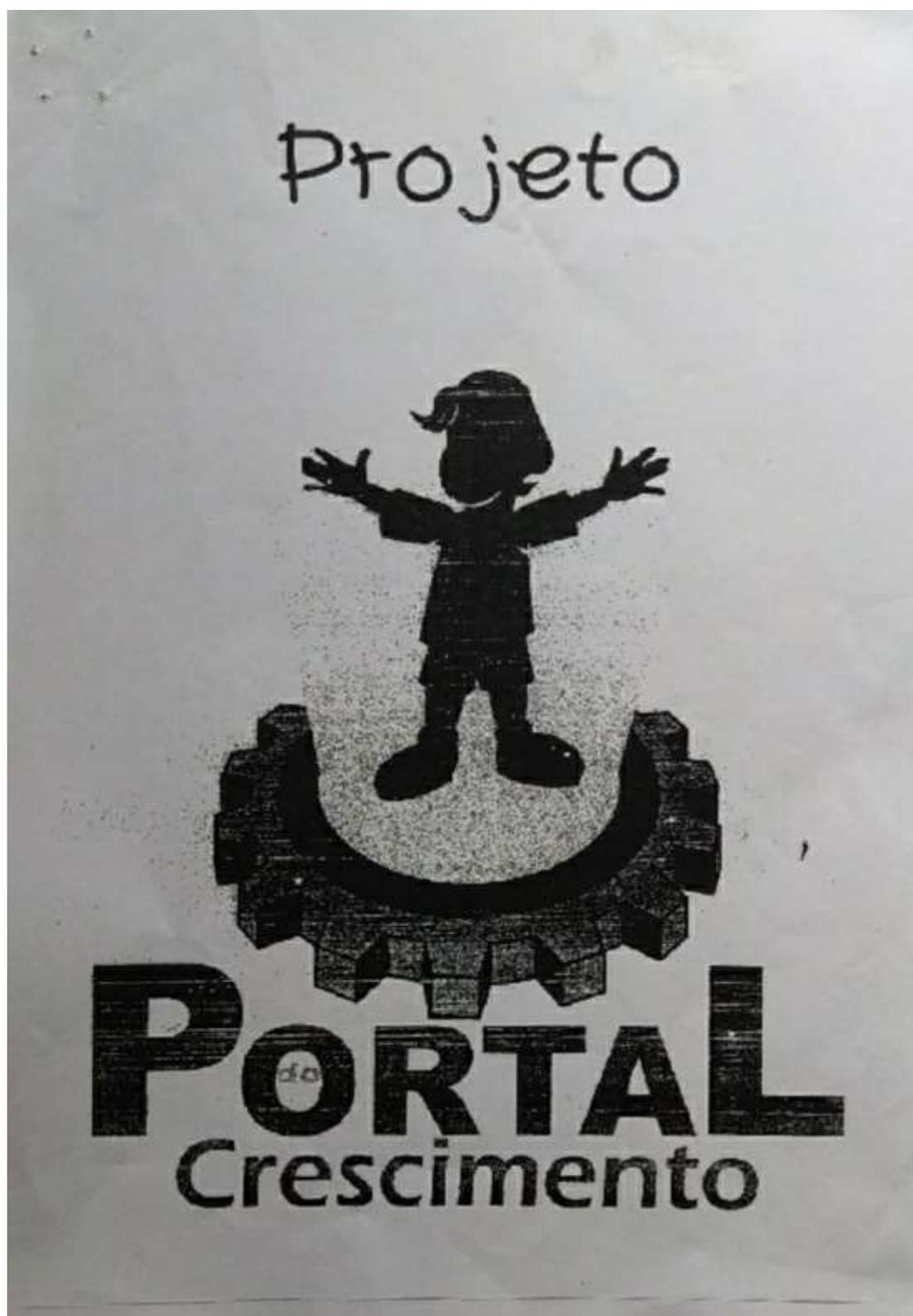
TATAGIBA, Ana Paula. **Aspectos da política educacional carioca: trajetórias da Educação Infantil**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 275-302, abr./jun. 2010.

TEIXEIRA, Anísio. **Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.37, n.86, abr./jun. 1962. p.59-79.

WILLEMANN, Estela Martini. **Violência, clientelismo e mandonismo de longa duração: traços da formação sócio histórica e geopolítica da Baixada Fluminense como território periférico**. Recôncavo: Revista de História da UNIABEU, Ano 03, Número 04, janeiro - julho de 2013.

ANEXOS

ANEXO A – Projeto Portal do Crescimento





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA



PROJETO: PORTAL DO CRESCIMENTO

SECRETARIAS ENVOLVIDAS: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Ação Social e Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Habitação

DIVULGAÇÃO: Secretaria Municipal de Comunicação e Promoção

OBJETIVO GERAL: Garantir interações sociais, cognitivas e de saúde capazes de reintegrar na sociedade, crianças com quadro de desnutrição infantil vítimas das mais diferentes mazelas sociais e suas respectivas famílias melhorando a qualidade e suas expectativas de vida.

EIXO TEMÁTICO: SAÚDE – Complementação alimentar

EDUCAÇÃO – Desenvolvimento global

RENDIA – Apoio às famílias com Programas de Geração de Renda

LOCAL DE REALIZAÇÃO: 1º, 2º, 3º e 4º distritos de Duque de Caxias, em espaços adequados, acolhedores e equipados para realização das ações previstas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS ESPERADOS		ATIVIDADES PRINCIPAIS	PERÍODO
	QUANTITATIVO	QUALITATIVO		
<p>Melhorar as condições nutricionais e saúde das crianças</p>	<p>1. Recuperar as condições de saúde física por motivos de desnutrição de 100% das crianças matriculadas no Portal do Crescimento.</p>	<p>1. Aumento da capacidade de crescimento saudável e expectativa de vida.</p>	<p>1. A criação do cartão do Pequeno Cidadão – pela Secretaria de Saúde.</p> <p>2. Oferecer alimentação balanceada durante a permanência do aluno em horário integral e supervisionada por profissionais da área (saúde e educação).</p> <p>3. Orientação para mães na construção de um cardápio alternativo em oficinas culinárias realizadas pela Equipe de Nutrição Escolar da SME/Pastoral da Criança e Mutirão Contra Fome.</p>	<p>1. No ato da matrícula e durante a permanência da criança no Portal do Crescimento.</p> <p>2. Durante o período de permanência da criança no Portal do Crescimento, 6 a 48 meses.</p> <p>3. Durante o período de permanência da criança no Portal do Crescimento, 6 a 48</p>

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS ESPERADOS QUANTITATIVO	RESULTADOS ESPERADOS QUALITATIVO	ATIVIDADES PRINCIPAIS	PERÍODO
	2. Acompanhar as condições de saúde de 100% das crianças com atendimento pediátrico e odontológico.	2. Crianças favorecidas na linha de seu crescimento pelos atendimentos de saúde prontificando-as para o processo ensino-aprendizagem.	4. Lotar profissionais da saúde no Portal do Crescimento para os atendimentos específicos às crianças matriculadas.	4. Durante todo o funcionamento do Portal do Crescimento.
			5. Realizar oficinas com os profissionais de saúde destinadas aos pais, visando o esclarecimento e informações necessárias sobre as doenças cotidianas e os seus métodos curativos e preventivos: "O que é isso, doutor".	5. Oficinas bimestrais durante o ano exercício.
		6. Painel no Fogo - Bolsa Alimentação às famílias das crianças matriculadas nos Portais.	6. Mensalmente durante a permanência da criança no Portal do Crescimento.	6. Mensalmente durante a permanência da criança no Portal do Crescimento.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS ESPERADOS QUANTITATIVO	RESULTADOS ESPERADOS QUALITATIVO	ATIVIDADES PRINCIPAIS	PERÍODO
Contribuir para promoção social das crianças e respectivas famílias com programas de formação e geração de renda.	1. Obter 100% de frequência das famílias (pai/mãe) nos programas de formação e geração de renda.	1. Ter os responsáveis matriculados preparados para o mercado de trabalho, capazes de gerar renda e conduzir o elxo familiar. 2. Resgatar a auto-estima dos responsáveis das crianças matriculadas no Portal do Crescimento.	1. Desenvolvimento e aplicação de cursos do FAT gerenciados pela Secretaria de <i>habilitação</i> no Portal do Crescimento.	1. 01(um) curso por bimestre no ano exercício.
			2. Disponibilizar cursos de formação para o mercado de trabalho com profissionais ou instituições da área, a exemplo de SENAC/SENAT.	2. 01 (um) Curso por bimestre no ano exercício.
			2.1 Disponibilizar o acesso ao Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos para pais/responsáveis não letrados.	2.1 12 a 24 meses para o resultado final.
			2.2 Disponibilizar a exibição de atividades culturais e educativas como peças culturais e exibição de vídeos.	2.2 1 (uma) apresentação mensal no ano exercício.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS ESPERADOS QUANTITATIVO		ATIVIDADES PRINCIPAIS	PERÍODO
Funcionar como espaço de guarda social e pedagógica das crianças selecionadas em horário integral.	1. Obter participação e frequência de no mínimo 90% das crianças selecionadas para a matrícula no Portal do Crescimento.	1. Ter crianças matriculadas com orientação de professores, recreadores e equipe técnico-pedagógica, visando o processo de ensino-aprendizagem.	1. Atividades de seleção e triagem das crianças através do Mutirão contra a Fome, Secretaria de Saúde e Ação Social, com matrícula efetivada pela SME. 2. Implantação da Brinquedoteca com atividades lúdicas, recreativas, psicopedagógicas e terapêuticas desenvolvidas por profissionais da educação.	1. 30 dias. 2. Durante a permanência da criança no Portal do Crescimento. 6 a 48 meses. 3. Durante a permanência da criança no Portal do Crescimento. 6 a 48 meses. 4. 1(uma) apresentação mensal.
			3. Acompanhamento e implementação do currículo da educação infantil compatível com a faixa etária.	
			4. Execução de atividades interativas, peças teatrais educativas, danças realizadas pela Secretaria de Cultura.	

PROJETO PORTAL DO CRESCIMENTO



JUSTIFICATIVA

O atendimento escolar na infância é imprescindível para que a criança de 0 a 6 anos tenha oportunidades de desenvolver a sociabilidade, travar os primeiros contatos com a leitura, a escrita com diferentes códigos de linguagem, enfim, estimular seu desenvolvimento e se preparar para o processo de alfabetização.

Os altos índices de evasão escolar e repetência são encontrados justamente entre aquela população que mais precisa da educação como alavanca para mudar suas condições de vida - os mais pobres. São as crianças oriundas de famílias de baixa renda que abandonam a escola, que têm dificuldade de aprendizagem e baixo aproveitamento escolar. Muitas dessas crianças quando chegam à escola, já têm uma história de vida que compromete seu desempenho futuro. É um passado marcado pela fome, pela falta de acompanhamento de saúde, agravados, muitas vezes, pelas dificuldades enfrentadas por suas famílias desestruturadas.

Pesquisas mostram que o sistema cognitivo, físico e emocional da criança é constituído nos seus primeiros anos de vida. Quando a criança não tem acesso a serviços de creches e pré-escolas e está fora da cobertura de uma política de proteção alternativa à essas ações seu desenvolvimento fica comprometido, interferindo no seu processo de aprendizagem.

Garantir, portanto, atendimento adequado nessa etapa é fundamental para que os pequenos sejam, no futuro próximo, alunos saudáveis e mais adiante cidadãos saudáveis e participantes ativos da sociedade.

Desta forma, se faz necessária a implantação de um Projeto sócio-educativo que foque os mínimos sociais necessários ao desenvolvimento pleno das crianças na faixa etária entre zero e seis anos, oriundas de famílias com renda mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, que estejam fora da creche e da pré-escola e que apresentem um elevado grau de desnutrição, que muitas vezes vivem à margem da linha da pobreza em

condições precárias sem nenhuma expectativa de melhoria de qualidade de vida.

Garantir o acompanhamento da saúde dessas crianças, por meio do monitoramento nutricional e do cartão de vacina é fundamental para o sucesso da proposta. Inicialmente, essa criança será o atalho para que os técnicos do Projeto possam efetivar uma ação conjunta em benefício das suas famílias. Focar apenas as crianças não garante uma proposta eficaz, pois é necessário ampliar o foco de atuação do Projeto. É preciso atingir os familiares mais próximos dessas crianças, principalmente seus pais e irmãos. Garantir que o Projeto seja a mola que vai impulsionar socialmente essas famílias dando-lhes condições para que num futuro próximo possam caminhar sozinhas, é o pressuposto básico de todas as atividades previstas.

Esse conjunto de ações é fundamental para reversão dessa realidade em que vive parte das crianças das nossas grandes cidades, além de demonstrar de forma concreta o compromisso dos dirigentes e gestores das políticas públicas em implementar ações que atendam as demandas, necessidades e expectativas da parcela da população mais vulnerável da cidade.

OBJETIVO GERAL

Garantir interações sociais, cognitivas e de saúde capazes de reintegrar na sociedade, crianças com quadro de desnutrição infantil de 0 a 6 anos vítimas das mais diferentes mazelas sociais e suas respectivas famílias melhorando qualidade e suas expectativas de vida, divididas em três eixos:

I - Educação / Desenvolvimento Global

II - Saúde / Apoio Nutricional

III - Renda / Apoio às Famílias com Geração de Renda

Objetivos Específicos

- Melhorar as condições nutricionais e de saúde das crianças;
- Contribuir para a promoção social das crianças e respectivas famílias com programas de formação e geração de renda.
- Funcionar como um espaço de guarda social e pedagógica das crianças selecionadas em horário integral.

Local de Realização

- 1º, 2º, 3º e 4º distritos de Duque de Caxias, em espaços adequados, acolhedores e equipados para realização das ações previstas.

Metas

- ❖ Implantar cinco Portais da Vida, nas áreas mais carentes da Cidade de Duque de Caxias;
- ❖ Atender a 500 crianças das comunidades mais carentes do município, 100 por Portal;
- ❖ Capacitar 145 técnicas com diferentes formações/funções, que irão atuar nos Portais da Vida;
- ❖ Distribuir 500 bolsas alimentação mês;
- ❖ Organizar e implementar 20 oficinas profissionalizantes / ano;
- ❖ Organizar cinco cursos de alfabetização / ano;
- ❖ Oferecer 8.000 refeições/mês (café manhã / almoço / lanche / janta) por Portal;

Seleção

O trabalho de seleção para devida matrícula das crianças ficará a conta do Mutirão contra a Fome e Secretaria de Saúde que apontarão os casos que precisam de acompanhamento médico e de desenvolvimento social.

As crianças deverão apresentar quadros de desnutrição infantil relatados em documentos de anamnese do Mutirão e/ou Secretaria de Saúde e após definida à Comunidade no distrito a ser atendida, a equipe terá o prazo de 30 dias para encaminhamento das crianças ao Portal do Crescimento.

No sentido de alcançar esses objetivos e metas, o Projeto Portal do Crescimento prevê as seguintes instrumentos e intervenções:

I - EDUCAÇÃO / Desenvolvimento Global - são as ações de caráter sócio-educativo, com o objetivo de estimular o desenvolvimento integral das crianças.

1 - Brinquedotecas

Espaço de integração e de desenvolvimento das crianças por meio de atividades lúdicas, contando com jogos, brinquedos educativos e brincadeiras. É um espaço dedicado à infância e ao ato de brincar. Deve ter brinquedos industrializados e artesanais, de outros tempos e lugares. Devem ser arrumados de modo que as crianças possam escolher, experimentar, vestir fantasias, desenhar, construir, trocar e, enfim, criar mil e uma brincadeiras.

A equipe técnica atua orientando as crianças, propondo brincadeiras e estimulando sua relação entre si e com os adultos presentes. Contar histórias é outra função dos técnicos. Aproveitar as histórias das próprias crianças é fundamental para a valorização e a integração.

As atividades serão norteadas por professores e pedagogos da Secretaria Municipal de Educação.

2 - Cartão do Pequeno Cidadão

Todas as crianças que participarem do Projeto terão direito ao **Cartão do Pequeno Cidadão**. Com ele as crianças terão a garantia do atendimento nos serviços de saúde da prefeitura.

O cartão será emitido pela Secretaria Municipal de Saúde.

A condição para que a criança permaneça no Portal do Crescimento é a apresentação periódica do atestado de vacinação e acompanhamento de saúde. O Cartão do Pequeno Cidadão permite monitorar o desenvolvimento das crianças (peso/altura e etc).

É necessário estabelecer nas regiões próximas aos Portais da Vida uma rede de proteção social, que servirá de apoio as ações previstas no Projeto: escolas onde os irmãos das crianças atendidas nos Portais possam ser matriculados, Posto de Saúde de referência para os atendimentos médicos necessários e outros serviços sociais existentes no Município.

3 - Atividades Culturais

As atividades culturais visam a interação social das famílias e das crianças possibilitando o acesso a vídeos e filmes educativos, peças teatrais educativas e oficinas de artes.

As atividades serão propostas e realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura.

II - SAÚDE / Apoio Nutricional - são ações preventivas e de combate a desnutrição, através de estratégias de complementação alimentar (refeições balanceadas / bolsa alimentação).

1 - Complementação Alimentar

É a garantia de quatro refeições diárias para todas as crianças matriculadas nos Portais. O Projeto Portal do Crescimento disporá de equipe de nutricionistas para desenvolver cardápios especiais para superação da condição de subnutrição das crianças e farão, em conjunto com o Agente de Saúde, o acompanhamento nutricional de cada uma delas, realizando inclusive exames antropométricos no próprio espaço dos Portais.

Todas as crianças matriculadas nos Portais deverão passar por um exame médico inicial. As que se encontram em estado grave, antes de freqüentar os Portais, serão encaminhadas aos Postos de Saúde referenciados para o Projeto. O Cartão Pequeno Cidadão funciona como uma espécie de passaporte, que garante o acesso direto ao atendimento necessário.

2 - Panela no Fogo

O Projeto prevê na sua metodologia o fornecimento de ^{de de leite / leite condensado} bolsa alimentação às famílias das crianças matriculadas nos Portais. O objetivo é garantir alimentação para todos os membros das famílias das crianças atendidas nos Portais. Desta forma ampliamos o

impacto do Programa e criamos mecanismos facilitadores de promoção social do núcleo familiar a que pertencem essas crianças. O valor da Balsa será de R\$ 40,00 (quarenta reais mês por família), revertidos em gêneros alimentícios, indicados pela Nutricionista da Equipe de Coordenação do Projeto.

3 - Encontros "O que é isso, doutor?"

Encontros semanais com médicos convidados para dar palestras e conversar com as mães principalmente sobre nutrição. Os convidados podem ser de várias tendências da medicina - alopatas, homeopatas, fitoterapeutas, naturalistas, acupunturistas, que tragam novos conhecimentos e saberes para essas mães. A palestra deverá prever um período de perguntas e respostas.

4 - Atendimento Médico

A Secretaria de Saúde deverá agendar atendimento médico (pediátrico) e odontológico para as crianças matriculadas no próprio Portal do Crescimento ou em Postos de Atendimento próximos.

III - RENDA / Apoio às famílias - as mães das crianças atendidas no Portal do Crescimento recebem orientação para a utilização de alimentação alternativa, aproveitando produtos de grande valor nutricional e de baixo custo encontrados nas próprias comunidades. As gestantes também recebem orientação relativa ao aleitamento materno, a alimentação nos primeiros meses de vida do bebê e cuidados gerais com as crianças.

Atividades desenvolvidas pela Equipe de Nutrição da Secretaria de Saúde.

1 - Oficinas culinárias

As mães serão capacitadas para produzir alimentação alternativa, como a multimistura - farinha produzida com produtos de baixo custo e alto valor nutricional, entre outras receitas. Ao final desta etapa deverá ser lançado um livro de receitas testadas e aprovadas pelas mães, crianças e nutricionistas, contendo o valor calórico de cada ingrediente, vitaminas e etc.

As atividades serão desenvolvidas pela Equipe de Nutrição e Supervisão de Merenda da Secretaria de Educação e Ação Social.

2 - Cursos de Alfabetização/Oficinas de Geração de Trabalho e Renda

Nos pólos de atenção às crianças, ofereceremos cursos de alfabetização e ou de geração de trabalho e renda, de acordo com a demanda local. Esses cursos e oficinas estão direcionados para os familiares próximos das crianças atendidas nos Portais. Jovens que não concluíram o Ensino Fundamental, mães que não foram alfabetizadas e/ou estão fora do mercado de trabalho, terão prioridade. Os cursos serão oriundos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), Pacotes de Formação e parcerias com órgãos de classe.

Integrada a essa ação incluímos a figura do Agente do Trabalho, que tem como missão a articulação com as empresas, indústrias e comércios locais com o objetivo de levantar suas demandas específicas de trabalhadores e a busca permanente de postos de trabalho e cursos profissionalizantes, atividade a ser executada pelo Conselho Municipal de Trabalho, Secretaria Municipal de Habitação e Comunidades e Secretaria de Ação Social.

COORDENAÇÃO

A coordenação do Projeto ficará a cargo de uma equipe composta por um representante de cada Secretaria Municipal envolvida, a saber: Educação, Saúde, Cultura, Habitação e Ação Social, e um representante da Sociedade Civil integrante da Mutirão contra a Fome sob a coordenação geral da Secretaria de Educação.

Essa equipe será responsável pela avaliação e reordenamento das ações previstas no Projeto, bem como de acompanhar seu impacto na vida das crianças. Deverão elencar indicadores relacionados a desempenho escolar e de peso e altura por faixa etária, além de perfil das famílias.

Todas as atividades propostas devem passar pelo aval do Conselho de Notáveis - grupo de pessoas notoriamente comprometidas com as questões relativas à infância, indicadas pelo Sr. Prefeito da Cidade, que terá a responsabilidade de dar o apoio político e a aprovação final às propostas de trabalho que serão desenvolvidas nos Portais, bem como opinar e sugerir novas estratégias de enfrentamento dos agravos à

saúde e desenvolvimento das crianças do Município. É um Conselho Consultor. Todas as questões técnicas e administrativas deverão ser apresentadas ao Conselho antes da sua implementação.

ANEXO B- Lei que cria o primeiro portal do crescimento, em Amapá.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

LEI N.º. 1686 , DE 24 DE MARÇO DE 2003.

Cria a Creche "Portal do Crescimento do Amapá" e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a "Creche Portal do Crescimento do Amapá", localizada na Rua Dalila, s/nº. , no Bairro Amapá, 4º. Distrito deste Município.

Art. 2º. A fim de atender ao disposto no artigo anterior, fica criado um Cargo em Comissão de Diretor de Creche, Símbolo CC/3.

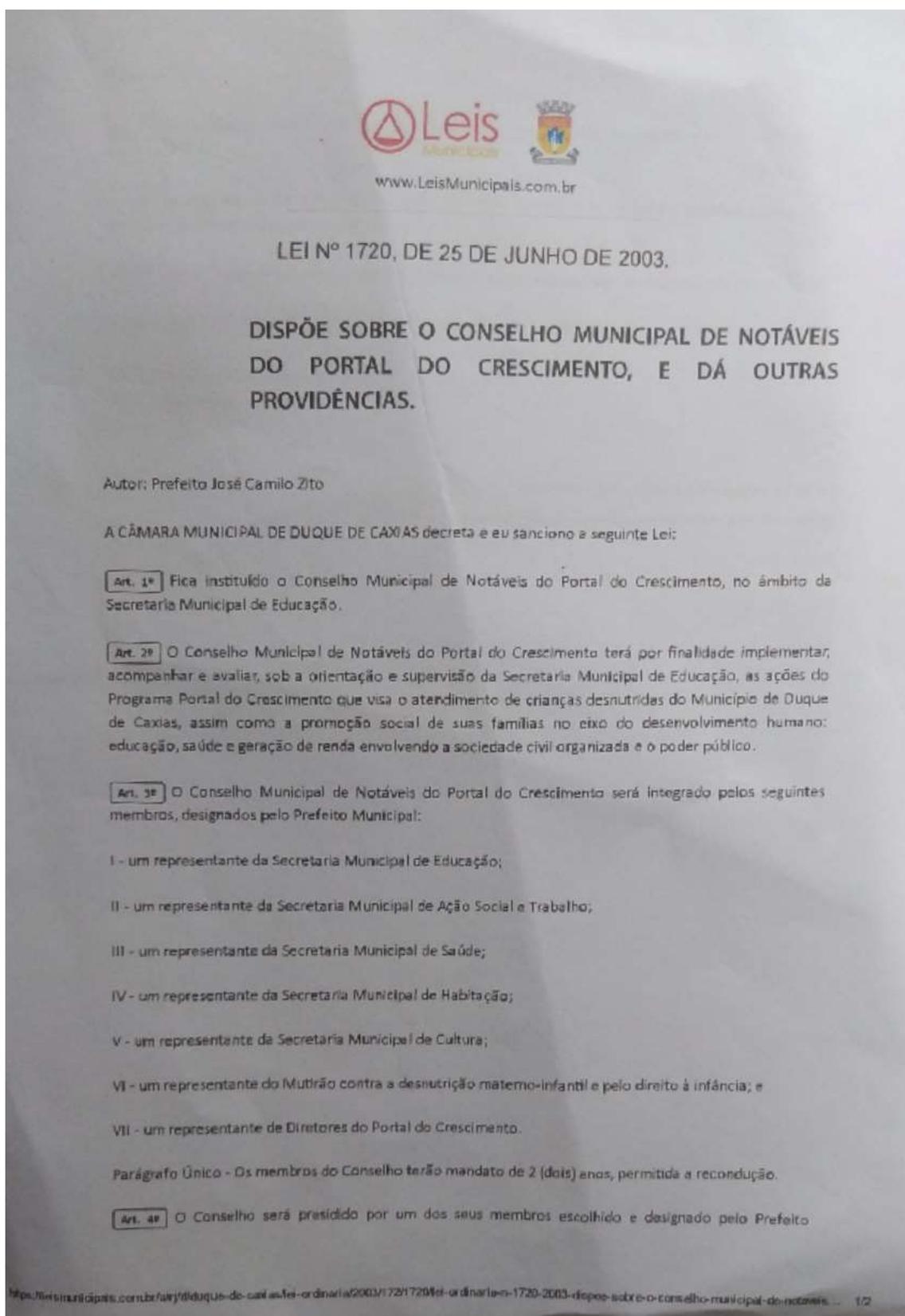
Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

março PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, em 24 de de 2003.

JOSÉ CAMILO ZITO DOS SANTOS FILHO.
Prefeito Municipal

ANEXO C- Lei que dispõe sobre o Conselho de Notáveis do Portal do Crescimento.



Municipal.

Art. 3º As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, porém, consideradas de relevante serviço público.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas pelas verbas próprias do orçamento municipal, suplementadas, se necessário.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CARIAS, em 25 de junho de 2003.

JOSÉ CAMILO ZITO DOS SANTOS FILHO
Prefeito Municipal

Data de inserção no Sistema LeiMunicipal: 26/10/2008

Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.

ANEXO D- Projeto Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense (CCAIC)

PROJETO

CRECHE E CENTRO DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA CAXIENSE (CCAIC)

I - INTRODUÇÃO

O Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense (CCAIC) constitui-se como uma política pública municipal de segurança alimentar e nutricional sustentável, transversal, entre as Secretarias de Educação, Saúde e o Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Além de ações de outras Secretarias como a Agricultura e Ação Social que poderão integrar-se ao projeto. O objetivo primordial é reduzir a prevalência das diversas formas de desnutrição das crianças entre 1 a 5 anos de idade. Além disso, deverão ser capacitadas através do processo educativo, de forma holística, para a cidadania. Por fim, chega-se ao núcleo familiar por meio de intervenções que garantam a geração de trabalho e renda na superação da insegurança alimentar e da miséria.

Este instrumento foi concebido a partir da atuação do Mutirão contra a desnutrição materno-infantil – pelo direito à infância, coordenado pelo bispo D. Mauro Morelli, que deu origem à políticas públicas municipais na área da segurança alimentar e nutricional em Duque de Caxias. Sediado na Câmara Municipal, o Mutirão levou o próprio poder legislativo local, de forma inédita no país, a votar uma emenda orçamentária com recursos do Poder Executivo municipal destinados ao Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN. Ainda de forma inédita, o Prefeito Washington Reis cria o primeiro Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de assessorar e gerenciar as políticas públicas municipais no setor.

Neste diapasão, o governo municipal decide criar o Creche e Centro de Atendimento Integral à Infância Caxiense (CCAIC) com o objetivo primeiro de reduzir o número de crianças entre 1 a 5 anos de idade com baixo ou muito baixo peso para a idade (risco nutricional ou desnutrição grave).

Em suma, o CCAIC pretende constituir-se como um centro de referência e excelência quanto à questão alimentar e nutricional da criança entre 1 a 5 anos de idade. O CCAIC poderá viabilizar relações e parcerias com os governos federal e estadual e, com a iniciativa privada, na articulação de projetos de promoção ao direito humano básico ao alimento e à nutrição para as crianças, estabelecendo bases inovadoras para o planejamento da vida social, econômica e política no município dentro das metas do milênio propostas pelas Nações Unidas na última década do Século XX.

II - JUSTIFICATIVA

Cerca de 840 milhões de pessoas sofrem de insegurança alimentar crônica. Nunca houve tantos seres humanos a passar fome, o que é inaceitável no nosso mundo de abundância. Em um planeta que tem capacidade de alimentar todos os homens, mulheres e crianças, é necessário fazer progressos – nos planos políticos, econômico, científico e logístico - para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio que consiste em reduzir para a metade, até ao ano de 2015, a proporção de pessoas que sofrem de fome.

De acordo com os dados atuais do IBGE a população de Duque de Caxias equivale a 830.679 habitantes, dos quais 109.480 são crianças entre 0 e 6 anos de idade. Não obstante ser o sexto maior PIB do país, de acordo com o último Índice de Desenvolvimento Humano (IDH / 1991-2000) Duque de Caxias figura com o 52º lugar, entre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Situação que exige do poder público e de todos os atores sociais uma decidida ação de combate à exclusão social e de promoção da cidadania, principalmente a promoção do direito humano básico ao alimento e à nutrição com atenção prioritária à dimensão materno-infantil.

No município, significativa parcela da população vive em situação de exclusão social, auferindo renda mínima que não lhe confere condições dignas de sobrevivência. Vários são os fenômenos econômico-sociais que agravam ainda mais esse quadro, que se expressa na desnutrição e em um estado de saúde vulnerável que afeta especialmente às crianças.

Com base em levantamento realizado em 2002 pelo SISVAN do município, em parceria com o Mutirão e a UNIGRANRIO, cerca de 17% das crianças entre 6 meses e 6 anos de idade encontravam-se em estado de risco nutricional. Entre as quais, 8% encontravam-se em estado de desnutrição grave (< P3, NCHS). O número de crianças nestes estados tende a crescer, uma vez que o trabalho dos

profissionais do Programa de Saúde da Família (PSF) e do Programa de Agentes Comunitários (PACs), bem como dos voluntários do Mutirão, tem identificado a cada dia um número expressivo de crianças com carências nutricionais.

Pesquisas mostram que o sistema cognitivo, físico e emocional da criança é constituído nos seus primeiros anos de vida. O desenvolvimento da criança fica comprometido interferindo no seu processo de aprendizagem e sociabilidade. Garantir, portanto, atendimento adequado nessa etapa é fundamental para que as crianças possam tornar-se cidadãos saudáveis e ativos na sociedade.

Destarte, o CCAIC se apresenta como uma política pública que foca os elementos necessários ao desenvolvimento pleno das crianças na faixa etária de 6 meses e 6 anos, oriundas de famílias com renda mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, que estejam fora da creche e da pré-escola e que estejam em estado de risco nutricional.

Garantir o acompanhamento da saúde dessas crianças, por meio da avaliação nutricional e do cartão de vacina é fundamental para o sucesso da proposta. Inicialmente, essa criança será o atalho para que os técnicos do Projeto possam efetivar uma ação conjunta em benefício das suas famílias, uma ação materno-infantil. Focar apenas as crianças não garante uma proposta eficaz, pois é necessário ampliar o foco de atuação do Projeto. É preciso atingir os familiares mais próximos dessas crianças, principalmente seus pais e seus irmãos. O pressuposto básico de todas as atividades previstas é garantir que o projeto seja a mola que vai impulsionar socialmente essas famílias, dando-lhes condições para que no futuro próximo possam caminhar sozinhas.

Esse conjunto de ações é fundamental para a reversão dessa realidade em que vive parte das crianças das grandes cidades, além de demonstrar de forma concreta o compromisso dos dirigentes e gestores de políticas públicas, em parceria com os atores sociais, em implementar ações que atendam às demandas, necessidades e expectativas da parcela da população mais vulnerável da cidade.

A partir desses argumentos e tendo como referência os atuais projetos desenvolvidos pelo Mutirão, o Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Duque de Caxias apresenta este projeto com o fim de criar o Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense (CCAIC) para que um número maior de crianças em risco nutricional possam ser atendidas e adquiram saúde e bem estar social plenos.

III - OBJETIVO GERAL

Promover um programa de combate à desnutrição na primeira infância no município de Duque de Caxias, tendo em vista o atendimento à criança na faixa etária de 1 a 5 anos de idade que se encontram em risco nutricional.

IV - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar o acompanhamento do crescimento integral das crianças de 1 a 5 anos, identificando o estado de desnutrição e/ou risco de desnutrição propondo medidas de intervenção conforme a gravidade do problema;
- Oferecer 04 (quatro) refeições diárias nutricionalmente equilibradas e balanceadas;
- Realizar atividades educativas focando alimentação saudável como direito humano necessário para a melhoria de qualidade de vida;
- Supervisionar e treinar os profissionais para a prevenção e combate da desnutrição;
- Mobilizar a comunidade local através da participação sensibilizando-os e envolvendo-os quanto ao problema da desnutrição.
- Distribuir, mensalmente, cestas básicas de alimentação para as famílias das crianças matriculadas.

V- METAS

As metas globais propostas pelo CCAIC para o triênio 2006/2008 são

- Transformar as Creches Portal do Crescimento em CCAIC
Período: 1º Semestre de 2006

- inauguração do CCAIC do 2º Distrito (Campos Elíseos)
Período: 1º Semestre de 2006
- Gerenciar sua implantação nos 04 (quatro) Distritos do Município de Duque de Caxias

As ações que serão realizadas para atingir os resultados

META 1

Transformar as Creches Portal do Crescimento em CCAIC

META 2

Implantação do CCAIC de Campos Elíseos

META 3

Mapeamento dos lugares onde será expandido o CCAIC.

META 4

Gerenciamento do projeto no Município para sua efetiva implantação.

META 5

Oferecer 5200 refeições/mês (café da manhã/almoço/lanche/jantar) por CCAIC.

META 6

Distribuir bolsas alimentação mensalmente

META 7

Elaboração do curso de capacitação de todos os profissionais do CCAIC.

VI- PÚBLICO ALVO

O público alvo assistido pelo CCAIC serão crianças de 1 a 5 anos de idade com risco nutricional moradoras do Município de Duque de Caxias.

VII- METODOLOGIA EMPREGADA

Na primeira fase será realizado um diagnóstico pelo mutirão contra a fome para mapeamento da área fazendo o levantamento das crianças em risco nutricional da comunidade local que será atendida.

Os dados coletados através da mensuração do peso e da estrutura das crianças será comparado com um padrão de referência.

Após esse levantamento será realizado a segunda fase de elaboração do programa de atendimento das crianças que apresentam risco nutricional no CCAIC.

Nesse período será realizado a matrícula das crianças através do preenchimento de uma ficha cadastral que constará principalmente de:

- anamnese do mutirão (registro do histórico e quadro de desnutrição);

avaliação nutricional por um nutricionista da Secretaria Municipal da Saúde
certidão de nascimento;
apresentação de atestado de vacinação;

O CCAIC constará de uma equipe de profissionais qualificados e multidisciplinares para atendimento das crianças:

Diretor
Orientador Educacional
Orientador Pedagógico
Professor
Nutricionista
Pediatra
Assistente Social
Técnico em Enfermagem

Contará também com uma equipe profissional de apoio previamente preparada

Auxiliar Administrativo
Estimuladores materno infantil
Auxiliar de Cozinha
Porteiro
Vigia
Auxiliar de Serviços Gerais

As atividades diárias desenvolverão nos seguintes sentidos:

- 1- Atendimento e combate a desnutrição ou risco nutricional que será feito através da alimentação servida diariamente, observação, registro e análise comparativa dos avanços significativos e dos entraves que forem surgindo.
- 2- Atendimento psicopedagógico – desenvolver o aprendizado dentro dos aspectos físicos (psicomotricidade), emocional, afetivo, cognitivo/linguístico e social de cada faixa etária atendida.
- 3- Atendimento médico seguirá:
 - No próprio CCAIC através do pediatra que analisará e prescreverá o tratamento de patologias emergenciais posteriormente encaminhando para os postos e hospitais do Município.
- 4- Atendimento multidisciplinar para famílias e comunidade serão:
 - Oficinas educativas com palestras e conversas com profissionais especializados no tema de nutrição que tragam conhecimentos e saberes para a família e a comunidade sobre a problemática em questão.
 - Oficinas psicossociais visando a elevação da auto-estima da família e da comunidade local diante da problemática de desnutrição.
 - Oficinas operacionais com orientações para a utilização e confecção de alimentação alternativa aproveitando produtos de grande valor nutricional e de baixo custo encontrados na própria comunidade.

O projeto prevê o fornecimento mensal de cesta básica/alimentar às famílias das crianças matriculadas visando garantir alimentação para todos os membros das famílias das crianças atendidas no CCAIC.

A alimentação ocorrerá nos seguintes horários

Café da manhã às 7:30h
Almoço às 10:30h
Lanche da tarde às 14:00h
Jantar às 16:00h

As atividades pedagógicas estarão fundamentadas na formação pessoal e social e divididas em:

Autoconceito
Autocontrole
Relação interpessoal
Relação intrapessoal
Cuidados básicos com a alimentação
Higiene Corporal e Ambiental
Valorização do Diálogo
Auto confiança e auto estima
Autonomia
Linguagem oral (comunicação dos sentimentos, desejos e idéias)
Construções não verbais (imagens e gestos)
Linguagem rítmica e corporal
Equilíbrio, coordenação e movimento
Apreciação musical e artística
Ações perceptíveis e atributos dos materiais
Agrupamento
Ordenação
Conhecimento lógico matemático
Noção de tempo e espaço
Vida em grupo (família, escola e comunidade)

VIII- INDICADORES DOS RESULTADOS

Atualmente sabe-se que a patogênese da desnutrição é devida a inter-relação de diversos fatores tendo como base três componentes:

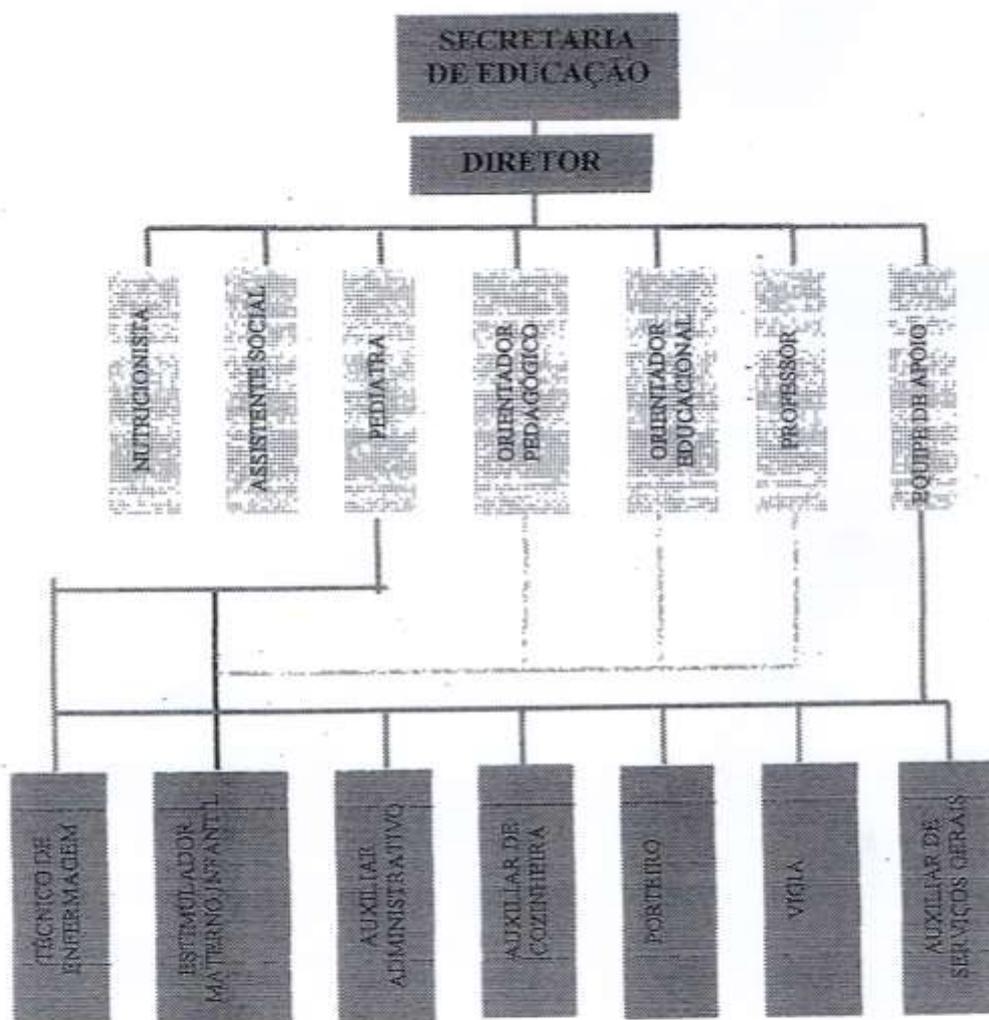
Fator de risco determinando à saúde	Forma de intervenção
Pobreza Baixa renda	- Oficinas operacionais contribuindo na utilização e produção da alimentação alternativa.
Baixa ingestão energética e proteica	- cardápio balanceado oferecido diariamente em 04 refeições. - cesta básica de alimentação para a família
Processo infeccioso (Redução de apetite e baixa no metabolismo)	- atendimento médico emergencial no CCAIC - encaminhamento para postos e hospitais para tratamento ambulatorial.

IX- CRONOGRAMA DO PROJETO

PERÍODO	AÇÕES
1º Semestre/2006	- Previsão de Inauguração do CCAIC de Gampo Eliseos - Distribuição e avaliação da aceitação do cardápio, - Início das atividades pedagógicas. - Elaboração de oficinas com as famílias e comunidade. - Elaboração de REVISTINHA educativa sobre alimentação saudável

XI- DESCRIÇÕES DAS FUNÇÕES

• Organograma do CCAIC



• Equipe Técnica / Profissional – Recursos Humanos

- **Diretor**
Gerenciar o programa de atendimento do CCAIC de acordo com as diretrizes da Secretaria de Educação e do Regimento Interno do CCAIC. Garantir a criança matriculada no CCAIC em estado de desnutrição ou com risco nutricional e zelar pelo atendimento.
- **Professor**
 - Participar ativa e efetivamente do processo de construção e elaboração coletiva do Projeto Político- Pedagógico da Unidade escolar;
 - Promover a aprendizagem dos alunos;

- Identificar, junto com a Equipe Técnico- Administrativo- Pedagógica e de Apoio Técnico a Educação, casos de alunos que apresentem necessidades de atendimento diferenciado;
- Planejar, executar, avaliar e registrar os objetivos e as atividades do processo ensino e aprendizagem, numa perspectiva coletiva e integradora, a partir das orientações do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar e das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação;
- **Nutricionista**
 - Confeccionar o cardápio balanceado semanal;
 - Acompanhar a aceitação dos gêneros alimentícios servidos no cardápio;
 - Acompanhar e avaliar o estado nutricional das crianças.
- **Assistente Social**
 - Promover Oficinas para a família e a comunidade local orientando-os quanto aos direitos e deveres de cidadania.
 - Promover mini projetos sociais de assistência à família e a comunidade.
- **Orientador Pedagógico**
 - Promover a articulação teoria e prática, sob a perspectiva de Processo, em parceria com toda comunidade de acordo com o Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar;
 - Promover a integração entre o Corpo Docente, Discente e Administrativo, contribuindo para a melhoria da Ação Educativa, fundamentada no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar;
- **Orientador Educacional**
 - Desenvolver projetos sociais integrados com instituições afins que visem o bem estar biopsicossocial dos membros da comunidade escolar e as famílias, articuladas com a equipe técnico-administrativo-pedagógico;
 - Promover o processo de integração escola-comunidade, a fim de criar um espaço educativo comum, de troca e crescimento recíproco, com vistas à melhoria da qualidade do ensino, com participação ativa dos demais profissionais da Unidade Escolar.
- **Pediatra**
 - Prestar atendimento médico de avaliação e emergencial e quando necessário encaminhar a criança para postos e hospitais do município.
- **Técnico em Enfermagem**
 - Prestar atendimento de enfermagem emergencial, posteriormente encaminhar a criança para o pediatra do CCAIC ou postos e hospitais do município
- **Equipe Administrativo e Apoio – Recursos humanos**
 - **Auxiliar Administrativo**
 - Realizar a matrícula e sua renovação das crianças anualmente;
 - Zelar pelas documentações do CCAIC.
 - **Cozinheira**
 - Confeccionar o pré-preparo, preparo e distribuição dos gêneros alimentícios estabelecidos no cardápio;
 - Zelar pela higiene ambiental do local de preparo da alimentação.
 - **Auxiliar de Cozinheira**
 - Auxiliar o pré-preparo, preparo e distribuição dos gêneros alimentícios
 - Zelar pela higiene ambiental do local de preparo da alimentação
 - **Porteiro**
 - Cuidar da portaria do CCAIC, zelando pela entrada e saída de indivíduos pertencentes ou não a rotina do CCAIC.

- **Vigia**
 - Zelar pela segurança e integridade física das pessoas que participam do CCAIC (crianças e profissionais).
- **Auxiliar de Serviços Gerais**
 - Zelar pela higiene ambiental dos espaços físicos do CCAIC.
- **Estimuladores Materno-Infantil**
 - Auxiliar o Professor Regente, de forma eficaz, nas atividades pedagógicas ou outras que lhe forem solicitadas;
 - Possibilitar a ampliação das experiências e conhecimentos das crianças fortalecendo sua identidade a medida que considera saberes e valores culturais que ela possui, para então refletir e construir novos conhecimentos;

XII- AVALIAÇÃO PROCESSUAL

NUMERO DE ATIVIDADES	INDICADORES DE PROGRESSO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Atendimento nutricional com alimentação complementar (café da manhã, almoço, lanche e jantar)	Em média 240 refeições diárias por CCAIC (5200 refeições mensais)	-Relatório de Cardápio diário - Relatório de quantidade de gêneros
Atendimento pedagógico	Em média 60 crianças entre 1 a 5 anos de idade por CCAIC	- Registro do desempenho por observação e participação
Atendimento as famílias das crianças atendidas	Em média 60 Famílias por CCAIC	- Participação - Observação na frequência

XIII- AVALIAÇÃO FINAL

No CCAIC será realizado periodicamente relatórios sobre os avanços e entraves significativos das condições nutricionais, pedagógica e de saúde das crianças atendidas.

Será apresentado um relatório anual contendo todas as ações desenvolvidas com as crianças, sua família e a comunidade local.

ANEXO E- LEI QUE CRIA O DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DE DUQUE DE CAXIAS

Lei nº 1.881 de 01/06/2005

Em 01, junho, 2005

Cria o Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Duque de Caxias (DESANS-DC) e dá providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Duque de Caxias (DESANS-DC), órgão vinculado ao Gabinete do Prefeito, com o objetivo de articular e gerenciar políticas públicas municipais de segurança alimentar e nutricional sustentável.

Art. 2º. Com a criação do DESANS-DC, o Poder Executivo Municipal, em parceria com outros níveis de Poder e com a participação das Organizações e Instituições da Sociedade Civil, implementará ações destinadas a garantir o direito humano à alimentação e à nutrição através de políticas públicas que, de forma prioritária, revertam o quadro de desnutrição e mortalidade materno-infantil.

DAS ATRIBUIÇÕES DO DESANS-DC

Art. 3º – O DESANS-DC tem por atribuições:

- I. prestar assessoria ao Prefeito Municipal e sua Equipe de Governo na realização de ações abrangentes e orgânicas de segurança alimentar e nutricional sustentável que, no Município, promovam e garantam o direito humano básico ao alimento e à nutrição;
- II. ser canal de tramitação de parcerias com a Sociedade Civil e outras esferas e níveis de Poder no que se refere ao direito humano básico ao alimento e à nutrição;
- III. assessorar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Duque de Caxias (CONSEA-DC);
- IV. acompanhar o processo de convocação, preparação e realização da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável que tem por finalidade propor e definir diretrizes, estratégias e prioridades para o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
- V. assessorar e acompanhar a elaboração e execução do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável;
- VI. cooperar, de forma especial, com a Secretaria Municipal de Saúde e com os movimentos sociais e comunitários, na efetiva implantação e funcionamento do Sistema de Vigilância Nutricional – SISVAN, visando erradicar os males da fome e da desnutrição e mortalidade materno-infantil;
- VII. assessorar a formulação de política adequada de abastecimento e de incentivo à produção urbana e rural de alimentos;
- VIII. cooperar com o Poder Executivo Municipal e com outras esferas e níveis de Governo, para garantir o controle de qualidade nutricional e sanitária dos alimentos, visando defender e promover a saúde da população,
- IX. colaborar na articulação de programas de geração de trabalho e renda, de cooperativismo e o associativismo que contribuam para a segurança alimentar e nutricional sustentável da população;
- e
- X. atuar, em conjunto com os demais órgãos da Prefeitura, na realização de ações emergenciais de segurança alimentar nutricional e propor ações culturais e educativas que contribuam para uma alimentação saudável.

DO FUNCIONAMENTO

Art. 4°. Os setores que compõem a estrutura organizacional do DESANS-DC são meios para articulação e coordenação de projetos.

Parágrafo Único. Para os fins desta Lei, entende-se por “projeto” o conjunto de ações e recursos organizados para a consecução de um objetivo concreto, que gere benefício à população na forma de produto ou serviço.

Art. 5°. As políticas e diretrizes do DESANS-DC materializar-se-ão através de diversos projetos concebidos como parte de um todo, com caráter de complementaridade entre si.

§ 1°. Cada projeto deverá conter a relação total das atividades para o fim a que se propõe, bem como o responsável pela sua execução; e deverá definir indicadores e procedimentos para aferição de eficiência dos produtos e serviços prestados.

§ 2°. Poderão ser criados ou desativados tantos projetos quantos forem necessários para o cumprimento das atribuições do DESANS-DC.

§ 3°. O conhecimento especializado existente no DESANS-DC deve estar disponível em bases iguais, para todos os projetos.

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6°. O DESANS-DC está assim estruturado:

- I. Diretor-Geral, Símbolo CC/1, acrescido da gratificação de “Serviço Social”, com o percentual de 70% (setenta por cento);
- II. Diretor Administrativo, Símbolo CC/1;
- III. Diretor de Gestão de Programas e Projetos, Símbolo CC/1;
- IV. Diretor de Relações Institucionais, Símbolo CC/1; e V. Comissão Técnica, composta por 1 (um) Representante de cada Secretaria Municipal, o qual fará jus a jeton, por reunião, a ser regulamentada em Decreto.

Art. 7°. Ficam criados 4 (quatro) Cargos Comissionados de Assessor Adjunto, Símbolo CC/3, na estrutura do DESANS-DC, destinados a prover o Diretor-Geral e os demais Diretores do suporte administrativo necessário à realização de suas atribuições.

Art. 8°. Ao Diretor-Geral, como titular, cabe a responsabilidade administrativa das atribuições do DESANS-DC

Art. 9°. Os demais Diretores são responsáveis pela administração racional dos recursos humanos, materiais e financeiros, objetivando a otimização e racionalização do seu emprego, bem como o estabelecimento de regras e controles operacionais que permitam a manutenção e o aperfeiçoamento das atividades.

Art. 10. Ao Diretor Administrativo compete:

- I. administrar o quadro funcional do DESANS-DC,

- II controlar a tramitação interna e o arquivamento de processos e documentos pertinentes ao DESANS-Duque de Caxias;
- III. coordenar o banco de dados (cadastramento e tabulações) e de toda a área de informações do DESANS-DC;
- IV. elaborar relatório periódico de acordo com as necessidades previstas nos projetos realizados pelo DESANS-DC,
- V. assessorar na execução financeira e prestação de contas dos projetos; e
- VI. executar outras funções inerentes ao Departamento quando forem expressamente determinadas ou delegadas.

Art. 11. Ao Diretor de Gestão de Programas e Projetos compete:

- I. realizar levantamentos, análises, estudos, propostas e pareceres na sua respectiva área de especialização para que o Diretor-Geral e a Equipe de Direção possam controlar, coordenar e decidir quanto às orientações e ações a serem seguidas pelo DESANS-DC;
- II. supervisionar a gerência de programas e/ou projetos, quando designado para tal;
- III. adotar os procedimentos necessários para a criação de programas emergenciais;
- IV. coordenar a elaboração de novos projetos e parcerias para tal; e
- V. executar outras funções inerentes ao Departamento quando forem expressamente determinadas ou delegadas.

Art. 12. Ao Diretor de Relações Institucionais compete:

- I. articular o conjunto de proposições no campo das políticas públicas sociais, no campo da iniciativa privada e dos atores sociais;
- II. incentivar parcerias com entidades governamentais e com instituições da Sociedade Civil organizada – Igrejas, Empresas, ONGS, atores sociais e comunitários e demais instituições –, tendo como objetivo a erradicação dos males da fome e da desnutrição no Município de Duque de Caxias;
- III garantir total integração entre a Comissão Técnica e as áreas afins da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias;
- IV. promover, em parceria com outras áreas afins da Administração Municipal, a valorização da auto-estima das pessoas atendidas pelo DESANS-DC; e
- V. executar outras funções inerentes ao Departamento quando forem expressamente determinadas ou delegadas

Art. 13. Aos Membros da Comissão Técnica compete:

- I. executar as ações planejadas e propostas pelo DESANS-DC, através das Secretarias Municipais onde estão lotados;
- II. fazer com que o direito humano ao alimento e à nutrição tenha incidência nas ações das Secretarias;
- III. participar das reuniões do DESANS-DC, quando solicitados;
- IV. fazer proposições técnicas para a maximização da segurança alimentar sustentável nas Secretarias Municipais;
- V. assessorar tecnicamente o DESANS-DC em seus programas e projetos; e
- VI. executar outras funções inerentes ao Departamento quando forem expressamente determinadas ou delegadas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. Os Servidores alocados no DESANS-DC observarão os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, conforme prelecionados no Artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 15. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, em 01 de junho de 2005.

WASHINGTON REIS
Prefeito Municipal

ANEXO F- Lei que cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Duque de Caxias

Lei nº 1928 de 19/12/2005

Câmara Municipal de Duque de Caxias

Lei nº 1928 de 19/12/2005

Autor: Prefeito Washington Reis

LEI Nº. 1928, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005.

Cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Duque de Caxias – COMSEA, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Duque de Caxias – COMSEA, com caráter deliberativo e paritário, no âmbito da Secretaria Municipal de Ação Social e Trabalho, constituindo-se em espaço de articulação entre Governo Municipal e a Sociedade Civil para formulação de diretrizes para políticas e ações na área de segurança alimentar e nutricional

Art. 2º. Cabe ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, estabelecer diálogo permanente entre Governo Municipal e as organizações sociais representadas, com o objetivo de propor e fiscalizar políticas públicas e definir diretrizes e prioridades que visem a garantia do direito humano à alimentação.

Art. 3º. São objetivos do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA.

I. propor diretrizes da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem implementadas pelo Governo;

II. apresentar projetos e ações prioritárias da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem incluídos, anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual de Governo;

III. mobilizar a Sociedade Civil Organizada, no âmbito da política municipal de segurança alimentar e nutricional, indicando prioridades;

IV. realizar estudos que fundamentem as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional;

V. organizar as Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, anualmente.

Parágrafo Único- Compete também ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA estabelecer relações de cooperação com Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional dos Municípios da região, o Conselho de Segurança Alimentar do Estado do Rio de Janeiro e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA).

Art. 4º. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) será composto por 16 (dezesesseis) Conselheiros, sendo 8 (oito) de representantes da Sociedade Civil e 8 (oito) de representantes do Governo Municipal, tendo cada Conselheiro um respectivo Suplente.

§ 1º. Caberá ao Governo Municipal definir seus representantes, incluindo as Secretarias afins ao tema da segurança alimentar, sendo as vagas assim distribuídas: Coordenação de Nutrição Escolar; Área Técnica de Alimentação e Nutrição; Vigilância Sanitária; Ação Social; Agricultura; Meio Ambiente; Desenvolvimento Econômico; e Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

§ 2º. As representações da Sociedade Civil no COMSEA devem ter sede e/ou Fórum no Município e estarem desenvolvendo, comprovadamente, efetivos trabalhos nas áreas de Educação; Saúde; Ação Social; Agricultura e Meio Ambiente, dentro de uma perspectiva de resgate da cidadania.

§ 3º. A definição da representação da Sociedade Civil deverá ser estabelecida em Fórum próprio das mesmas, congregando entidades civis e/ou religiosas, organizações sindicais, movimentos populares, sendo as vagas assim distribuídas: 1 (uma) Entidade Civil; 2 (duas) Entidades Religiosas; 2 (duas) Organizações Sindicais; e 3 (três) movimentos sociais.

§ 4º. O COMSEA será instituído através de Portaria Municipal contendo a indicação dos Conselheiros Governamentais e Não- Governamentais com seus respectivos Suplentes.

§ 5º. Os (As) Conselheiros (as) Suplentes Substituirão os (as) Titulares em seus impedimentos, nas reuniões do COMSEA, com direito a voz e voto.

§ 6º. O mandato dos Membros da Sociedade Civil no COMSEA, será de dois anos, admitidas duas reconduções consecutivas.

§ 7º. A participação dos Conselheiros no COMSEA não será remunerada.

Art. 5º. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA contará com Câmaras Temáticas permanentes, que prepararão as propostas a serem por ela apreciadas.

§ 1º. As Câmaras Temáticas serão compostas por Conselheiros (as) designados (as) pelo Plenário do COMSEA, observadas as condições estabelecidas no seu Regimento Interno.

§ 2º. Na fase de elaboração das propostas a serem submetidas ao Plenário do COMSEA, as Câmaras Temáticas poderão convidar representantes de entidades da Sociedade Civil, de órgãos e entidades públicas e técnicos afeitos aos temas em estudo.

Art. 6º. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA poderá instituir Grupos de Trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas.

Art. 7º. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA será administrado por uma executiva paritária composta por: a) Presidente; b) Vice-Presidente; c) 1º. Secretário; d) 2º. Secretário.

§ 1º. A executiva será eleita na primeira reunião ordinária marcada após a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

§ 2º. A executiva do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA será exercida de forma alternada entre a Sociedade Civil e o Governo Municipal, respectivamente, durante cada mandato.

Art. 8º. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA reunir-se-á, ordinariamente, em sessões mensais, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente, ou, pelo menos, por 6 (seis) membros, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Único – O quorum para a realização das reuniões do Conselho dar-se-á mediante a presença de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um).

Art. 9º. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA elaborará o seu Regimento Interno em até 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua instalação.

Art. 10 – Cabe ao Governo Municipal assegurar ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, assim como os Grupos de Trabalho, os meios necessários ao exercício de suas competências, incluindo suporte administrativo e técnico e recursos financeiros assegurados pelo Orçamento Municipal.

Art. 11. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 1.806, de 07 de maio de 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, em 19 de dezembro de 2005.

WASHINGTON REIS DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

APÊNDICES

APÊNDICE A: Termo de consentimento livre e esclarecido

Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto:	“A CRECHE E CENTRO DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA CAXIENSE/ RIO DE JANEIRO: UM DESAFIO EDUCACIONAL EM MEIO À DESNUTRIÇÃO”
Pesquisador Responsável:	JUDITH DE LIMA CORTEZ
Nome do participante:	

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa “**A CRECHE E CENTRO DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA CAXIENSE/ RIO DE JANEIRO: UM DESAFIO EDUCACIONAL EM MEIO À DESNUTRIÇÃO**” (*título do projeto*), de responsabilidade da pesquisadora JUDITH DE LIMA CORTEZ. Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder a entrevistas e questionários sobre a Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense- CCAIC, que farão parte da pesquisa para a dissertação de Mestrado da Pesquisadora JUDITH DE LIMA CORTEZ
2. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de desconforto ao responder as perguntas. Caso isso ocorra posso me recusar a responder a pergunta ou mesmo a desistir de participar da entrevista, de responder ao questionário e de participar da pesquisa.
3. Ao participar desse trabalho estarei contribuindo para que a pesquisadora compreenda o processo educacional que se desenvolve nos CCAIC, unidades de creche que tem um diferencial no atendimento a um público de crianças desnutridas ou em risco de desnutrição.

4. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.

5. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação, no entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, serei ressarcido.

6. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de minha participação no estudo, poderei ser compensado conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde

7. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

8. Fui informado que os dados, informações, fotos, imagens e demais materiais coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.

9. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com JUDITH DE LIMA CORTEZ, pesquisador (a) responsável pela pesquisa, telefone: 979503743, e-mail: jdcortez0@gmail.com.

Eu, _____, declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito, autorizando a utilizar as respostas, imagens e as gravações.

Duque de Caxias, ____ de _____ de 2020.

Nome e assinatura

APÊNDICE B: Roteiro de entrevista com profissionais que atuam no CCAIC

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS QUE ATUAM NOS CCAICs,
EM CONTRIBUIÇÃO À PESQUISA: *“A CRECHE E CENTRO DE ATENDIMENTO À
INFÂNCIA CAXIENSE/RIO DE JANEIRO- UM DESAFIO EDUCACIONAL EM MEIO À
DESNUTRIÇÃO”*.

1. NA VISÃO DOS PROFISSIONAIS, QUAL A RELEVÂNCIA DO TRABALHO REALIZADO NO CCAIC PARA A COMUNIDADE ONDE ESTÁ INSERIDO?
2. COMO OS PROFISSIONAIS OBSERVAM A VISÃO DAS FAMÍLIAS EM RELAÇÃO A ESTE TRABALHO?
3. QUAIS SÃO OS LIMITES ENTRE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO NO TRABALHO DO CCAIC?
4. QUE DESAFIOS O CCAIC, COMO INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL E EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ENFRENTA NO SEU COTIDIANO?
5. COMO SÃO TRATADOS OS ASPECTOS DA QUESTÃO NUTRICIONAL NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E NOS PROJETOS DE TRABALHO COM AS CRIANÇAS?
6. FORAM OBSERVADAS MUDANÇAS NO PERFIL NUTRICIONAL DAS CRIANÇAS NA COMUNIDADE LOCAL? DE QUE FORMA ELAS FORAM PERCEBIDAS AO LONGO DO TEMPO DE EXISTÊNCIA DO CCAIC?
7. QUE MUDANÇAS CONSIDERAM NECESSÁRIAS NO PROJETO CCAIC EM TEMPOS DE AUMENTO ACENTUADO DE DESEMPREGO. ESPECIFICAMENTE, A PARTIR DE 2016.